



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA  
CENTRO DE ARTES HUMANIDADES E LETRAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS:  
CULTURA, DESIGUALDADE E DESENVOLVIMENTO  
MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS.**

**SABRINA SILVA MORAES**

**JUVENTUDE E AGRICULTURA FAMILIAR NO TERRITÓRIO DO SISAL:  
CONDIÇÕES MATERIAIS, SOCIALIZAÇÃO DE GÊNERO E PROJETOS  
PROFISSIONAIS.**

**Cachoeira – Bahia  
2022**

**JUVENTUDE E AGRICULTURA FAMILIAR NO TERRITÓRIO DO SISAL:  
CONDIÇÕES MATERIAIS, SOCIALIZAÇÃO DE GÊNERO E PROJETOS  
PROFISSIONAIS**

SABRINA SILVA MORAES

Dissertação apresentada ao Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Nilson Weisheimer

Cachoeira – Bahia  
2022

---

M827c Moraes, Sabrina Silva.

Juventude e agricultura familiar no território do Sisal: condições materiais , socialização de gênero e projetos profissionais. / Sabrina Silva Moraes. Cachoeira, BA, 2022.

128f.; il.

Orientadora: Prof. Dr. Nilson Weisheimer

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Centro de Artes Humanidades e Letras, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Cultura, Desigualdade e Desenvolvimento, 2022.

1. Agricultura Familiar – Território do Sisal. 2. Sociologia Rural. I. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Centro de Artes, Humanidades e Letras. II. Título.

CDD: 338.1098142

---

Ficha elaborada pela Biblioteca do CAHL - UFRB.

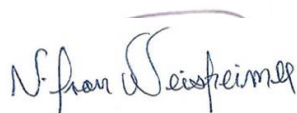
Responsável pela Elaboração – Juliana Braga (Bibliotecária – CRB-5/ 1396)  
(os dados para catalogação foram enviados pelo usuário via formulário eletrônico)

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA  
CENTRO DE ARTES HUMANIDADES E LETRAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS:  
CULTURA, DESIGUALDADE E DESENVOLVIMENTO  
MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

**JUVENTUDE E AGRICULTURA FAMILIAR NO TERRITÓRIO DO SISAL:  
CONDIÇÕES MATERIAIS, SOCIALIZAÇÃO DE GÊNERO E PROJETOS  
PROFISSIONAIS**

Comissão Examinadora da Defesa de Dissertação de Sabrina Silva Moraes

Aprovado em 03 de Março de 2022



---

Prof. Dr. Nilson Weisheimer  
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Orientador



---

Prof. Dra. Ana Paula Comin de Carvalho  
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Membro Interno



---

Prof. Dr. Ezequiel Redin  
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM)

Membro Externo

Dedico esta dissertação aos jovens agricultores familiares do Território do Sisal, e as minhas duas filhas, por elas sigo firme em busca de novas conquistas.

## AGRADECIMENTOS

O processo foi bem difícil, passei por situações inesperadas que me tornaram muito mais forte do que eu pensei ser, não imaginei que este ciclo me traria tantos desafios, aprendizados e certezas. Estudar o jovem agricultor familiar foi um sonho, e somente se tornou real graças ao apoio de pessoas que marcaram essa trajetória, por isso os meus mais sinceros agradecimentos aos que estiveram comigo.

Rendo graças ao pai criador que me deu o dom da vida, me encorajou a seguir a vida mesmo diante de tantos desafios, a Deus agradeço e entrego esta dissertação.

Aos Orixás que me guiaram até aqui e por todo axé que a vivência na cidade de Cachoeira me proporcionou.

Aos meus pais Givaldo e Cleonides que sempre foram a minha base, a eles toda a minha gratidão, pois somente com o apoio e o incentivo que sempre me deram que pude chegar até aqui, prometo buscar novos motivos de lhes conferir orgulho.

As minhas duas filhas, Êlis e Maria Izadora, razões de minha existência, alicerce na construção deste trabalho, vocês me inspiraram a caminhar, a colocar forças de onde não mais tinha neste processo de edificação. Êlis a minha fiel escudeira, obrigada pela articulação junto aos seus amigos jovens, filhos de agricultores, que assim como toda sua família paterna faz da agricultura familiar um subsídio para a vida, minha primogênita, valeu pela força. Liz, meus mais sinceros agradecimentos por atender sempre ao meu chamado oferecendo suporte em cuidar de sua irmã, obrigada pelas noites em que precisava varar a madrugada e sua companhia se fazia presente, pelas suas palavras de incentivo, pelo encorajamento de dizer “ vai em frente mãe , a senhora consegue, já está perto, adianta logo isso ”, Lilica, devo essa dissertação a você minha filha e a sua irmã que entrou neste processo junto comigo, ainda na barriga, ela que foi crescendo e disputando atenção com o computador. Desculpa filha Iza, mamãe precisava ser mestre e obrigada por me induzir mesmo grávida a seguir firme no processo e ir até o fim.

Meus tios Genilton, Dito e Raildo e tias Adria, kel, Girla, Nida, avó Julia e avô Teroza que sempre torceram, rezaram e acreditam muito em mim, vocês me inspiram e me orgulham demais.

Ao meu companheiro Eduardo pelo apoio e entendimento ao longo deste processo, obrigada amor, você além de esposo segurou com louvor as pontas com a nossa filha em momentos que precisava de suporte para estudar, obrigada de

coração.

Meu agradecimento especial os representantes dos sindicatos, jovens lideranças que tornaram sua militância uma força para a juventude agrícola do território do sisal.

Obrigada também a secretaria de juventude do Sintraf de Cansanção, que sempre priorizou a inserção de jovens em sua diretoria e por sempre realizar ações de apoio aos jovens agricultores, Tainá e Alex obrigada por defender a juventude. A Neilton Miranda do sindicato de Serrinha, pela força e busca incessante de jovens para minha amostra.

Aos diretores de Juventude Cláudio Magno e Rodrigo, meus camaradas vocês motivaram e muito os nossos jovens a não desistirem da agricultura.

A toda equipe da FATRES, por me oportunizarem trabalhar com a juventude e ter uma atuação e por ajudar a fortalecer a força jovem no território. Aos técnicos Clecinho, Lucinho, Rose, Vaneza, Railton, Joeliton que conseguiram fazer com que o formulário chegasse ao alcance de muitos jovens.

As comunidades rurais que acompanhei e criei laços, as associações que atuei, aos grupos de produção de mulheres, aos produtores (as) e instituições parceiras que me ajudaram na captação dos jovens para minha pesquisa.

A Enoch Pedreira, grande amigo e estatístico de mãos cheias que me ajudou desde a elaboração da amostra, a construção do programa de perguntas até o tão trabalhoso banco de dados, gratidão, você colaborou grandemente para este resultado.

A Marcus Vinicius, (Gandy) que sempre esteve ao meu lado, colocando à disposição para ajudar no que fosse preciso, obrigada pela sua amizade meu irmão.

Aos colegas do mestrado, que caminharam comigo, principalmente Carolina França, Rafael e Juliana que me deram forças e sempre me apoiaram de maneira muito parceira e afetuosa.

Aos mais que amigos da panela Lila, Nan, Poly, Guil, Hilla e July que mesmo longe estiveram perto, atuantes e preocupados com que eu sempre chegasse mais longe, vocês foram luz na minha vida.

As Boraes (Bia, Jan e Vivica) que no nosso grupo sempre vinha me dando palavras de apoio para conclusão.

Aos meus Xodós, Vanessa, Sostens, Martinez e Rafael Lopes que de zero a dez, dou mil. Amigos encaminhados por Deus para me dar apoio e incentivo aqui nesta terra, sem o suporte de vocês eu nem ingressaria no mestrado quiçá concluiria essa

defesa, vocês valem ouro, amo demais.

Por fim, não menos importante e demasiadamente crucial quero registrar minha gratidão eterna ao meu orientador, Nilson Weisheimer, que além de ser excelente professor é um ser humano imprescindível, por quem tenho muita estima e consideração. Um pesquisador com um legado incrível na área desse estudo, que me inspirou e que, sem dúvida alguma, possibilitou de maneira categórica o meu crescimento acadêmico. Te dedico, também, essa dissertação.



## RESUMO

Este estudo apresenta uma análise da situação dos jovens agricultores familiares no Território do Sisal – BA, evidenciando as diferenciações sociais de gênero em suas condições materiais, processos de socialização e projetos profissionais. Analisa a construção social dos jovens agricultores familiares e, as suas disposições em reproduzir o processo do trabalho familiar agrícola neste território. O método utilizado para a construção da pesquisa foi a abordagem quantitativa e representativa, com aplicação de 315 questionários padronizados. Constatamos que o aspecto geracional é um fator decisivo para a reprodução social da agricultura familiar, e que as relações de gênero, presentes nas formas de socialização no trabalho e na distribuição dos recursos familiares, impactam diferentemente na formulação dos projetos profissionais de jovens homens e jovens mulheres. Com isso, se explica a maior disposição de permanência na agricultura entre jovens homens, enquanto as jovens mulheres elaboram projetos profissionais não agrícolas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Jovens agricultores familiares; Gênero; Socialização, Projetos profissionais; Território do Sisal.

## **ABSTRACT**

This study presents an analysis of the situation of young family farmers in the Territory of Sisal - BA, highlighting the social differences of gender in their material conditions, socialization processes and professional projects. The social construction of young family farmers was analyzed and their dispositions to reproduce the process of agricultural family work in this territory. The method used for the construction of the research was the quantitative and representative approach, with the application of 315 standardized questionnaires. We found that the generational aspect is a decisive factor for the social reproduction of family farming and that gender relations, present in the forms of socialization at work and in the distribution of family resources, impact differently on the formulation of professional projects of young men and young women. This explains the greater willingness to stay in agriculture among young men, while young women develop non-agricultural professional projects.

**KEYWORDS:** Young family farmers; Gender; Socialization, Professional projects; Sisal Territory.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Municípios de aplicação da pesquisa.....	30
Figura 2 - Variação absoluta da população ocupada 1 e variação percentual positiva 2 e negativa 3 da população ocupada com e sem laços familiares (2006 e 2017) ...	42
Figura 3 - Território do Sisal e seus municípios.....	59

## LISTA DE SIGLAS

**APAEB** - Associação de Desenvolvimento Sustentável e Solidário da Região Sisaleira

**ASCOOB** - Associação das Cooperativas de Apoio a Economia Familiar

**CEPAL** - Comissão Econômica para a América Latina

**CODES** - Conselho Regional de Desenvolvimento Rural Sustentável da Região Sisaleira do Estado da Bahia

**EMBRAPA** - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

**FAO** - Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação

**FATRES** - Fundação de Apoio A agricultura Familiar do Território do Sisal

**FETAG's** - Federações de Trabalhadores na Agricultura

**IBGE** - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

**INCRA** - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

**MDA** - Ministério do Desenvolvimento Agrário

**MOC** - Movimento de Organização Comunitária

**NEAF** - Núcleo de Estudos em Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar

**NEDET** - Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial

**OSJ** - Observatório Social da Juventude

**PNATER** - Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária

**PTFA** - Processo de Trabalho Familiar Agrícola

**SEI-BA** - Superintendência de Estudos Econômicos do Estado da Bahia

**SINTRAF** - Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Agricultores Familiares

**STR** - Sindicato dos Trabalhadores Rurais

**UPF** - Unidade Produtiva Familiar

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - População de jovens por sexo e grupos de idade .....	26
Tabela 2 - Distribuição da amostra por faixa etária por gênero .....	29
Tabela 3 - Evolução da participação das principais variáveis da agricultura familiar - Brasil (1996,2006,2017).....	40
Tabela 4 - Produtividade bruta por hectare comparada entre AF e NF - Brasil (1996, 2006, 2017).....	41
Tabela 5 - Produtividade bruta da mão de obra comparada entre AF e NF – Brasil (1996, 2006 e 2017) (Em R\$).....	41
Tabela 6 - População ocupada masculina e feminina, segundo laços de parentesco com a pessoa responsável pelo estabelecimento (2006 e 2017). ....	51
Tabela 7 - Estrutura fundiária do Território do Sisal – Bahia .....	61
Tabela 8 - População Jovem entre 15 e 19 anos no Território do Sisal.....	64
Tabela 9 - População Jovem entre 20 a 24 anos no Território do Sisal.....	65
Tabela 10 - População Jovem entre 25 a 29 anos no Território do Sisal.....	66
Tabela 11 - Cruzamento das faixas etárias por sexo dos entrevistados (f e %). ....	68
Tabela 12 - Estado civil dos jovens por sexo (f e %) .....	68
Tabela 13 - Jovens com filhos por sexo (f e %).....	69
Tabela 14 - Distribuição do número de integrantes das famílias dos entrevistados (f e %) .....	69
Tabela 15 - Acesso dos Jovens as rendas agrícolas da família (f e %) por sexo do entrevistado. ....	85
Tabela 16 - Cruzamento entre grau de autonomia por sexo (em f e %) .....	90
Tabela 17 - Idade de iniciação dos jovens no Trabalho familiar agrícola (f e %) .....	95
Tabela 18 - Participação no trabalho familiar agrícola por sexo (f e %) .....	97
Tabela 19 - Jornada de trabalho por sexo do entrevistado (f e %) .....	98
Tabela 20 - Participação dos jovens no ensino formal por sexo do entrevistado (f e %) .....	100
Tabela 21 - Nível de escolaridade dos jovens entrevistados por sexo (f e %) .....	101
Tabela 22 - Ocupação nas horas vagas dos jovens agricultores (f e %) .....	103
Tabela 23 - Práticas de lazer dos jovens agricultores .....	105
Tabela 24 - Cruzamento entre ocorrência de projeto profissional por sexo do entrevistado (f e %).....	109
Tabela 25 - Cruzamento entre variáveis projeto profissional e sexo do entrevistado (f	

e %) .....	110
Tabela 26 - Cruzamento da pergunta você pretende se estabelecer profissionalmente como agricultor(a) familiar? Por Sexo .....	113
Tabela 27 -Cruzamento entre projeto profissional e condição fundiária da família por Sexo (f e %) .....	114
Tabela 28 - Cruzamento entre projeto profissional e grau de autonomia material por sexo (f e %).....	115
Tabela 29 - Cruzamento entre projeto profissional e situação de estudo por sexo (f e %) .....	116
Tabela 30 - Cruzamento entre projeto profissional e jornada diária na UPF (f e %)	117

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - População de jovens por sexo e grupos de idade.....	27
Gráfico 2 - Dados da Agricultura Familiar - Território do Sisal (2017).....	62
Gráfico 3 - Territórios de Identidade com maior N° de pessoas ocupadas na agricultura familiar (2017) .....	62
Gráfico 4 - Autoidentificação étnica .....	69
Gráfico 5 - Gênero e autodefinição considerada (%).....	70
Gráfico 6 - Distribuição do tamanho das UPF (%).....	75
Gráfico 7 - Propriedade das terras onde a família trabalha .....	76
Gráfico 8 - Forma de acesso a propriedade da terra (%) .....	77
Gráfico 9 - Forma de uso da terra (%).....	77
Gráfico 10 - Principal Produto da UPF (%).....	78
Gráfico 11 - Destino final dos produtos da UPF (%).....	79
Gráfico 12 - Formas de Comercialização dos produtos (%). .....	80
Gráfico 13 - Valor Bruto da Produção Mensal da UPF (f e %).....	82
Gráfico 14 - Valor Líquida da Produção Mensal da UPF (%).....	82
Gráfico 15 - Acesso dos jovens as rendas agrícolas da família (%) .....	84
Gráfico 16 - Distribuição de frequências do tipo de gastos dos jovens agricultores familiares (%) .....	86
Gráfico 17 - Indicadores de Autonomia Material por sexo .....	88
Gráfico 18 - Distribuição de frequências do nível de autonomia material dos jovens (%) .....	89
Gráfico 19 - Distribuição da porcentagem da jornada diária de trabalho na UPF .....	96
Gráfico 20 - Jornada diária de trabalho familiar agrícola (%).....	98
Gráfico 21 - Percentual de jovens estudando.....	100
Gráfico 22 - Escolaridade dos jovens agricultores.....	101
Gráfico 23 - Distribuição dos projetos profissionais (%) .....	110
Gráfico 24 - Você pretende se estabelecer profissionalmente como agricultor familiar? (%) .....	112

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Eixos de investigação principais variáveis -----	25
Quadro 2 - Fórmula para o cálculo de amostras estaticamente infinitas -----	28
Quadro 3 - Cálculo da amostra -----	28



## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO .....	18
1.1 Apresentação do tema e delimitação do problema de pesquisa .....	18
1.2 Objetivos .....	23
1.2.1 <i>Objetivo Geral</i> .....	23
1.2.2 <i>Objetivos Específicos</i> .....	24
1.3 Hipótese.....	24
1.4 Notas técnicas e metodológicas .....	24
1.4.1 Pesquisa de dados Secundários .....	26
1.4.2 Parâmetros amostrais .....	27
1.4.3 Cálculo da amostra .....	28
1.4.4 Aplicação de Questionário Padronizado.....	30
1.5 Estrutura dos capítulos .....	32
2 AGRICULTURA FAMILIAR UMA CATEGORIA PARA SE PENSAR ALÉM .....	34
2.1 Panorama conceitual sobre a categoria agricultura familiar no Brasil.....	34
2.2 Juventude e agricultura familiar.....	43
2.2.1 Jovem agricultor(a) familiar .....	43
2.2.2 Juventude e o processo de trabalho familiar agrícola.....	46
2.3 Gênero e a reprodução social na agricultura familiar .....	49
3 AGRICULTURA FAMILIAR NO TERRITÓRIO DO SISAL.....	55
3.1 Território do Sisal: uma região singular .....	55
3.2. Limitação territorial e caracterização geográfica.....	58
3.3 Perfil dos jovens agricultores no Sisal .....	64
3.4. Jovens agricultores familiares: o perfil dos entrevistados .....	67
3.5. Jovens agricultores familiares: um apanhado geral sobre o território e o perfil da amostra.....	71
4. As condições materiais dos jovens agricultores familiares .....	73
4.1 Perfil econômico das unidades de produção familiar.....	74
4.1.1 Condição Fundiária da família.....	74
4.1.2 Integração Mercantil.....	78
4.1.3 Produção de valor e renda familiar.....	81
4.2 O acesso dos jovens às rendas agrícolas .....	83

4.3 Condição de autonomia material dos jovens .....	87
5. A SOCIALIZAÇÃO DOS JOVENS AGRICULTORES FAMILIARES NO TERRITÓRIO DO SISAL.....	92
5.1. Revisando o debate sobre o conceito de socialização .....	92
5.2 A socialização e o trabalho familiar agrícola.....	94
5.2.1 O processo do trabalho familiar agrícola junto a inserção dos entrevistados na agricultura .....	95
5.3 O ensino formal e a juventude na agricultura familiar .....	99
5.4 Práticas de sociabilidade juvenil.....	102
5.5 Processo de socialização: uma síntese do que prevalece entre os jovens.....	106
6. OS PROJETOS PROFISSIONAIS DOS JOVENS: A DIFÍCIL DECISÃO DE REPRODUZIR OU NÃO O MODO DE VIDA DOS PAIS.....	108
6.1 Projeto profissional dos jovens agricultores do Sisal .....	108
6.2 Projetos Profissionais: um comparativo das dimensões matérias, socialização no trabalho familiar e escolarização .....	113
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	122

# 1 INTRODUÇÃO

## 1.1 Apresentação do tema e delimitação do problema de pesquisa

A concepção tradicional da palavra juventude, mesmo com várias controvérsias, carrega significados que, em linhas gerais, representa uma fase de transição para a vida adulta. Na metade do século XX, a juventude ganhou diversos embasamentos teóricos, um destes sinalizava que tal categoria poderia ser traduzida como um grupo capaz de repetir normas e padrões que são socialmente estabelecidos, segundo Berger e Luckmann (1977), “imposição de padrões sociais à conduta individual” (1970, p. 204), explica a juventude.

Nesse sentido, a juventude nos seus mais diversos desdobramentos transmite a noção de transição, pois, ela é marcada por um amadurecimento que ocorre antes de ser atingida a fase adulta. Para a Sociologia da Juventude, esse caráter transitório é representado pela condição juvenil que, por sua vez, se manifesta na dependência familiar e na reprodução dos valores e práticas estabelecidas. Contudo, pode se afirmar que a juventude, muito tem a ver com a reprodução dos valores de uma geração anterior.

Conforme pensamos a juventude, através de uma classificação que perpassa por padrões socialmente estabelecidos, não podemos mensurar nem tampouco considerar que existe um único tipo de juventude, mas que existem juventudes. Essa etapa da vida é marcada por incertezas, cuja maturidade é um estágio a ser adquirido, é nessa fase que são moldados alguns padrões de vida a ser mantido durante a idade adulta, por exemplo, existem jovens que seguem os modos de vida dos pais, outros que preferem seguir novos caminhos.

Este trabalho objetiva investigar os jovens que estão inseridos nas relações sociais ligadas à agricultura familiar do Território do Sisal - BA. Pretende-se aqui realizar um estudo sobre os projetos profissionais que são formulados por jovens agricultores familiares considerando, prioritariamente, as classificações sociais de gênero. Busca-se entender como as condições materiais e de socialização fundamenta os projetos profissionais desses jovens segundo a condição de gênero estabelecida na divisão social do trabalho.

Antes de iniciarmos o debate sobre o tema, é válido pontuar que a motivação

em estudar os jovens que vivem no Território do Sisal é fruto de uma aproximação objetiva e subjetiva com eles. Por longos anos tive a oportunidade de ter contato com os jovens através do trabalho que realizei com projetos de Assistência Técnica e Extensão Rural, nos quatro cantos do território sisaleiro.

Na oportunidade, foi possível verificar que a presença e a participação dos jovens nos trabalhos agrícolas tinham particularidades, nos poucos casos que existia a presença assídua desses sujeitos no trabalho com a terra, na grande maioria das vezes eram os rapazes que estavam presentes, também me inquietava o fato das jovens meninas sempre estavam tomando conta dos afazeres domésticos, enquanto os meninos acompanhavam seus pais no trabalho com a agricultura.

Foi a partir daí que comecei a questionar: Por quê será que os jovens não aparecem como protagonistas no trabalho agrícola familiar? Por quê se estabelece uma divisão sexual do trabalho? Os e as Jovens que não continuam na agricultura familiar, o que os motivam a não ficar? Seria um desejo pessoal, ou por não terem condições de permanecer nessa atividade?

Esses questionamentos me chamaram atenção, e deste modo me sentir desafiada a buscar explicações sociológicas. Constatei que existiam estudos realizados na UFRB que traziam a contextualização da situação juvenil na agricultura familiar em diversas regiões do estado da Bahia, sendo o professor Nilson Weisheimer, do PPGCS - UFRB, uma referência nacional nessa temática por seu estudo sobre a situação juvenil na agricultura familiar (2009; 2019a) realizado no Rio Grande do Sul. Pude então acompanhar o desenvolvimento de uma agenda de pesquisas sociais conduzidas nos Territórios do Recôncavo (Weisheimer, 2019b); de Irecê (DAMÁSIO, 2014) e (ALMEIDA, 2017); e Valença (SOUSA, 2018). Assim esses estudos aportam contribuições relevantes para o conhecimento sobre os modos de vida de jovens agricultores familiares na Bahia e servem de referência para esta pesquisa no Território do Sisal.

Entre as conclusões desses estudos destaca-se a existência de uma baixa autonomia material entre jovens agricultores familiares. Na região do recôncavo baiano as pesquisas de Weisheimer (2019b, p.173) sinalizaram que “a situação juvenil na agricultura familiar é marcada por uma baixa autonomia material” a mesma que se configura em diferenciações de gênero, sendo que “o trabalho familiar agrícola assume importância preponderante na sua socialização”.

Na região de Irecê, conforme sinaliza Damásio (2014, p. 83). “Com relação às

condições materiais foi detectado que os jovens possuem pouco acesso aos recursos materiais, com revelação de alta dependência em relação aos adultos, o que caracteriza uma situação de baixa autonomia material”.

Em outro estudo realizado no Território de Irecê por Almeida, 2017, mais uma vez, verifica-se que as relações de gênero se mostram em evidência entre os jovens agricultores familiares. A pesquisa “ficou nítido que os jovens homens vão assumindo a responsabilidade das atividades agrícolas, enquanto o trabalho agrícola das jovens agricultoras é invisibilizado por meio da expressão “ajuda” (ALMEIDA, 2017, p. 99).

Uma importante conclusão também foi listada por Sousa (2018), através do estudo desenvolvido com os jovens agricultores de Valença. Ele trouxe uma retomada sobre como podemos relacionar os projetos profissionais elaborados por esses. No entanto, o autor aponta que “os jovens agricultores familiares do gênero masculino, mais socializados no trabalho familiar e tendem a elaborar seus projetos profissionais no sentido de reprodução do processo de trabalho familiar agrícola” (SOUSA, 2018, p.09).

Com base nos apontamentos desses pesquisadores, o estudo que aqui se apresenta é continuidade dessa agenda de pesquisa que vem sendo desenvolvida no âmbito da PPGCS / UFRB, pelo Núcleo de Estudos em Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar (NEAF /UFRB) e o Observatório Social da Juventude (OSJ / UFRB). Este trabalho consiste na realização de uma pesquisa social empírica que se somará aos resultados obtidos nos demais territórios.

No Território do Sisal poucas são as políticas públicas direcionadas para a juventude e, sobretudo sobre os jovens agricultores familiares. Nesse sentido, se faz necessárias investigações que ajudem a revelar a situação desses jovens. A presente pesquisa se volta para esse desafio: analisar a situação juvenil na agricultura familiar do Território do Sisal através de um enfoque analítico das relações de gênero e geração. Portanto, esta pesquisa tem como pauta a formulação de projetos profissionais dos jovens, a partir de uma análise sobre a socialização no trabalho familiar agrícola conforme a diferenciação de gênero.

Na região sisaleira, conforme relatório realizado pelo extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), em 2009, a agricultura familiar é considerada como um fator de destaque. Economicamente falando, ela é à base da sobrevivência do homem do sisal, visto que é uma região onde a agricultura é a principal fonte de renda das famílias.

Considerando que a agricultura familiar é perpassada por relações de gênero e geração em suas dinâmicas sucessórias, percebe-se que “são os próprios agricultores familiares que geram seus sucessores” (BRUMER *et al* CASTRO, 2005, p. 31). A continuidade na agricultura familiar dependerá da capacidade de reprodução social das unidades familiares, com a continuidade de parte dos filhos no trabalho agrícola familiar. Entretanto, cabe destacar que a possibilidade dos filhos em sucederem os pais envolve dimensões específicas, como o acesso às condições materiais e a socialização vivenciada dentro da divisão do trabalho e que estão relacionadas com os projetos profissionais traçados pelos jovens.

Os estudos realizados por Weisheimer (2019b) apontam que os projetos profissionais dos jovens estão intrinsecamente relacionados com a autonomia material, com a socialização e as representações sociais existentes na esfera familiar. Nesse sentido, a autonomia está relacionada com a possibilidade desses jovens de estarem inseridos no processo de trabalho agrícola familiar, o que retrata um quadro, cujo contexto expõe uma realidade na qual a maioria dos jovens não são donos das terras que trabalham, e muitas vezes não recebem pelo trabalho que desenvolvem para seus pais.

Já a socialização, confere a esses indivíduos a internalização de valores e práticas estruturadas socialmente. O processo de socialização é um objeto sociológico por excelência, em que as normas são vivenciadas coletivamente pelos indivíduos. Desse modo, de acordo com (WEISHEIMER, 2009):

Os papéis desempenhados pelos indivíduos em qualquer etapa de sua vida, na interação com indivíduos de outras gerações, devem “aguçar” e reforçar seu papel como transmissor e receptor da herança cultural e social. Consequentemente, as relações entre gerações e a ênfase dada às diferenças básicas do processo de socialização. (WEISHEIMER, 2009, p. 162 *apud* EISENSTAND, 1976).

A socialização é a chave para compreender as dinâmicas reprodutivas da agricultura familiar. Isto porque é na divisão social do trabalho que se estabelecem as relações de inclusão do jovem no contexto familiar agrícola, sendo por esse meio que se estabelecem diferenciações de gênero nas práticas de sucessão geracionais. Ainda segundo Weisheimer (2019b), a socialização do trabalho familiar agrícola, é apontada como um dispositivo fundamental para reprodução social da agricultura familiar, porque permite a formação de uma nova geração de agricultores familiares.

Através dessas socializações, eles absorvem os conhecimentos práticos, valores e a ética própria do trabalho familiar agrícola, e garantem as disposições necessárias a sua reprodução geracional.

Como bem aponta Handfield, Jean e Parent (2005, p. 192), existem fatores que condicionam a sucessão, por isso, “a escolha do sucessor frequentemente é orientada ou determinada por fatores culturais ou situacionais que, de alguma maneira, impõe aos pais predecessores”. Certamente, é válido pontuar que as relações sociais e geracionais são construções sociais que envolvem os contextos específicos de produção e reprodução, como bem sinalizava Durkheim (2007) são os fatos sociais que independem dos indivíduos.

Portanto, a composição familiar assume fatores culturalmente estabelecidos, os quais na divisão social do trabalho os papéis que assumem mulheres e homens são diferenciados no espaço da unidade de produção familiar. Nesse contexto, existe uma divisão sexual do trabalho que influencia e determina a reprodução social da agricultura família, onde a unidade produtiva tende a ser passada de geração a geração.

Para Ellen Woortmann (1997), o processo de socialização propicia a desigualdade de gênero. Desse modo, a questão de gênero é um fator condicionante para a sucessão na agricultura, sendo que esta relação se direciona para a projeção da elaboração de seus projetos profissionais.

As representações sociais na agricultura familiar variam de acordo com o gênero em questão, uma vez que a socialização e a relação social da jovem e do jovem, em determinadas ações, são diferentes. Conforme aponta Weisheimer (2007, p. 251), a socialização na qual os jovens estão submetidos dentro do processo de trabalho agrícola familiar “ao mesmo tempo que produz socialmente os jovens agricultores familiares, reproduz as desigualdades de gênero e acaba comprometendo a reprodução do próprio processo que o engendra”.

Na execução das tarefas familiar agrícola, é a família que conduz as atividades, e nesse contexto de trabalho a participação feminina é pouco valorizada, especialmente quando se trata da realização de atividades consideradas masculinas. O pai sempre orienta e prioriza a presença do filho homem nas práticas com a agricultura, sendo as mulheres apenas condicionadas a realizar ações de segundo plano, como cozinhar, cuidar da casa, dos irmãos e de coisas mais leves. Os meninos logo cedo são educados a ir para labuta diária junto aos pais.

A escolha dos jovens em continuar ou não na agricultura familiar pertence a um conjunto de situações que independem apenas das suas escolhas, mas abarcam todo um contexto no qual esses se encontram dentro da divisão social do trabalho familiar agrícola. Na hierarquia familiar existe uma desvalorização da mulher. Essa que desde muito cedo é condicionada a uma subordinação que é construída socialmente pela condição de gênero, esse fato contribuiu para a exclusão das mulheres da sucessão na propriedade agrícola familiar, o que implica em um envelhecimento e masculinização da mesma.

Pretende-se aqui elencar os fatores que condicionam a reprodução dos jovens na agricultura familiar e investigar os aspectos de maior relevância para a compreensão do processo de construção de projetos profissionais por jovens mulheres e jovens homens no Território do Sisal, tendo em vista, as relações sociais que envolvem o trabalho familiar agrícola. Portanto, busca-se construir uma análise extensiva das condições materiais e das socializações desses jovens, para compreender os projetos profissionais deles, no Território do Sisal, segundo as diferenciações sociais de gênero nesse processo.

Com a dissertação procura-se contribuir para a construção do conhecimento sobre as dinâmicas produtivas e reprodutivas nas quais estes jovens estão inseridos no Território do Sisal. A intenção, portanto, é de responder ao seguinte questionamento: Como os projetos profissionais de jovens agricultores familiares no território sisaleiro podem ser explicados a partir das condições materiais e dos processos de socialização no trabalho familiar agrícola diante das relações sociais de gênero?

## **1. 2 Objetivos**

### *1. 2. 1 Objetivo Geral*

Analisar as condições materiais e os processos de socialização no trabalho familiar agrícola de jovens, comparando segundo gênero dos entrevistados, para explicar os projetos profissionais formulados por jovens agricultores no Território do Sisal.



### 1.2.2 *Objetivos Específicos*

- 1) Identificar as condições de acesso aos recursos materiais de jovens agricultores familiares;
- 2) Caracterizar o processo de socialização de jovens no trabalho familiar agrícola;
- 3) Explicar os projetos profissionais formulados por jovens agricultores familiares
- 4) Desenvolver uma análise comparada, entre jovens homens e jovens mulheres, ao longo do estudo.

### 1.3 **Hipótese**

As hipóteses defendidas são: 1) quanto maior a autonomia material e a participação dos jovens no processo de trabalho familiar agrícola, mais frequentes serão os projetos profissionais que apontam para a reprodução social da agricultura familiar. Em decorrência disso; a) as mulheres jovens tendem a construir projetos profissionais não-agrícolas, devido às baixas condições materiais e; b) devido às diferenças na socialização de gênero no trabalho familiar agrícola, com reflexos na formulação dos projetos profissionais.

### 1.4 **Notas técnicas e metodológicas**

Os procedimentos adotados para condução dessa investigação buscaram compreender como as relações de gênero, a partir da socialização no trabalho agrícola familiar, se relacionam com a elaboração dos projetos profissionais dos jovens agricultores do Território do Sisal. A unidade de análise da pesquisa são indivíduos jovens com idades entre 15 a 29 anos, que estão inseridos na agricultura familiar do referido território.

Para a construção da amostra foram examinados, informações censitárias sobre a população jovem, por sexo e faixas etárias entre o grupo de idade de 15 a 29 anos (com subgrupos de 15 a 19; 20 a 24; 25 a 29 anos). Constatou-se que o Território do Sisal dispõe de uma população rural de 333.162, sendo que somente de jovens temos um montante de 91.073 (IBGE, 2010).

Para o cálculo da amostra usamos o universo rural juvenil total, dada a inexistência de dados específicos sobre a população na faixa de idade de 15 a 29

anos, por condição de ocupação na agricultura familiar no nível do território.

Nesse sentido, com a intenção de analisar de modo categórico estes jovens, as perguntas tiveram o intuito de realizar uma reconstrução sociológica, e foram fundamentadas a partir das seguintes dimensões: a) condições materiais; b) processos de socialização; c) os projetos profissionais. Cada um desses tópicos será submetido a comparação por sexo.

Quadro 1 - Eixos de investigação principais variáveis

Eixo da investigação	Variáveis
Condições materiais	Condição fundiária da família Renda agrícola Autonomia material do Jovem
Socialização	Intensidade de participação no trabalho agrícola Participação na divisão do trabalho Participação na educação formal
Projetos Profissionais	Qual seu projeto profissional? Quer se estabelecer como agricultor familiar?

Fonte: Construído pela autora a partir de Weisheimer (2019).

O método utilizado foi o da abordagem quantitativa e representativa, por meio da aplicação de questionário padronizado e pré-codificado, a fim de buscar atingir um elevado grau de representatividade dos jovens agricultores familiares no Território do Sisal, bem como explorar a capacidade inferencial dos dados a partir de uma metodologia indutiva de *survey*.

Foi construída uma amostra aleatória por cotas, na qual todos os elementos têm a mesma probabilidade de serem selecionados. Para o cálculo da amostra estabeleceram-se os seguintes parâmetros: o nível de confiança de 95% e a margem de erro de 5%. Chegamos ao quantitativo amostral de 315 entrevistas, conforme fórmula apresentada no item sobre o planejamento amostral.

Ao ser calculado o tamanho da amostra foi efetuado o contato com a secretaria de juventude da FATRES<sup>1</sup>, a qual é formada por 13 coletivos de jovens dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais. Esse coletivo é formado por um grupo de pessoas que conhecem e convivem com os mais variados grupos de jovens das diversas comunidades, cujo mesmo ofertou uma lista com o contato telefônico de diversos

<sup>1</sup> Criada em 1996, a FATRES é constituída por Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STRs) dos municípios do Território do Sisal, e possui uma secretaria de juventude que trabalha com a temática dos jovens rurais e dos jovens agricultores familiares.

jovens, os quais a família trabalha com a agricultura familiar nos municípios do Sisal. Portanto, a aplicação do questionário foi realizado por meio de formulário on-line, disponibilizado via mídias sociais, como *Whatsapp*, o envio foi sendo encaminhamento através do link da pesquisa para algumas lideranças que foram enviando aos jovens agricultores. Dessa forma, para melhor compreensão dos métodos utilizados, apresentamos a seguir a condução de cada um deles.

#### 1.4.1 Pesquisa de dados Secundários

O primeiro passo deste trabalho foi a realização de uma coleta de dados nos diversos órgãos de pesquisa. Para estabelecer a amostra desse estudo, realizamos, inicialmente, a coleta de dados a partir do Censo Demográfico do IBGE, bem como da SEI, em que foi possível caracterizar o perfil quantitativo da população sisaleira, e dos jovens que nela residem. A análise do Censo 2010 permitiu identificar o volume total e a participação juvenil por sexo e faixa etária, o que possibilitou chegarmos ao seguinte resultado sobre a população de jovens por sexo e faixa etária.

Tabela 1 - População de jovens por sexo e grupos de idade

Idade	Homens	Mulheres	Total
15-19	18.259	16.979	35.238
20-24	15.752	14.142	29.894
25-29	13.497	12.444	25.941
Total	47.508	43.565	91.073

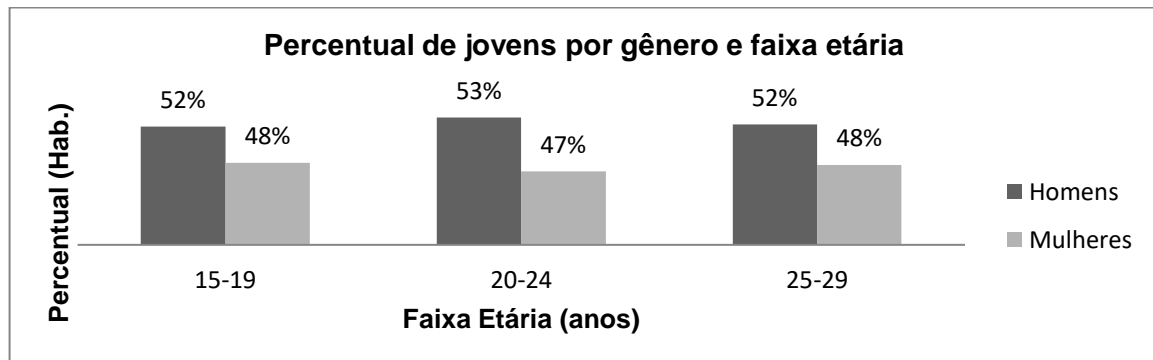
Fonte: construído pela autora, base de dados IBGE, Censo, 2010.

Em seguida, o Gráfico 01 retrata o percentual da juventude por grupos de gênero e classe etária, distribuídos entre os 20 (vinte) municípios do Território do Sisal. Esta foi a população considerada para especificação do cálculo da amostra, que a seguir também está representada em percentagem.

O Gráfico 01 apresenta como estão distribuídos os grupos de idade dos jovens no sisal. Desse modo, já é possível constatar que teremos um número maior de jovens homens que mulheres, isso refletirá na quantidade maior de rapazes selecionados

para a nossa amostra.

Gráfico 1 - População de jovens por sexo e grupos de idade



Fonte: construído pela autora, base de dados IBGE, Censo, 2010.

#### 1.4.2 Parâmetros amostrais

Conforme Gil (1989), só é possível obter uma pesquisa fidedigna se considerarmos com prudência algumas características do universo ao qual nos referimos, ainda para ele, os números devem ser obtidos por meio dos seguintes fatores: extensão do universo, nível de confiança estabelecido, erro máximo permitido e percentagem. Seguindo tal linha de raciocínio utilizaremos o cálculo de amostra infinita.

A extensão da amostra tem a ver com a extensão do universo. Para tanto, os universos de pesquisa são classificados em finitos e infinitos. Universos finitos são aqueles cujo número de elementos não excede a 100.000. Universos infinitos, por sua vez, são aqueles que apresentam elementos em número superior a esse. Por assim denominamos porque, acima de 100.000, qualquer que seja o número de elementos do universo, o número de elementos da amostra a ser selecionada será rigorosamente o mesmo. (GIL, 1989, p. 95)

Para obter a amostra aqui utilizada, em tamanhos compatíveis com o nível de confiança e ao erro amostral desejáveis relacionadas a populações com observações superiores a 100.000 (cem mil) considerou-se como base de cálculo os parâmetros estatísticos para dimensionamento populacional infinito, em que o nível de confiança escolhido será expresso em números de desvios-padrão, e o erro amostral será o valor máximo tolerável, em termos percentuais.

Considerando esses parâmetros e levando em consideração a composição populacional residente do Território do Sisal, que, por apresentar o contingente

populacional de 333.162 habitantes, segundo os dados do IBGE 2010 e conforme Gil (1989, p. 95) consideraremos a população estatisticamente infinita.

### 1.4.3 Cálculo da amostra

De posse das informações anteriores e dos demais índices conforme o quadro 1, o tamanho da amostra ( $n$ ) foi calculado considerando-se o erro máximo permitido em 5% (quadro 2), a um grau de confiança de 95% (quadro 2) e seu respectivo nível de confiança, expresso em número de desvios-padrão  $\sigma= 2$ , (quadro 2).

Quadro 2 - Fórmula para o cálculo de amostras estaticamente infinitas

$n = \frac{\sigma^2 \cdot p \cdot q}{(e)^2}$
<p>Sendo:</p> <p><math>n</math> = Tamanho amostral</p> <p><math>p</math> = Percentual em que o fenômeno escolhido se comporta</p> <p><math>q</math> = Percentual complementar (100 – <math>p</math>)</p> <p><math>(e)^2</math> = Erro máximo tolerado</p> <p>Onde:</p> <p>333.162 = total da população residente no Território de Identidade do Sisal</p> <p>91.073 = população jovem residente no Território de Identidade do Sisal</p>
<p>Valor total da amostra = 315 casos</p>

Fonte: construído pela autora, base de dados IBGE, Censo, 2010.

Ao aplicarmos os parâmetros descritos, conforme o quadro 01, obtemos o seguinte dimensionamento amostral de questionários a serem aplicados na pesquisa:

Esse cálculo resultou em uma amostra representativa do universo em 315 indivíduos. Seguimos o método de amostragem polietápica (BISQUERA *et al*, 2004), ou seja, realizamos a combinação mista da amostra estratificada e por conglomerados sequencialmente realizados em dois estágios.

### Quadro 3 - Cálculo da amostra

$$\sigma = 2 \rightarrow \sigma^2 = (2)^2 \rightarrow \sigma = 4$$

$$p = \frac{91.073}{333.162} = 27\% \rightarrow p = 27\% \quad p = \frac{91.073}{333.162} = 27\% \rightarrow p = 27\%$$

$$q = (100\% - p) \rightarrow q = 100\% - 27\% \rightarrow q = 73\% \quad q = (100\% - p) \rightarrow q = 100\% - 27\% \rightarrow q = 73\%$$

$$e = 5\% \rightarrow e^2 = (5)^2 \rightarrow e = 25$$

$$n = \frac{\sigma^2 \cdot p \cdot q}{(e)^2} = \frac{4 \cdot 27 \cdot 73}{25} = n = \frac{\sigma^2 \cdot p \cdot q}{(e)^2} = \frac{4 \cdot 27 \cdot 73}{25} = 315 \text{ amostras.}$$

Fonte: construído pela autora, base de dados IBGE, Censo, 2010.

### 1º Estágio: Amostragem Estratificada.

No primeiro procedimento a seleção da amostra foi estratificada por sexo e grupos de idade. A quadro abaixo demonstra os delineamentos amostrais totais, em que foi consideravelmente calculado com base na taxa de proporcionalidade populacional, seguindo os critérios da variável etária e o gênero dos jovens rurais, pertencentes ao território de identidade do Sisal.

Tabela 2 - Distribuição da amostra por faixa etária por gênero

Classe Etária	Gênero		Total
	Homens	Mulheres	
15-19	63	59	122
20-24	54	49	103
25-29	47	43	90
Total	164	151	315

Fonte: construída pela autora

Mediante o quadro acima verificamos que as cotas estão expressamente divididas. Somados os 100% da população jovem, distribuídas de maneira calculada o que cada grupo representa na divisão dos questionários aplicados por categoria etária X o gênero do entrevistado.

O quadro anterior possibilita-nos entender que diante dos grupos etários e considerando o gênero, é visivelmente perceptível que dentro do universo total de jovens, que serão entrevistados, teremos mais homens do que mulheres sendo entrevistadas. Isso porque no território a amostra populacional dos rapazes é maior

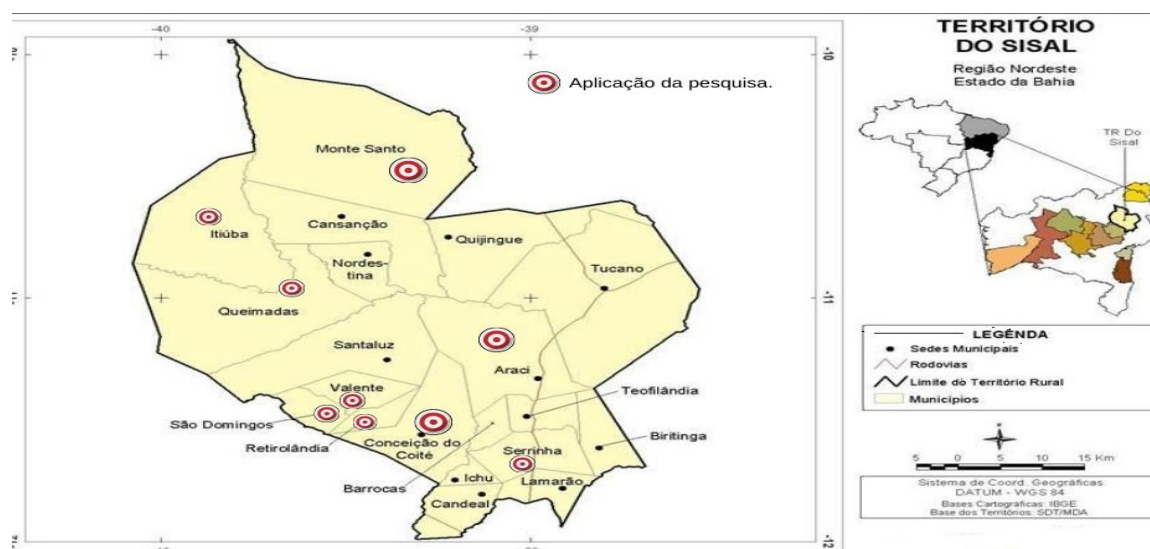
que a das moças. Para que a amostra trouxesse um retrato fiel, chegamos ao panorama, em números reais, o quadro 03 nos apresenta.

## 2º Estágio: Amostragem por Conglomerados

Após a determinação das cotas de entrevistados, definiu-se o município de Valente-Ba, sede da FATRES, como polo para a realização das entrevistas iniciais. Em seguida foram distribuídas entre os municípios de Monte Santo, Cansanção Serrinha, Araci, Queimadas, Itiúba, Conceição do Coité, Retirolândia e São Domingos. A definição desses se deu pela lista de contatos dos jovens agricultores familiares, que foi previamente fornecida, pelas lideranças de juventude, que fazem parte da FATRES, as quais atuam com os jovens rurais no território.

A Figura 01 representa todo o Território do Sisal, nele estão sinalizados em círculos vermelhos os municípios nos quais estão localizados os jovens para aplicação do questionário on-line.

Figura 1 -Municípios de aplicação da pesquisa



Fonte: MDA, 2010.

### 1.4.4 Aplicação de Questionário Padronizado

Na ocasião deste estudo, toda a pesquisa teve que ser alterada em virtude do momento pandêmico ocasionado pela Covid 19. As entrevistas que estavam previstas

para acontecer de maneira presencial, tiveram que ser remanejadas para uma pesquisa online, através de um link de acesso, enviado para os jovens via celular e redes sociais (*Facebook, Instagram e WatsApp*), dessa forma, era possível responder de maneira eletrônica ao questionário padronizado através da plataforma Formulários Google. Alcançamos com muito esforço o total de 315 entrevistas, pois além de atingir esse quantitativo, precisava que o mesmo fosse constituído por uma quantidade etária e de gênero específicos.

O Instrumento utilizado é originário do Núcleo de Estudos Sobre Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural (NEAF - UFRB - CNPq). O NEAF vem realizando estudos sobre a situação juvenil na agricultura familiar em diferentes regiões do estado da Bahia. O referido questionário já foi aplicado nos territórios do Recôncavo da Bahia, Irecê e Valença, em outras oportunidades. Esses estudos anteriores servirão de parâmetro e fonte de diálogo para os resultados a serem obtidos no Território do Sisal. Estamos assim, dando seguimento a uma agenda de pesquisas que vai, aos poucos, incrementando o conhecimento sobre os jovens agricultores familiares, sua condição e papel nas dinâmicas sucessórias e no desenvolvimento rural no estado da Bahia.

Dentre as técnicas na perspectiva abordagem quantitativa e representativa, abarcamos como instrumento de coleta a pesquisa amostral com aplicação de um questionário estruturado, com perguntas, na sua maioria de caráter objetivo, mas também subjetivo. As questões abertas possibilitam o entrevistado a liberdade de pontuar seu ponto de vista sobre a pergunta, dando maior destaque ao que pensa o entrevistado, já no que se refere às indagações fechadas, consideramos categorias de investigações muito mais amplas.

Posteriormente a sua aplicação, os questionários serão submetidos à checagem e análise crítica das informações. Além disso, será feito um tratamento de dados, migrando-os para o software estatístico *SPSS (Statistical Package for Social Sciences)*. Para a realização das análises descritivas e exploratórias de dados, serão determinadas às inferências e às explanações das análises através de diagramas, gráficos, valores relativos às tendências centrais.

As aplicações dos questionários foram fundamentadas para acontecer da seguinte forma: aplicação, checagem do formulário e análise dos dados. Essas etapas tiveram a finalidade de avançar o estudo, para que as ações fossem cumpridas com rigor, de modo a alcançar um resultado eficaz na produção desse trabalho.



## 1.5 Estrutura dos capítulos

Considerando a estrutura de divisão dos capítulos, a dissertação é sequenciada em seis momentos. No primeiro capítulo, o conteúdo apresenta a introdução, na qual envolve o tema, o problema, os objetivos, hipóteses e a descrição do perfil metodológico adotado durante toda a construção no trabalho.

No segundo capítulo, apresentamos informações de cunho teórico conceitual sobre a juventude e a agricultura familiar, portanto, discorro sobre o material teórico que já existe a respeito do tema, com a apresentação de dados atuais sobre a temática, são apresentados dados relacionados ao perfil da população ocupada na agricultura familiar.

O terceiro capítulo, discorre especificamente sobre as características do Território do Sisal, são apontados os dados socioeconômicos, a estrutura fundiária, população ocupada dentre outros indicadores, bem como expõe o percentual de jovens que residem nos municípios que compõem a região sisaleira.

No quarto capítulo, as informações serão a respeito das condições materiais dos jovens agricultores familiares. Os bens materiais, inseridos no contexto de vida desses jovens, possuem um papel de importância significativa sobre as disposições dessa juventude em reproduzir o trabalho familiar, o que afeta diretamente na construção das representações dos projetos profissionais dos jovens. Por conseguinte, nesse tópico apresentaremos informações relacionadas à unidade de produção familiar (UPF), considerando a situação fundiária, a renda agrícola e o nível de autonomia material dos jovens.

No quinto capítulo, o objetivo é analisar os processos de socialização dos jovens agricultores a partir do gênero. Desse modo, ponderaremos sobre a inserção juvenil no processo de trabalho familiar agrícola, tanto em intensidade da participação quanto sobre a divisão social do trabalho. Serão consideradas, além da socialização no trabalho familiar agrícola, a socialização na educação, por meio da inserção no ensino formal.

No sexto capítulo o foco da análise estará ligado aos projetos profissionais formulados pelos jovens agricultores. Nesse sentido busco identificar os projetos profissionais dos jovens, se desejam permanecer profissionalmente na agricultura e as expectativas quanto à sucessão hereditária nas unidades produtivas.

As considerações finais, trarão as conclusões do estudo em cotejamento com

a hipótese de pesquisa, a fim de sintetizar os principais resultados referentes à situação juvenil na agricultura familiar do Território do Sisal.

## **2 AGRICULTURA FAMILIAR UMA CATEGORIA PARA SE PENSAR ALÉM**

Este capítulo busca apresentar o conjunto de conceitos e categorias teóricas que orientam o estudo da agricultura familiar e dos jovens agricultores familiares. Pretende-se contextualizar estas categorias teóricas no espaço de relações sociais que envolvem a prática do trabalho familiar. O capítulo ainda se encontra organizado em duas seções. Na primeira contextualiza a agricultura familiar e na segunda é trabalhada o enfoque na sociologia da juventude e das relações sociais de gênero, em face da divisão social do trabalho na agricultura familiar.

### **2.1 Panorama conceitual sobre a categoria agricultura familiar no Brasil**

A agricultura familiar é caracterizada por uma estrutura produtiva, cujo trabalho da família é a força motriz. Seguindo essa definição e conforme aponta o INCRA: “o agricultor familiar é todo aquele que tem na agricultura sua principal fonte de renda (+ de 80%) e cuja força de trabalho utilizada no estabelecimento venha fundamentalmente de membros da família” (FAO-INCRA,1996).

Tomando como base os pilares: trabalho, gerencia e produção, para se pensar a agricultura familiar como uma categoria na qual prevalece uma estrutura comedida em laços de parentescos, Chayanov, (1974), considera que na agricultura familiar, a própria família controla o trabalho e organiza o ciclo produtivo. Portanto, a agricultura é o resultado de processo de reprodução, no qual é possível assegurar a sucessão por meio da reprodução social da família e, contudo, da unidade produtiva<sup>2</sup>. Por conseguinte, a agricultura familiar é pautada por meio da Reprodução da família, Abramovay (1997), considera que somente por meio dessa é possível pensar na reprodução da unidade produtiva.

No campo da produção acadêmica, a agricultura familiar atingiu avanços significativos, pois, “expandiu-se por todo o país o interesse em pesquisar a agricultura familiar a partir de sua essência, seus elementos constitutivos e relacioná-la com projetos, arranjos e modelos de desenvolvimento rural” (BAIARDI; ALENCAR 2014, p.55).

---

<sup>2</sup> Chayanov (1974), sobre este assunto também classifica o chamado Ciclo Demográfico (este que será abordado nos capítulos seguintes)

Falar em agricultura familiar é reconhecer que seu termo aponta particularidades. Segundo Sérgio Schneider (2014), ao longo dos anos, o Brasil vem atingindo avançados níveis de definição e compreensão das características e significados sobre a agricultura familiar. Ainda conforme o autor, podemos considerar que todo esse progresso deve ao “reconhecimento da enorme diversidade econômica e heterogeneidade social deste grupo social formado por pequenos proprietários de terra que trabalham mediante o uso da força de trabalho dos membros de suas famílias” (SCHNEIDER, 2017, p. 84).

A agricultura familiar no Brasil é crescentemente uma forma social de produção reconhecida pela sociedade brasileira, por suas contribuições materiais e imateriais. Às diversas expressões de sua organização social, às quais correspondem múltiplos discursos identitários e demandas sociais, somaram-se, nas últimas décadas, o grande esforço de pesquisa da comunidade acadêmica, ao desvendar a extensão e a profundidade de sua presença no mundo rural, e a convergência de políticas públicas de apoio à sua reprodução. (BERGAMASSO e DELGADO, 2016, p.09).

Independentemente de sua origem ou processo histórico, a agricultura familiar chama a atenção de diversos estudiosos, sejam dos que buscam explicar suas origens e relações com campesinato, sejam dos que a tratam como uma importante ferramenta para o desenvolvimento sustentável, o fato é, historicamente, no Brasil a agricultura familiar sempre esteve presente. A agricultura familiar percorreu processos de transformação, ao longo dos contextos históricos<sup>3</sup>, e buscou acompanhar o modo de produção dominante, sem perder o caráter familiar no processo de trabalho.

A agricultura familiar é aquela em que a gestão, a propriedade e a maior parte do trabalho vêm de indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou casamento. Que esta definição não seja unânime e muitas vezes tão pouco operacional é perfeitamente compreensível, já que os diferentes setores sociais e suas representações constroem categorias científicas que servirão a certas finalidades práticas: a definição de agricultura familiar, para fins de atribuição de crédito, pode não ser exatamente a mesma daquela estabelecida com finalidades de quantificação estatística em um estudo acadêmico. O importante é que estes três atributos básicos (gestão, propriedade e trabalho familiares) estão presentes em todas elas. (ABRAMOVAY, 1997, p. 3)

---

<sup>3</sup> Sobre este aspecto não será alongada a discussão na qual segundo autores como Lamarche (1998) e Wanderley (1999) apontam que a agricultura familiar é uma denominação genérica, que carrega traços correlacionados com o modo de produção do campesinato. Sobre este assunto verificar estudos Mendras, (1978), Chayanov, (1981), dentre outros. Entretanto, vale salientar que conforme afirmado por Jollivet (2016, p.80) “os agricultores familiares de hoje não deixam de ter suas raízes camponesas e continuam a ser, em geral, empreendimentos econômicos que operam em regime de economia familiar”.

As características presentes na agricultura familiar estão pautadas na gestão do trabalho e da propriedade dos meios de produção, prevalecem o trabalho e a responsabilidade da família. No entanto, a agricultura familiar, somente pode ser definida, se nela existir uma relação de trabalho, consumo e reprodução geracional. Pode se então resumir, que a agricultura baseia-se em três atributos inseparáveis, que são: família, trabalho e produção.

Um importante estudo realizado pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO)<sup>4</sup> e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) trouxe uma importante definição para a agricultura,

“[...] a partir de três características centrais: a) a gestão da unidade produtiva e os investimentos nela realizados são feitos por indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou casamento; b) a maior parte do trabalho é igualmente fornecida pelos membros da família; c) a propriedade dos meios de produção (embora nem sempre da terra) pertence à família e é em seu interior que se realiza sua transmissão em caso de falecimento ou aposentadoria dos responsáveis pela unidade produtiva” (INCRA/FAO, 1996, p. 4).

A agricultura familiar envolve relações sociais, econômicas, políticas e uma gama de aspectos que decorrem desse espaço de convivências, rupturas e continuidade. Por isso, ponderar sobre esse assunto é evoluir-se em uma abordagem que abarca também histórias de luta, que sempre estiveram relacionadas com revoluções históricas, independente de qual tenha sido sua formação social ou histórica, a sua produção agrícola é assegurada por explorações cuja produção a família participa (LAMARCHE, 1993).

A agricultura brasileira sofreu modificações sociais e econômicas, ao passar pelo chamado processo de inovação tecnológica, ou como era denominado por Kageama (1990) e Graziano da Silva (1996) época da modernização da agricultura, por conta da utilização de fertilizantes e utensílios mecanizados, e das relações amplamente relacionadas com o capitalismo.

A trajetória da agricultura familiar brasileira surge das reivindicações de sindicatos e movimentos sociais do meio rural, os quais contestam as visões pejorativas atribuídas historicamente a esse modelo de agricultura (PICOLOTTO, 2014).

---

<sup>4</sup> O Relatório FAO/INCRA, com dados apresentados em estimativas elaboradas em 1994, constituiu o principal documento de análise e proposições que inspirou a percepção do Pronaf. Este estudo trouxe informações que separou os estabelecimentos agropecuários Brasileiros dos estabelecimentos familiares e patronais.

Diversos foram os atores envolvidos no processo de consolidação da agricultura familiar, a saber, se destacam movimentos sociais como Central Única dos Trabalhadores (CUT), a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), e as Federações de Trabalhadores na Agricultura (FETAG's).

A partir dos anos 1990 o termo “agricultura familiar”, através de um processo que envolve questões acadêmicas e políticas, passou a ganhar legitimidade. Pois, durante este período ocorreu transformações significativas nos âmbitos sociais, econômicos e políticos, as quais favoreceram a consolidação da categoria Agricultura Familiar.

O mais importante aspecto contextual que beneficiou a afirmação da agricultura familiar é o alcance da estabilidade macroeconômica e o controle da inflação, através do Plano Real de 1993. O segundo condicionante macro, ainda que de ordem mais institucional e política, está relacionado às diretrizes da nova Constituição de 1988, que criou as bases legais e institucionais para descentralização das políticas públicas e conferiu mais espaço para participação dos atores da sociedade civil na sua elaboração. E o terceiro fator refere-se à retomada do papel do Estado na regulação e governança destas políticas e iniciativas (SCHNEIDER; CASSOL (2014) *apud* SCHNEIDER, 2010; ABRAMOVAY E MORELLO, 2010; SALLUM JR., 2003).

A agricultura familiar no Brasil, constitucionalmente falando, é determinada pela Lei n. 11.326, de 2006. “considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural” e que, conforme descritos nos incisos abaixo, atendam os seguintes critérios: “[...] agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; ” “III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; (Redação dada pela Lei nº 12.512, de 2011); ” “ IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família” (Brasil, 2006). Tendo em conta o atendimento de tais requisitos, inclui ainda “[...] silvicultores que cultivem florestas nativas ou exóticas e que promovam o manejo sustentável daqueles ambientes; [...] 15 aquicultores que explorem reservatórios hídricos com superfície total de até 2 ha (dois hectares) ou ocupem até 500m<sup>3</sup> (quinhentos metros cúbicos) de água, quando a exploração se efetivar em tanques-rede; [...] extrativistas pescadores que exerçam essa atividade artesanalmente no meio rural, excluídos os garimpeiros e faiscadores” (Brasil, 2006).

O censo Agropecuário de 2006 contribuiu demasiadamente para a proeminência do termo, sendo que este trouxe o primeiro levantamento com informações específicas de dados sobre a condição do produtor, separando os estabelecimentos familiares, dos não-familiares.

A agricultura familiar representa o setor numericamente majoritário do agro brasileiro. Os dados do último Censo Agropecuário do IBGE (levantados em 2007 tendo o ano base 2006) mostraram que o Brasil possuía em 2006 um total de 5.175.489 estabelecimentos agropecuários dos quais 4.367.902 poderiam ser classificados como de agricultores familiares<sup>1</sup>. Isto significa que a agricultura familiar representa 84% do total dos estabelecimentos agropecuários brasileiros e ocupa uma área de pouco maior de 80,3 milhões de hectares, o que representa 24,3% da área total dos estabelecimentos rurais brasileiros. A contribuição da agricultura familiar para produção agropecuária não é pequena, pois 38% do valor da produção e 34% do total das receitas do agro brasileiro advém deste setor. Apesar dos estabelecimentos não familiares representarem apenas 16% do total de unidades, ocupam 76% da área de terra e geram a maior parte do valor da produção (62%) e da receita (66%). (SCHNEIDER; CASSOL, 2013, p.3).

Desde então a agricultura familiar tem avançado no Brasil, em 2014 a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) classificou como sendo o Ano Internacional da Agricultura Familiar (AIAF). No Brasil, inúmeros foram os avanços alcançados pela categoria, destacamos.

Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf); Programa de Aquisição de Alimentos (PAA); Programa Nacional de Biodiesel (PNB); Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária (Pnater); Seguro da Agricultura Familiar (SEAF); Lei da Agricultura Familiar; Lei Orgânica de Segurança Alimentar; Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar (PGPAF); Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (Pronat); Programa Mais Alimentos; Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae); Programa de Garantia de Preços Mínimos (PGPM-Bio); Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC); Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Pnapo) e o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo). (HEBERLÉ et al., 2017, p.133)

Um dos mais importantes passos para o fortalecimento da agricultura familiar foi a criação da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária (PNATER) conforme Lei Federal 12.188 de 11 de janeiro de 2010, o documento “Fundamentos teóricos, orientações e procedimentos metodológicos para construção de uma pedagogia prática de ATER”, este serviço de educação não formal, de caráter continuado, no meio rural busca

promover processos de gestão, produção, beneficiamento e comercialização das atividades e dos serviços agropecuários e não agropecuários.

Por meio desse programa, as famílias têm acesso a um atendimento, que busca dinamizar a produção, a renda, para promover emancipação econômica, qualidade da alimentação e o conforto social das famílias de agricultores familiares.

Perante os progressos, em setembro de 2019 ocorreu a celebração no Plenário da Câmara dos 13 anos da Lei da Agricultura Familiar (Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006). Posto que, em seu artigo 3º, é apresentada a definição legal em que considera como agricultor familiar e/ou empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente:

Utilizar, no mínimo, metade da força de trabalho familiar no processo produtivo e de geração de renda; deter, a qualquer título, área de até 4 módulos fiscais; ser a gestão do estabelecimento ou do empreendimento estritamente familiar; auferir, no mínimo, metade da renda familiar de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento.<sup>5</sup> (Decreto nº 9064 de 31/maio/2017)

O período que corresponde a 2019-2028, conforme plenária realizada na Câmara dos Deputados é classificada como a Década da Agricultura Familiar. Esse plano tem sete pilares que visam melhorar a inclusão socioeconômica, a resiliência e o bem-estar da agricultura familiar:

Criação de ambiente político favorável para fortalecer a agricultura familiar; Apoiar a Juventude a garantir a Sucessão Rural da agricultura familiar; Promover a equidade de gênero e o papel de liderança das mulheres da agricultura familiar; Fortalecer as organizações da agricultura familiar; Melhorar a inclusão socioeconômica e o bem-estar da agricultura familiar; Promover a sustentabilidade da agricultura familiar para alcançar sistemas alimentares resilientes às mudanças climáticas; Fortalecer a multidimensionalidade da agricultura familiar para alcançar inovações sociais que contribuam ao desenvolvimento territorial, salvaguarda da biodiversidade, meio ambiente e cultura. (Plano de ação global contra a fome e a pobreza anunciado em maio de 2019).

Percebe-se como a agricultura familiar atingiu uma preponderância no que se refere a um destaque social e político, a categoria tem encontrado incentivos e evidentemente tem alcançado um patamar de apogeu no âmbito nacional.

---

<sup>5</sup> Esta é a atual definição legal da agricultura familiar no Brasil por meio da Lei nº 11.326 de 24/ julho/2006, regulamentada pelo Decreto nº 9064 de 31/maio/2017, e por portarias ministeriais complementares. Comparada ao texto original da referida Lei, observa-se que ocorreram mudanças nos pontos relacionados a mão de obra familiar e a renda.



O setor econômico da agricultura familiar produz mais de 50% dos alimentos da cesta básica brasileira. Isso lhe confere papel estratégico para manter o abastecimento interno e controlar a inflação, gerando impactos no orçamento doméstico de todos os cidadãos. No último Censo Agropecuário realizado no ano 2017 pelo IBGE, foram contabilizados, 77% dos produtores rurais, são considerados agricultores familiares no Brasil, 3,9 milhões de estabelecimentos desenvolvem a agricultura familiar, representando 76,8% dos estabelecimentos brasileiros.

Tabela 3 - Evolução da participação das principais variáveis da agricultura familiar - Brasil (1996,2006,2017).

Idade	Variável	1996	2006	2017
Estabelecimentos	Total	4.859.864	5.175.489	5.073.324
	Familiares	4.139.369	4.551.967	4.638.176
	Familiares (%)	85,17	87,95	91,42
Área de estabelecimento (ha)	Total	353.611.242	329.941.393	351.289.816
	Familiares	107.768.450	106.761.753	117.642.824
	Familiares (%)	30,48	32,36	33,49
VBP dos estabelecimentos (R\$ mil)	Total	230.798.794	269.625.722	474.218.378
	Familiares	87.486.566	97.361.848	133.937.780
	Familiares (%)	37,91	36,11	28,24
Pessoal total ocupado dos estabelecimentos	Total	17.930.853	16.567.544	15.105.125
	Familiares	13.780.201	13.048.855	12.221.432
	Familiares (%)	76,85	78,76	80,91

Fontes: IBGE (1995; 2006; 2017). Elaboração dos autores. Nota: <sup>1</sup>Valores em reais de 2017 atualizados com base no Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI). Obs.: A área de download dos dados dos Censos Agropecuários 1995/1996, 2006 e 2017 é encontrada em: <https://bit.ly/3517Do8>.

Na tabela acima, é possível constatar que a agricultura familiar vem atingindo um patamar evolutivo. No seguimento referente aos estabelecimentos familiares, a agricultura familiar veio despontando no ano de 1996 de 85,17%, para 91,42% em 2017. Verifica-se um aumento relativo à área de estabelecimentos integrados por agricultores familiares, que saiu de 30,48% para 33,48%, entre os anos de 1996/2017. Quanto aos números da população ocupada na agricultura familiar, constata-se através dos números coletados, que ocorreu um decréscimo, entretanto, seguindo a metodologia proposta pelos autores da referida tabela, percebemos o percentual, deste público, cresceu de 76,85% para 80,91% em 2017.

Não obstante, para o Governo Federal, em 2018 a agricultura familiar brasileira é apontada como a oitava maior produtora de alimentos do mundo e a maior do Brasil. Sendo que, 87% da mandioca, 70% do feijão, 60% da produção nacional de leite, 59%

do rebanho suíno, 50% das aves e 46% do milho consumidos pela população brasileira vêm desse tipo de cultivo. Conforme o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), o setor movimenta US\$ 55,2 bilhões por ano. A representatividade é tanta que envolve aproximadamente 4,4 milhões de famílias agricultoras, ou seja, 84% dos estabelecimentos rurais brasileiros. Além disso, a atividade está na base da economia de 90% dos municípios brasileiros com até 20 mil habitantes.

A agricultura familiar vem auferindo destaque no cenário brasileiro por gerar renda, movimentar a economia e possibilitar a permanência das famílias no campo, e é fundamentada pela satisfação das necessidades e a reprodução da família. A tabela a seguir mostra que a agricultura familiar vem crescendo em produtividade a cada novo censo, em 1996 observa-se que a produção que era de 811,80, subiu para 1.138,51.

Tabela 4 - Produtividade bruta por hectare comparada entre AF e NF - Brasil (1996, 2006, 2017)

Variáveis	1996	2006	2017
VBP/área familiar	811,80	1.034,67	1.138,51
VBP/área não familiar	582,94	861,47	1.456,39

Fontes: IBGE (1995; 2006; 2017).

Entretanto, se comparada a agricultura familiar com a produção das famílias com os estabelecimentos de base não familiar, verifica-se que a primeira perde para a segunda. Conforme Guanziroli et al (2017), dentre os diversos fatores que afetaram a produção dos estabelecimentos familiares, um deles “foi o envelhecimento dos chefes das famílias (IBGE, 2017) que leva os filhos optem por outras atividades fora do domicílio agrícola, fazendo também cair a produtividade, principalmente dos familiares, que são os que mais dependem de mão de obra familiar” (2020, p.197).

Tabela 5 - Produtividade bruta da mão de obra comparada entre AF e NF – Brasil (1996, 2006 e 2017) (Em R\$)

Variáveis	1996	2006	2017
-----------	------	------	------

Familiares: VBP/PO	6.348,74	8.467,90	10.959,25
Não familiares: VBP/PO	34.527,64	55.528,89	118.001,67

Fontes: IBGE (1995; 2006; 2017).

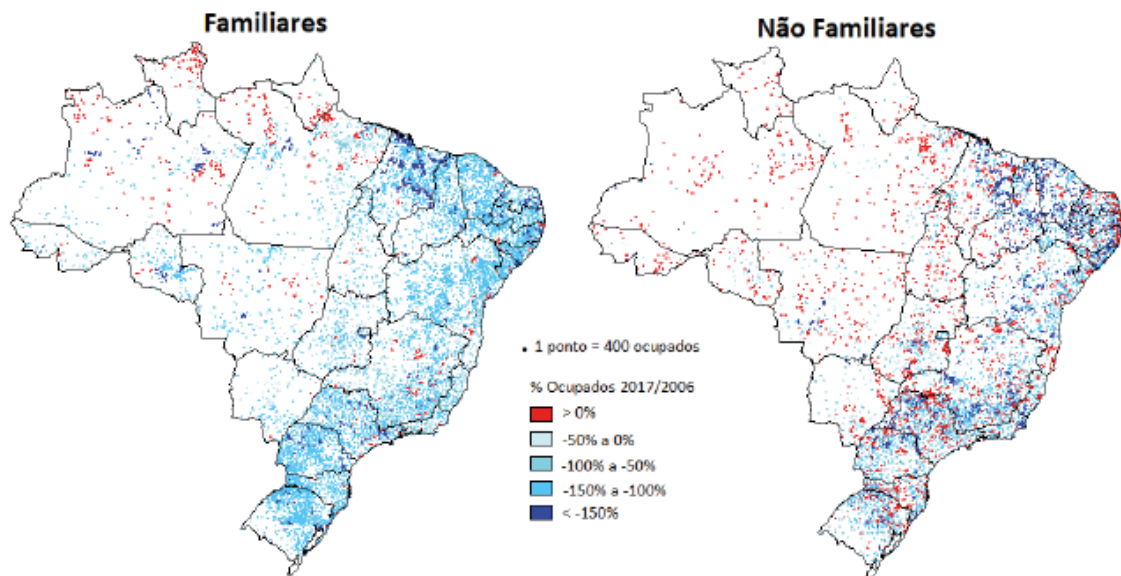
A mão de obra familiar cresceu no período em comparação, porém em um volume menor do que o observado em unidades não familiares. Uma explicação para esta situação seriam os problemas ligados com a reprodução geracional, ou seja o “envelhecimento e masculinização da população rural; e, por outro lado, do aumento de problemas ligados à sucessão geracional nos estabelecimentos familiares”. (BRUMER, 2008, p. 08) <sup>6</sup>.

A agricultura familiar depende em larga medida do trabalho familiar para se desenvolver, por esse motivo é de suma importância que a reprodução social da agricultura ou “sucessão familiar” aconteça, para que jovens trabalhem na agricultura e no futuro sejam herdeiros das propriedades de seus familiares.

Na Figura 2, constata-se que existe uma enorme variação da população ocupada principalmente em relação aos que estão ligados a agricultura familiar, entre os anos de 2006 e 2017. Cada ponto da Figura 2 identifica uma variação positiva (cor vermelha) e negativa (em *dégradé* de azul), com ocupações de cunho familiar (mapa à esquerda) e não familiar (Figura à direita). Identifica-se, portanto, que há redução de pessoas na agricultura familiar, sendo este incidente em todos os municípios do país. Porém, a população agrícola ocupada sem laços familiares somente cresceu intensamente em duas regiões (Centro-Oeste e Norte). Em suma, pode-se verificar que há uma tendência geral de redução da população ocupada associada à agricultura familiar em vistas de um crescimento da população ocupada contratada (não familiar).

Figura 2 - Variação absoluta da população ocupada 1 e variação percentual positiva 2 e negativa 3 da população ocupada com e sem laços familiares (2006 e 2017)

<sup>6</sup> Conforme pontuam os autores Guanzioli; Sabbato et all (2017) “A natureza do PO pela agricultura familiar – a própria família –, no entanto, é diferente. Os jovens, por exemplo, vão à escola, dedicando apenas parte do tempo às atividades do estabelecimento familiar. Em muitos casos, isto também se refere às mulheres, que trabalham integralmente, mas em atividades que, embora relevantes, não são contabilizadas pelo VBP. Isso complica a comparação, embora não invalide o argumento central sobre esse aspecto. “



Fontes: IBGE (2006; 2017).

Com base em uma preocupação existente, sobre a situação geracional da agricultura familiar, diversos pesquisadores como Carneiro (2007), Brumer (2007), Castro (2009), Stropasolas (2006), Wanderley (2007), Weisheimer (2019), dentre outros, vêm realizando importantes pesquisas que tratam desse assunto. Para esses estudiosos, as dinâmicas reprodutivas estão relacionadas com a inserção da juventude na divisão sexual e geracional do trabalho familiar agrícola.

## 2.2 Juventude e agricultura familiar

Na sessão anterior foi pontuado que a agricultura familiar é balizada por meio da reprodução familiar. Somente por meio desta é possível pensar na continuidade da unidade produtiva. Nesse sentido, a seção a seguir, pretende conceituar o jovem dentro da especificidade de reprodução da agricultura familiar. Inicialmente será apresentado quem é este jovem, considerado responsável pela sucessão familiar agrícola. Em seguida será apontado como o trabalho fundamenta as relações sociais, e como a socialização do indivíduo constrói a identidade e as representações dos sujeitos conforme as diferenciações de gênero.

### 2.2.1 Jovem agricultor(a) familiar

Para categorizar a juventude nas ciências sociais, não se pode limitar-se

somente sobre fatores etários, psicológicos, biológicos ou mesmo comportamentais, mas deve-se levar em consideração, a categoria multidimensional. A intenção aqui não é ampliar o debate sobre o que seria a juventude, mas classificar os sujeitos da análise, que são jovens agricultores familiares.

A classificação da juventude em sua essência, não possui uma consistência consensual, visto que sua classificação possui inúmeras especificidades, que variam desde conceitos etários até mesmo sociais. Para a Sociologia, a palavra juventude é algo que carrega fatores que são socialmente construídos. A juventude possui, portanto, o que François Dubet (1996) considera “ambiguidade” intrínseca, para ele, ao mesmo tempo, em que ela representa um dado momento no ciclo da vida, também carrega características de nível social, cultural, e de uma determinada historicidade, a qual envolve um processo de inserção social, e que é delimitada por uma estrutura social. Vale salientar que, conforme Bourdieu (1983) a juventude é uma palavra ou seja, revela pouco acerca dos sujeitos e encobre todo uma série de diversidade e situações desiguais.

Nesse sentido, Weisheimer (2005) propõe que para compreendermos as peculiaridades dos jovens, se faz necessário identificar o processo de socialização que predomina entre eles. Para o pesquisador, são nos processos de socialização que constitui objetiva e subjetivamente os jovens (as) como “ser social” em suas idiosincrasias sendo está a chave para a compreensão sociológica. Nas experiências advindas das interações que ocorrem em processos de socialização, as formas de sociabilidade geram as identidades coletivas juvenis. Com base nesse critério, estritamente sociológico, que pode ser objetivamente identificado por pesquisadores e os próprios sujeitos da análise, compreendemos ser possível contribuir para a superação da invisibilidade social de segmentos de jovens e desenvolver uma estratégia de classificações dos sujeitos que escape da reprodução de formas de violência simbólica sobre eles. Seguindo essa pista, para não nos perder no amplo debate sobre formas de classificação das juventudes, buscamos tratar objetivamente dos jovens que são socializados na agricultura familiar. Este conforme delimitou Weisheimer, “são membros de uma unidade doméstica que também atua como unidade de produção agrícola” (2007, p. 239). Ou seja, segundo sua definição.

Os jovens agricultores familiares constituem uma categoria social específica devido à sua socialização no processo de trabalho familiar agrícola. Como eles são membros de uma unidade doméstica que também atua como

unidade de produção agrícola, predomina a instituição de saberes, normas e valores do universo da família e do processo de trabalho que esta realiza. Com efeito, a socialização realizada neste contexto produz a incorporação de saberes específicos associada à configuração de identidades sociais e profissionais ligados à agricultura. Diferentemente de outros jovens, sua identidade social se constrói em relação ao trabalho familiar agrícola, o que produz os dilemas e as características diferenciados de sua situação juvenil (WEISHEIMER, 2019<sup>a</sup>, p. 102).

A definição do que é ser jovem agricultor perpassa por categorias que se definem nas dimensões cujo caráter familiar está presente. Ser jovem, e ser agricultor familiar, é carregar consigo as circunscrições de uma identidade que se baseia nos processos de socialização. No âmago da composição familiar são formadas as experiências que serão vividas pelas novas gerações de agricultores, nesse sentido, o jovem é educado a seguir padrões e práticas pré-estabelecidas pelos seus pais. O jovem pode morar no campo, fazendo parte de um contexto familiar agrícola, e não ser um jovem agricultor.

Percebe-se, contudo, que para denominarmos o conceito de jovem agricultor precisamos considerar todo um contexto, no qual, se encontra esses sujeitos, desde os aspetos geracionais e culturais. Parafraseando Weisheimer, 2007:

Por jovens designamos os sujeitos históricos coletivos ou indivíduos concretos que vivem os processos de socialização específicos e os dilemas da condição juvenil. Segue-se a trilha de Abad (2002) e Spósito (2003) para trazer outra distinção, entre condição e situação juvenil. A condição juvenil corresponde ao modo como a sociedade constrói e significa esse 'momento do ciclo da vida', enquanto a situação juvenil diz respeito aos diversos percursos experimentados pela condição juvenil. (WEISHEIMER, 2007, p. 238)

A juventude é concebida como uma categoria sociológica, e devemos “pensá-la como forma de um espaço de relações sociais” (BOURDIEU, 1983, p. 280). Desse modo, a juventude agrícola familiar se enquadra na formulação que envolve o processo de socialização na qual se configura na divisão social do trabalho e consequentemente nas relações sociais de reprodução, formando uma categoria social que é específica. Considerando que “a socialização realizada, neste contexto, produz a incorporação de saberes específicos associados à configuração de identidades sociais e profissionais ligadas à agricultura” (WEISHEIMER, 2019<sup>b</sup>, p. 54).

Assim como acontece com o jovem urbano, o jovem agricultor familiar carrega sonhos e projetos de vida, no entanto, ele busca por autonomia, formação profissional, e uma renda estável. Entretanto, o jovem agricultor familiar nem sempre encontra seu

espaço de reconhecimento e, por isso acaba muitas vezes traçando planos diversos ao modo de vida dos pais.

O jovem agricultor familiar depende de fatores vinculados às condições materiais, sociais e de gênero, sendo esses diretamente construídos dentro do ambiente familiar, o que Brumer (2007) classifica como um processo endógeno, no qual, os próprios agricultores formam jovens trabalhadores da agricultura familiar para serem seus sucessores.

Abramo (1997), entende a juventude como um: “Momento de transição no ciclo de vida, da infância para a maturidade, que corresponde a um momento específico dramático de socialização” (ABRAMO, 1997, p. 29). Segundo a autora, a juventude é uma fase de resoluções, pois, é nesta etapa da vida que se formulam os projetos nos quais o indivíduo irá seguir ao longo de sua vida, no caso dos jovens agricultores a formulação de projetos de permanência na agricultura familiar, vai depender do processo de socialização, que em grande medida está relacionado com a divisão sexual que esses jovens assumem dentro do ambiente familiar: “(...) a iniciativa dos jovens vivendo hoje no interior da agricultura familiar encontra-se fortemente inibida, não só por razões econômicas, mas também pela natureza da relação entre gerações e entre gêneros” (SILVESTRO, 1998, p.8).

Por conseguinte, o jovem agricultor convive com diversos fatores que delimitam a formação de dinâmicas sucessórias<sup>7</sup>. Em suma, o jovem agricultor familiar tem sua identidade construída em paralelo com a relação que este possui com o trabalho familiar agrícola (WEISHEIMER, 2009). Sobre essa relação, trataremos no tópico a seguir.

### **2.2.2 Juventude e o processo de trabalho familiar agrícola**

A agricultura familiar vem acompanhada de singularidades que tem como base uma estrutura produtiva, cujo trabalho é produzido por seus familiares. Para compreender como se dá a dinâmica reprodutiva na agricultura familiar é necessário recorrer a uma abordagem sobre os termos: trabalho familiar, geração e gênero.

O processo de trabalho da agricultura familiar se traduz em uma tarefa de reprodução social que, para Lefebvre (1994) *apud* Weisheimer (2019a) p.49, “consiste

---

<sup>7</sup> Sobre este contexto, capítulos posteriores irão fazer um enfoque sobre autonomia material, acesso aos recursos materiais, integração mercantil, educação formal dentre outros

no processo de manter, repor e transmitir os mecanismos sociais de geração para geração, no interior do processo de produção constituído”.

As práticas que envolvem o processo de trabalho na agricultura familiar, como sinaliza Weisheimer (2009, p. 107) “[...] se realiza com base em saberes e práticas que serão construídos e transmitidos através do próprio trabalho, o que confere um caráter socializador, de ensino e aprendizado, ao processo de trabalho familiar agrícola”. Portanto, o que se constrói dentro das relações de parentesco no âmbito familiar agrícola, são relações que podem garantir ou não as dinâmicas sucessórias.

Por assim o ser, cabe, aqui, definir que o trabalho é baseado em um processo que engaja as forças produtivas e as relações sociais de produção. Na primeira, temos os mecanismos ligados à produção, como os instrumentos, os trabalhadores e os meios de produção. Já na segunda, o que existe são as diversas maneiras como os indivíduos executam, e como controlam os meios de produção.

O que caracteriza o processo de trabalho humano para Marx não é apenas o uso de ferramentas, mas também a sua criação ou fabricação, e por essa razão ele corrobora a definição de Benjamin Franklin do ser humano como „um animal que faz ferramentas “. Existe uma conexão entre a criação consciente ou deliberada e o uso das ferramentas e o fato de que somente o trabalho humano é uma atividade vital consciente. Parece que somente os seres humanos podem ter o conceito correto de uma ferramenta, e, assim, fazer ou utilizar essas ferramentas com uma explícita consciência de fazê-lo, porque somente a pessoa tem um conceito da própria atividade produtiva, entendendo que ela pode se diferenciar de outros processos naturais, e conscientemente opor-se eles. (WOOD, 2004, p. 33)

O processo de trabalho na agricultura familiar, vai além do trabalho na terra, este assume a condição do modo como os indivíduos criam e recriam a si próprios, ou seja, “trata-se de uma intervenção racional do homem sobre a natureza, detendo uma dimensão subjetiva que confere uma lógica ao próprio trabalho” (WEISHEIMER, 2009, p. 96).

Por conseguinte, a existência humana não está completamente determinada pelas condições materiais que são dadas. No entanto, a objetividade tem certa influência sobre a subjetividade. Marx considerava que a produção da vida material humana não pode ser apenas fadada na relação entre homem e natureza, mas “o modo pelo qual os homens produzem seus meios de vida depende, antes de tudo, da própria constituição dos meios de vida já encontrados e que eles têm de reproduzir” (MARX, 2007, p. 87).

Dessa forma, a produção da vida por meio do trabalho significa que os sujeitos



sociais são produzidos pelo processo de trabalho, sendo eles resultado do que fazem de si mesmos pelo trabalho. “Tal como os indivíduos exteriorizam sua vida, assim são eles” (MARX, 2007, p. 87). O trabalhador, portanto, como foi anteriormente sinalizado, é responsável por determinar o que ele vai realizar, e como fará, porém, o processo de trabalho, é o que torna possível a reprodução da atividade.

Considerando que o processo de trabalho envolve relações sociais, e o mecanismo de reproduzir conforme sua necessidade, a lógica dialética que Marx aponta, sugere que o trabalho familiar agrícola é um processo de transformação da natureza, no qual, as pessoas que possuem laços de parentesco realizam, e cuja configuração está pautada no processo de produção e reprodução.

Todo o trabalho que envolve a agricultura familiar é resultado de uma junção das relações que são desenvolvidas entre indivíduos de uma mesma família, em que, através dos laços de parentesco, se desenvolve o processo de trabalho, sendo assim: “A reprodução social consiste no processo de manter, repor e transmitir os mecanismos sociais de geração para geração, no interior do processo de produção constituído” (LEFEBVRE, 1994, *apud* WEISHEIMER, 2019, p. 98). No entorno da família que o processo produtivo se desenvolve, sendo ele passado de geração a geração, e condicionado por fatores que são estabelecidos socialmente, as relações são conjugadas dentro do núcleo familiar.

No processo de trabalho familiar agrícola, as relações sociais de produção são reproduzidas em tempos cíclicos de curta e longa duração. Em ambas as dimensões, dos ciclos das lavouras e dos ciclos das sucessões geracionais, as relações sociais de gênero são determinantes. O desenvolvimento da agricultura dependerá da disposição das novas gerações em reproduzirem o modo de vida dos pais e o processo de trabalho que o caracteriza. As possibilidades dessa reprodução social não dependem apenas de aspectos subjetivos, de vontade dos jovens, mas fundamentalmente de condições objetivas que determinam a situação juvenil na agricultura familiar e que obedece a critérios de gênero como os presentes na divisão sexual ocupada.

Weisheimer (2009; 2019), ao propor o conceito de processo de trabalho familiar agrícola logrou caracterizar sua singularidade identificando um conjunto de características que em seu conjunto revela um processo de produção *sui generis* no modo de produção capitalista. Isto porque:

- a) Baseia-se nas relações de reciprocidade, em que o núcleo familiar não detém mais-valia, porque ela administra e executa o trabalho de maneira não assalariada;
- b) Existe uma transmissão de saberes entre as gerações;
- c) O ciclo demográfico familiar altera a relação entre trabalho e consumo, por esse motivo, o PTFA passa a atingir fases distintas;
- d) A divisão do trabalho, conforme as categorias de gênero, é um fator preponderante no estabelecimento de normas de gerenciamento e execução do processo de trabalho;
- e) O trabalho familiar agrícola assegura a inserção de novas gerações, sendo um mecanismo de socialização profissional entre os jovens.

Por quanto, o trabalho na agricultura familiar, é o alicerce de todas as relações, é nele que se origina a reprodução social, bem como as condições que irão nivelar as diretrizes a serem seguidas pelas gerações. Por meio do trabalho, dentro da unidade produtiva que são orientadas as relações de gênero.

O trabalho familiar agrícola é fundamental para a construção social da juventude na agricultura familiar, entretanto, a inserção desses jovens, se dá através da sua família, essa que, por sua vez, introduz uma reprodução condicionada em valores estabelecidos, conforme a categoria de gênero, ou seja, o ser jovem homem ou mulher, dentro da agricultura, delimita uma situação de subalternidade na hierarquia social do núcleo familiar.

As relações familiares são a chave do funcionamento da unidade de produção agrícola. Essas envolvem relações de manutenção de seus membros e também de reprodução do modo de vida social e econômico. Para Woortmann (1995), a reprodução se dá de “geração em geração” mediante laços de parentesco, e que essa relação é condicionada pelos papéis sociais que são categoricamente fundamentados em relações de gênero.

### **2.3 Gênero e a reprodução social na agricultura familiar**

O termo “gênero é “uma a criação inteiramente social de ideias sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres”. (SCOTT, 1995, p.75). Essa categoria está intrinsecamente ligada, com a cultura, pois os valores culturalmente

estabelecidos tendem a ser repercutidos e repetidos numa dada sociedade, no caso da agricultura familiar, a forma como homens e mulheres são socializadas, gera uma determinação de papéis que são atribuídas a depender do sexo, e isto já está enraizado na sociedade, de tal modo, que essas diferenças se configuram em determinados comportamentos que são repassadas de geração a geração. Para Bourdieu (2005, p.18) é o contexto social que contorna a diferença entre os sexos, a partir, portanto, de relação de dominação de homens sobre mulheres, para ele essa situação também acontece através da divisão do trabalho (BOURDIEU, 2005).

A utilização do gênero como um conceito importante no âmbito da agricultura familiar, tem sido referenciada em estudos brasileiros, através de autoras como Ellen Woortmann (1995) e Anita Brumer (2004). Ellen Woortmann (1995) realizou um estudo comparando as práticas de agricultores do sul e do nordeste do Brasil, e apontou que as mulheres são condicionadas a exercer tarefas muito mais domésticas que produtivas, sendo que a participação delas se no trabalho agrícola ocorria em conjunto com os homens e era classificada como ajuda. Em resumo, ela define que haveria uma hierarquia de gênero na composição da agricultura familiar, em que as relações sociais são estruturadas de maneira que os homens são reconhecidos como a autoridade máxima enquanto as mulheres suas ajudantes. Por sua vez, conforme sustenta Brumer (2004), a participação das mulheres nas atividades produtivas adquire mais destaque quando:

- a) Requerem uma execução manual, durante as fases de limpeza do solo e de colheita dos produtos;
- b) Referem-se ao processamento de produtos agrícolas (limpeza, seleção, embalagem etc);
- c) Ao cuidado de animais incluindo a retirada de leite e a criação de animais pequenos, destinados principalmente, ao autoconsumo.

A partir da divisão sexual do trabalho, as mulheres possuem uma função representativa para a continuidade da agricultura familiar, pois “se estas não são ‘produtivas’, são seguramente, reprodutivas, isto é, centrais para a reprodução do grupo doméstico e do próprio trabalho” (WOORTMANN, 1995, p. 35). Nesse sentido Weisheimer conclui que;

O processo de socialização dos jovens agricultores familiares reproduz as relações sociais de gênero atribuindo papéis diferenciados a homens e mulheres. No contexto da organização do trabalho familiar agrícola, isto implica a reprodução da divisão sexual e geracional do trabalho familiar hierarquizando os espaços na unidade produtiva e as diferentes tarefas que nela se realizam. Ou seja, esta socialização mediada por relações sociais de gênero vincula os filhos homens às tarefas agrícolas auxiliares a dos pais; as filhas mulheres às tarefas domésticas como ajudantes das mães. (WEISHEIMER, 2020, p. 12)

Essa divisão sexual do trabalho afeta as perspectivas dos jovens sobre a permanência na agricultura. Utilizando um estudo realizado pela CEPAL, Stropasolas (2007), afirma que o campo se configura em um local que atrai muito mais rapazes do que moças, um dos motivos que ele aponta está ligado a questão da sucessão no trabalho familiar agrícola.

A vida no campo é mais atraente para os rapazes que para as moças. Se aqueles herdaram terra ou têm apoio para levar adiante atividades produtivas, podem elaborar projetos de vida que são alternativas válidas em relação à migração para a cidade. Para as moças, entretanto, uma vida como esposa de agricultor – conhecendo outras alternativas possíveis – pode ser rejeitada ou objeto de resistência, diante de aspirações de vida em outro meio cultural e ocupacional. (STROPASOLAS, 2007, p. 286)

Na Tabela 6, nota-se que as mulheres estarão abandonando as atividades agropecuárias de maneira mais acelerada que os homens. Em 2006 a população masculina ocupada nos estabelecimentos agropecuários era 2,3 vezes superior à população feminina (11,5 milhões de homens e 5,1 milhões de mulheres). No ano de 2017, a razão entre as populações ocupadas masculina e feminina aumentou para 2,4 (10,6 milhões de homens e 4,4 milhões de mulheres).

Tabela 6 - População ocupada masculina e feminina, segundo laços de parentesco com a pessoa responsável pelo estabelecimento (2006 e 2017).

	2006		2017	
	Pessoas	(%)	Pessoas	(%)
Ocupados familiares	12.801.406	100,0	11.101.319	100,0
Homens	8.291.357	64,8	7.199.536	64,9

Mulheres	4.510.049	35,2	3.901.783	35,1
Ocupados não familiares	3.766.799	100,0	3.912.513	100,0
Homens	3.224.360	85,6	3.439.090	87,9
Mulheres	542.439	14,4	473.423	12,1

Fontes: IBGE (2006; 2017).

Analisando o quantitativo de mulheres x homens, que estão ocupados na agricultura familiar, constatou-se que no ano de 2006 existia um número maior de mulheres. Em 2017 a parcela de mulheres, teve uma diminuição de menos 608.266, fazendo parte do trabalho agrícola familiar.

A explicação para o “esvaziamento” das mulheres na agricultura familiar pode ser classificada em razão da falta de reconhecimento que elas têm com as atribuições de papéis ligados ao trabalho familiar. Pesquisas apontam que a maioria dos serviços realizados por mulheres são consideradas atividades leves, domésticas e de pequeno porte, o que, portanto, se configura em uma “ajuda” e não um trabalho. Outro fator determinante, é o escasso acesso à herança do patrimônio e a busca por elevados níveis de escolarização.

Na agricultura, estudos demonstraram (DESER – CEMTR/PR, 1996) que o trabalho familiar ainda mantém desigualdades de gênero, privilegiando o homem-marido enquanto chefe de família e da propriedade. As mulheres devem cuidar da casa e das atividades de reprodução familiar, ou seja, cultivo de horta e ervas medicinais, pequenas criações, assim como a atividade leiteira. Os homens devem cuidar das atividades produtivas, ou seja, voltadas para o mercado, enquanto consideram que as mulheres apenas “ajudam”, o que reflete a desvalorização do trabalho feminino pela sociedade, já que as tarefas domésticas não geram renda monetária. (SCHNEIDER; SILVA, 2010, p.5).

A força do trabalho feminino na agricultura familiar é pouco reconhecida e valorizada fazendo com que as jovens mulheres elaborem projetos profissionais que lhes garantam uma renda não agrícola. Carneiro (2007) traduz que o fato dessas meninas, além de não serem reconhecidas como trabalhadoras agrícolas, não desejam ser denominadas como tal. A tendência de elas deixarem o campo na busca de uma ocupação no meio urbano, o que é fator notório para a masculinização do

campo.<sup>8</sup>

Conforme explicou Damásio (2014, p. 43-44), o processo de trabalho familiar agrícola: “estabelece formas de divisão do trabalho por gênero culturalmente determinados, inconscientemente às gerações; cuja figura do homem (pai, marido) é o responsável e/ou chefe da produção”. Por assim, cabe considerar que o gênero, segundo Scott (1995), funciona como organizador da esfera doméstica patriarcal e é, portanto, um fator determinante para a reprodução da agricultura familiar, ao mesmo tempo, em que é responsável em sua essência por arranjos sociais que estruturam a organização da família, segundo ele “gênero é um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é um primeiro modo de dar significado às relações de poder” (SCOTT, 1990, p. 14).

A divisão social do trabalho, configurada no processo de socialização nos permite perceber que, a partir da reprodução social do trabalho, as meninas acompanham as suas mães nas tarefas domésticas (submissas, portanto, a desenvolverem atividades organizativas), enquanto os rapazes acompanham seus pais.

Os papéis atribuídos aos jovens na divisão familiar do trabalho refletem seus papéis sociais de gênero. Assim observamos que essa forma de organização do trabalho incentiva mais os jovens homens a buscarem desempenhar a função de sucessor do pai na gestão da unidade familiar. Já as filhas mulheres são principalmente excluídas de atribuições dentro da propriedade. A elas caberá principalmente estudar para desenvolver projetos não agrícolas.

Seguramente, uma característica central da injustiça de gênero é o androcentrismo: a construção autorizada de normas que privilegiam os traços associados à masculinidade. Em sua companhia está o sexismo cultural: a desqualificação generalizada das coisas codificadas como “femininas”. (Fraser, 2006, p. 234).

Inúmeros são os fatores que influenciam os jovens no processo que delimita a reprodução da agricultura familiar, dentre eles, podemos inclusive, citar a educação, pois “as moças investem mais na educação do que os rapazes, principalmente com vistas a preparação para um emprego na cidade” (BRUMER, 2007, p.40), outros

---

<sup>8</sup> A concentração dos rapazes no meio rural dificulta-os a encontrarem uma parceira para casarem-se, gerando o celibato camponês. Por sua vez, a ameaça do celibato influencia os rapazes também a migrarem para as cidades, abandonar a agricultura e migrar para a cidade (CARNEIRO, 2007).

fatores<sup>9</sup> que também participam das respectivas de reprodução são as condições materiais e sociais.

Quando se busca entender o processo de socialização do jovem na agricultura, nota-se que ele é inserido no processo do trabalho agrícola familiar, e a intenção em continuar no campo vira uma condição de vida, assim sendo, conforme Weisheimer (2003), a inserção no trabalho agrícola, desempenha papel fundamental na construção de sua identidade social, o que demarca uma diferença na construção social da categoria juvenil, uma vez que ocasiona a possível permanência na produção familiar.

O gênero é fator determinante para a reprodução social na agricultura familiar. Nesse sentido, a diferenciação entre homens e mulheres presente na divisão social do trabalho, induz as jovens mulheres elaborem “projeções de si”, através de uma identidade socioprofissional (DUBAR, 2005, p.186) muitas vezes desvinculada da agricultura familiar, contribuindo para uma maior masculinização do campo. Como elas são agentes fundamentais na reprodução social, se intensificam as dificuldades de sucessão geracional, na agricultura familiar.

Podemos considerar que o trabalho familiar agrícola, do ponto de vista de gênero, acarreta dinâmicas sucessórias da agricultura familiar, sendo que as jovens mulheres se encontram em situação secundária, por isto, tendem a formular projetos de vida fora da unidade de produção<sup>10</sup>, enquanto os jovens homens se apresentam como aqueles que herdaram à terra para a propagação do processo produtivo, o que para eles representam uma maior autonomia e incorporação das disposições para sucederem seus pais.

---

<sup>9</sup> Entretanto estas especificidades serão tratadas com maiores detalhes nos capítulos seguintes, onde retomaremos este debate.

<sup>10</sup> “As jovens vivenciam intenso controle social, dentro e fora da família, exclusão dos processos de produção agropecuária, de sucessão e herança, e ainda, dos espaços de decisão” (CASTRO, 2009, p.139).

### 3 AGRICULTURA FAMILIAR NO TERRITÓRIO DO SISAL

No Brasil, a agricultura Familiar teve sua história e hoje assume uma conjuntura significativa, percorrendo certa trajetória até se consolidar enquanto uma categoria reconhecida, na qual o Território do Sisal está inserido, desse modo, o trabalho familiar agrícola se destaca como uma categoria de grande valor para o auto consumo de seu povo.

Este tópico apresenta o Território do Sisal. O objetivo aqui é apresentar as características do Território, bem como demonstrar como a agricultura familiar é importante para o seu desenvolvimento. São apresentados, informações geográficas, historiográficas e sociológicas que nos permitem caracterizar o Território do Sisal e consequentemente pontuar sua relação com a agricultura familiar.

Dentro do Território do Sisal, ela possui sua representatividade, por conta disso, faremos uma abordagem dos dados do território sisaleiro, e como a agricultura familiar se destaca e se desenvolve na região. Seguindo adiante, trataremos informações gerais sobre o perfil dos jovens entrevistados.

#### 3.1 Território do Sisal: uma região singular

A ideia de território segundo Abramovay, 1998, está associada com a noção de desenvolvimento, sendo ele considerado como uma região que para além de suas limitações geográficas e históricas, representa todo um contexto social, no qual, fazem parte diversos atores sociais, e ao mesmo tempo variados segmentos.

A ideia é que o território, mais que uma simples base física para as relações entre os indivíduos e empresas, possui um tecido social, uma organização complexa feita por laços que vão muito além de seus atributos naturais e dos custos de transportes e comunicações. Um território representa uma trama de relações com raízes históricas, configurações políticas e identidades que desempenham um papel ainda pouco conhecido no próprio desenvolvimento econômico (ABRAMOVAY, 1998, p.53)

O Território do Sisal é uma referência, em termos, de agricultura familiar. “Contando atualmente com 58.237 estabelecimentos rurais, conforme dados do MDA/2015, a agricultura familiar é predominante no Território do Sisal” (PTDSS, 2016, p.44). Nele se encontra uma base agrícola evidentemente forte, inúmeras são as



culturas cultivadas pela população, mas paralelo ao que ele tem de produtivo, ele tem de organizado e articulado.

O Território do Sisal é reconhecido pela forte atuação da sociedade civil, no que se refere a organização social, desde 1960, vem sendo registrado a criação de diversas instituições, de modo geral, direcionam suas atividades para o fortalecimento da agricultura familiar, sendo estas o Conselho Regional de Desenvolvimento Rural Sustentável da Região Sisaleira da Bahia (Codes Sisal), a Associação de Desenvolvimento Sustentável e Solidário da Região Sisaleira (APAEB), a Fundação de Apoio à Agricultura Familiar do Semiárido da Bahia ( FATRES) de Valente e a Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Nordeste e Centro Sul da Bahia Ltda. (Sicoob Coopere).

Conforme o Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável e Solidário (PTDSS), elaborado no ano de 2016, pelos CODES, Uefs-NEDET, a agricultura familiar é pautada como “como estratégia para o Território através da geração de renda, contribuindo com a fixação do homem no campo e principalmente devido à importância do cultivo orgânico, contribuindo para o uso racional do meio ambiente, e garantia da qualidade de vida” (PTDSS, 2016, p.23).

O Território do Sisal tem se singularizado no âmbito das políticas territoriais, em face da inserção e adesão às concepções e diretrizes do PNDSTR do MDA, bem como pelos resultados efetivos que tem alcançado na implantação desta proposta. Essa preeminência decorre do nível de organização e do protagonismo dos atores sociais e pelas condições sociais historicamente construídas, apontadas como precursoras do arranjo político-institucional pretendido pela política estatal. A construção da nova institucionalidade no Território do Sisal é produto das transformações mais amplas ocorridas na sociedade brasileira [processo de democratização ativado por partidos políticos e movimentos sociais], e das condições particulares que foram forjadas regionalmente [gestadas pela atuação das pastorais rurais e pelo Movimento de Organização Comunitária]. Esse processo é produto da mobilização e atuação de diversos agentes sociais que vêm contribuindo para tessitura deste território (PTDSS, 2016 p. 12).

A região ficou conhecida pela forte presença dos movimentos sociais em diversos momentos da história política da Bahia. Dessas lutas sociais, foi possível obter como principais resultados, respectivamente, o direito previdenciário para os mutilados, a retomada pelos trabalhadores rurais e agricultores familiares e reorganização dos sindicatos de trabalhadores rurais.

Por conta da história dos movimentos sociais ligados ao fortalecimento da agricultura familiar, o Território sisaleiro tem alcançado visibilidade nacional,

importantes instituições, que atuam em prol do desenvolvimento rural sustentável, foram criadas, como a FATRES, o MOC, a APAEB, a ASCOOB, o CODES SISAL, dentre outras. Essas organizações atuam com projetos de fortalecimento das famílias, que vivem da agricultura familiar.

A criação da FATRES em 1996, a partir dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais e agricultores/as familiares passaram a assumir importante tarefa na execução de projetos do território, destacando-se como referência na assessoria técnica e extensão rural, ações de qualificação profissional junto ao PRONERA, com formação de turmas de Técnicas em Agropecuária, nos processos de marco legal das organizações dos agricultores e agricultoras, a exemplo dos sindicatos de trabalhadores e trabalhadoras rurais e agricultores e agricultoras familiares, das associações comunitárias, das cooperativas, o trabalho com organização e protagonismo dos jovens.

A Associação de Desenvolvimento Sustentável Solidário da Região Sisaleira (APAEB) do município de Valente, foi fundada por meio da articulação de pequenos agricultores familiares, no ano de 1980, foi implementada nos municípios de, Araci, Serrinha, Feira de Santana e Ichu, sendo o polo central na cidade de Valente, hoje dispõe de uma Fábrica de Tapetes de Sisal, Escola Família Agrícola, casa da Cultura, Batedeira de Sisal Comunitária, Curtume, Laticínio, Posto de Vendas e de uma Fundação que trabalha com Assistência Técnica e Extensão Rural para agricultores familiares e grupos produtivos.

Essas organizações através do acompanhamento aos agricultores e agricultoras familiares, têm atuado em conjunto com várias organizações da sociedade civil, especialmente os Sindicatos de Trabalhadores (as) Rurais (STRs), Sindicatos de Trabalhadores (as) Rurais e Agricultores (as) Familiares (SINTRAFs), associações comunitárias, cooperativas e grupos de produção, na busca de proporcionar uma Assistência Técnica e Extensão Rural, com base nos princípios da agroecologia, do cooperativismo, da economia solidária, nas perspectivas de fortalecer a agricultura familiar.

Através destas organizações sociais, engajamento e articulação voltados para o fortalecimento da agricultura familiar que a região sisaleira é bastante conhecida, sua importância foi reconhecida inclusive pelo próprio Governo Federal, na publicação “Territórios Rurais”, do MDA:

O Plano Safra para a agricultura familiar 2004-2005 da Região Nordeste foi lançado em Valente, Bahia, um dos municípios que integram o Território do Sisal, do qual fazem parte dezenove comunidades que estão entre as mais pobres do país, em uma das regiões mais áridas do estado[...] Foram lançadas as novas bases de apoio ao Território do Sisal, uma experiência bem sucedida de organização e cooperativismo, que merece a mesma atenção dos demais territórios em fase de estruturação (MDA, 2005, p. 24-25).

A ação de políticas públicas no Território do Sisal tem buscado fortalecer a participação da população local. Isso tem causado uma maior visibilidade das peculiaridades dessa população junto aos organismos públicos e organizações sociais tanto em nível nacional quanto estadual. Como exemplo, podemos indicar que somente no ano de 2008 o Governo Federal investiu mais R\$ 270 milhões no território.<sup>11</sup> Especificamente no estado da Bahia, muitas foram e vem sendo as políticas públicas implementadas no âmbito da Agricultura Familiar. Se destacam o incentivo para implementação de associações e cooperativas da agricultura familiar, e projetos como os programas Bahia Produtiva, Pro-semiárido e outros, com o objetivo de fortalecer as diversas cadeias produtivas existentes.

Apesar dos incentivos públicos dada à agricultura familiar, ainda persistem problemas correlacionados com a comercialização da produção agrícola familiar. Nesse sentido, as diversas organizações buscam intervir, e por meio delas, são realizados periodicamente eventos de apoio à comercialização, como feiras da agricultura familiar que acontecem com frequência em diversos municípios.<sup>12</sup>

### **3.2. Limitação territorial e caracterização geográfica**

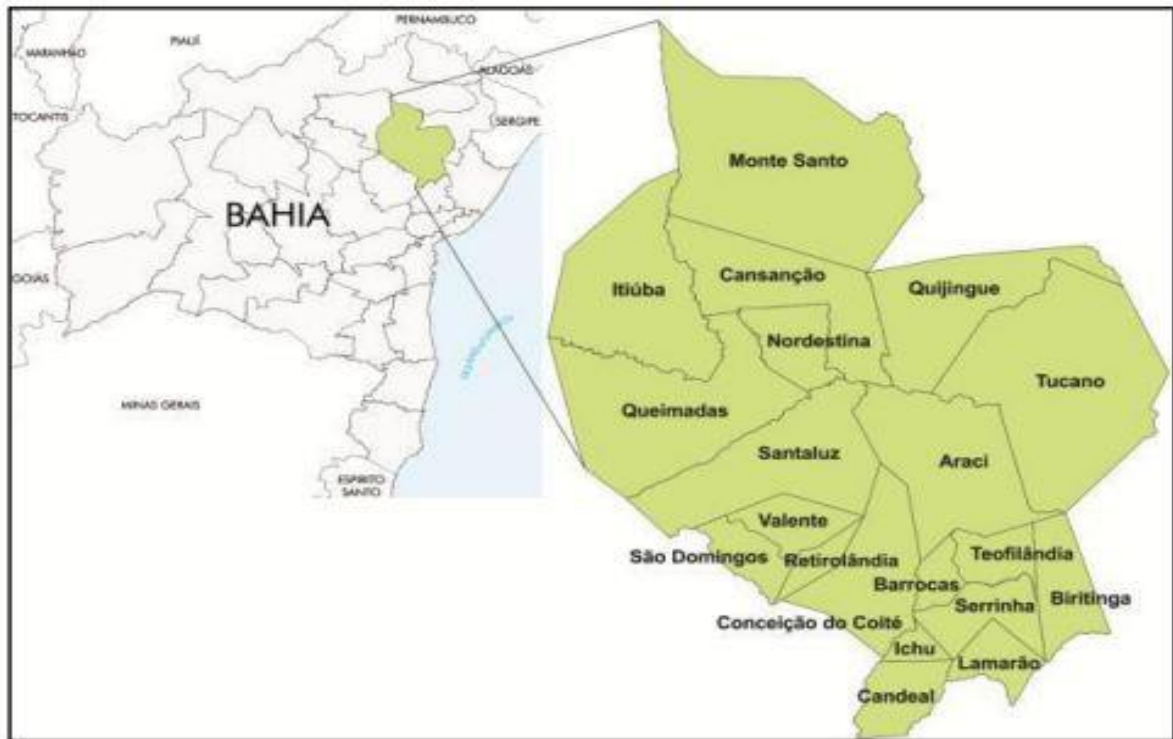
O Território do Sisal se caracteriza como um espaço com muitos desafios a serem enfrentados por seus habitantes. Destacam-se os aspectos naturais adversos como os inerentes ao clima dos semiárido nordestino, que se impõe, e desafia o

<sup>11</sup> <http://www.bahia.ba.gov.br/2008/12/noticias/planejamento/governo-federal-amplia-acoes-e-investe-mais-r-10-milhoes-no-territorio-do-sisal/>, acesso em 03/12/2020.

<sup>12</sup> A FATRES realiza anualmente a Feira da Agricultura Familiar, Economia Solidária e Reforma Agrária do Território do Sisal, que já está na sua 10ª edição. A FEIRAFES vem incentivando um modelo alternativo de produção que proporciona não só a adoção de práticas agroecologicamente corretas na agricultura, como também formas de comercialização local e estruturação de redes de distribuição da agricultura familiar, a mesma acontece na cidade de Valente recebe um grande fluxo de moradores (as) de cidades vizinhas e outras partes do Estado.

sertanejo na batalha para a obtenção dos meios de vida. As dificuldades recorrentes de acesso à terra e à água obstaculizam que a agricultura familiar local possa desenvolver todo seu potencial produtivo e social para superação da pobreza rural.

Figura 3 - Território do Sisal e seus municípios



Fonte: Cartilha ZEE – Caracterização dos Territórios de Identidade, 2015.

Localizado na região Semiárida da Bahia, o Território do Sisal é marcado por baixas precipitações pluviométricas, contendo prioritariamente apenas dois períodos de chuva ao ano, conforme o clima existente.

O clima predominante no território é o Semiárido que apresenta, dentre suas características, irregularidade na distribuição pluviométrica durante o ano (média pluviométrica anual local entre 400 a 650 mm), que ocorre de forma irregular e concentrada em 2 a 3 meses do ano, podendo ocorrer chuvas intensas (120 a 130 mm) num período de 24 horas, ocasionando a ausência de estação chuvosa definida; temperatura média anual em torno de 24,0°C (máxima 29,2°C e mínima de 20,2°C) e déficit hídrico entre -20 a -40%. Os riscos de estiagem no território são elevados, fazendo com que 100% de sua área esteja inserida no Polígono das Secas. (AGEITEC, 2010).

O Território do Sisal abrange uma área de 21.256,50 Km<sup>2</sup> e é composto por 20 municípios: Araci, Candeal, Cansanção, Itiúba, Monte Santo, Nordestina, Queimadas,

Quijingue, Serrinha, Teofilândia, Valente, Barrocas, Biritinga, Conceição do Coité, Ichu, Lamarão, Retirolândia, Santaluz, São Domingos e Tucano, (Fig.3).

No território, segundo o último censo (2010), foi registrada uma população total de 582.331 habitantes, dos quais 333.149 vivem na área rural. Isto corresponde a 57,21% da população do total. Desse montante, 58.238 são de agricultores familiares, havendo 2.482 famílias assentadas pela reforma agrária, além de comunidades quilombolas e áreas de populações indígenas.

A origem do nome desse território, vem da cultura agrícola do Sisal, planta xerófila trazida do México na primeira metade do século XX, podendo extrair uma fibra longa, usada em grande parte na indústria de cordoaria, configurando como a atividade econômica mais importante do Território, e considerada pela sua capacidade de absorção de mão de obra, por sua força econômica e capacidade de servir, também, como pastagem nos períodos de seca.

O Território apresenta uma vegetação diversificada, formada por plantas resistentes ao clima seco e árido como simbolicamente é o sisal. As condições climáticas aliadas à histórica concentração da propriedade fundiária, e a falta de investimentos, tanto na atividade agrícola como em outros setores que dinamizam a economia, resultaram em baixa remuneração do trabalho agrícola, desemprego, difíceis condições de vida, exploração do trabalho infantil e esforço de toda a família para a sobrevivência.

O predomínio da pequena propriedade com menos de cinquenta hectares, faz com que a mão de obra familiar seja o principal componente do perfil da força de trabalho no Território, tendo o seu encargo a realização de maior parte das tarefas produtivas, responsável pela sustentabilidade das famílias, se constituindo, assim, na principal alternativa de reprodução econômica da população rural.

A estrutura agrária dos municípios deste Território é concentrada, o que se manifesta na coexistência dentro de uma mesma área de pequenas e grandes propriedades, ocasionando a distribuição desigual dos benefícios delas extraídas.

Tabela 7 - Estrutura fundiária do Território do Sisal – Bahia

Grupo de Área		Até 2,0 ha	De 2,1 a 5,0 há	De 5,1 a 10,0 ha	De 10,1 a 20,0 ha	De 20,1 a 50,0 h	De 50,1 a 100,0 ha	De 100,1 a 200,0 ha	Mais de 200,0 ha	Total
Est. Rurais	nº	19.273	16.454	10.874	8.426	7.827	2.427	1.162	1.055	67.498
	%	28,6	24,4	16,1	12,5	11,6	3,6	1,7	1,6	100,0
Área	Há	19.834	54.308	78.550	119.589	242.645	170.845	163.417	594.427	1.443.615
	%	1,4	3,8	5,4	8,3	16,8	11,8	11,3	41,2	100,0
Área Média (há)		1,0	3,3	7,2	14,2	31,0	70,4	140,6	563,4	21,4

Fonte: IBGE, 2006.

A pequena propriedade alinhada com a mão de obra familiar compõe a agricultura familiar como sendo a fonte de renda e o meio de consumo predominante da população que vive no Território do Sisal, sendo essa a responsável por grande parcela da permanência do homem e da mulher no campo, evitando o êxodo rural, com resistência às condições adversas da aridez do clima, da escassez de água, da insuficiência de renda, da baixa escolaridade e da falta de infraestrutura física e social básica.

A agricultura familiar predomina em 93% das propriedades e equivale a 76% da população economicamente ativa local. 9,7% dos agricultores familiares da Bahia estão neste território e, entre estes, 68,5% são classificados como quase sem renda. Entre os mais de 100 territórios apoiados pela MDA, é o Território com maior concentração de agricultores familiares e onde se emprega mais pessoas por hectare, correspondendo ao dobro das médias estadual e nacional. (SAYAGO, 2007, p. 15)

O Diagnóstico do Território do Sisal elaborado pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária-EMBRAPA, elaborado por Sayago, 2007, aponta que:

A região conhecida como “região saleira” é caracterizada pela predominância de uma economia agrícola e por ter a maioria da sua população estabelecida na zona rural. Uma das principais atividades agrícolas na maioria dos municípios dessa região advém da produção do sisal (“Agave sisalana”). O cultivo deste é desenvolvido em pequenas propriedades e o seu beneficiamento feito com técnicas tradicionais de cultivo e beneficiamento empregando altos índices de mão-de-obra. (SAYAGO, 2007, p. 12)

Gráfico 2 - Dados da Agricultura Familiar - Território do Sisal (2017)



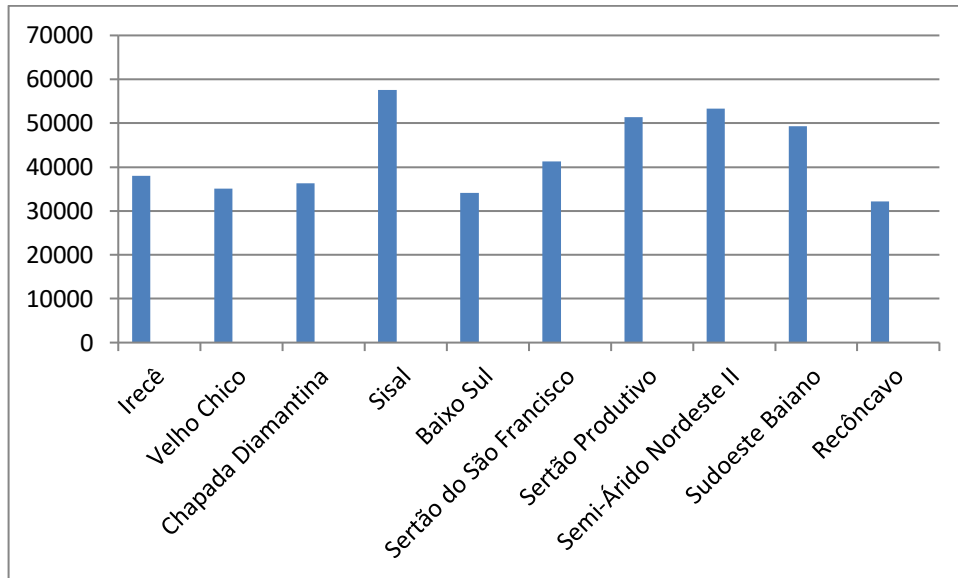
Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2017.

As informações contidas no Gráfico 02 demonstram que a população ocupada na agricultura familiar no território é expressiva, são 57.633<sup>13</sup> pessoas ocupadas na agricultura familiar, no ano de 2006 foram registradas 58.237 pessoas, o que representa uma queda de 1,03%. Em números gerais, dentre os 27 Territórios de Identidade, o Sisal é o que mais se destaca na quantidade de pessoas ocupadas na agricultura familiar.

O Gráfico 3 contém informações dos 10 territórios com maior número de pessoas ocupadas na agricultura familiar, pode se perceber, contudo, que o Sisal lidera expressivamente o ranking de pessoas que estão ocupadas na agricultura familiar, com 57.633, ficando atrás do Território Semiárido do Nordeste II que possui uma população agrícola familiar de 53293 e do Território Sertão Produtivo que tem um total de 51363.

Gráfico 3 - Territórios de Identidade com maior Nº de pessoas ocupadas na agricultura familiar (2017)

<sup>13</sup> A população utilizada para o cálculo da amostra desse estudo foi a do censo de 2010, tendo em vista que o último censo realizado, não classifica por faixa etária a população ocupada na agricultura familiar, apenas sinaliza que são pessoas, com idade, 14 anos ou mais, deste modo, tornou se inviável analisar o número de jovens agricultores familiares que existem no Território do Sisal.



Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 2017.

O desenvolvimento socioeconômico do Território do Sisal na Bahia está relacionado com a agricultura familiar. Fica claro, desse modo, que a agricultura familiar, com todos os seus limites, constitui-se como meio de consumo predominante da população que mora na região sisaleira, sendo ela a peça fundamental para se pensar em políticas de fortalecimento social e econômico.

O comparativo feito entre os censos de 2006 e 2017 mostra que houve uma queda na população ocupada na agricultura familiar, isso a nível nacional, e como podemos perceber no gráfico 03, com o Território do Sisal, não foi diferente. Temos uma queda em números, que nos faz refletir sobre a necessidade de discutirmos e fundamentarmos sobre a temática geracional e de sucessão.

A sustentabilidade produtiva das propriedades familiares depende de uma nova geração de agricultores, a expectativa, portanto, é de que os jovens filhos assumam e conduza o trabalho agrícola familiar. José Souza Martins (2010) traz em seus trabalhos a afirmação de que à agricultura familiar é considerada uma instituição de reprodução da família, do qual, núcleo está na relação direta com a terra e com a produção agrícola, ele ainda acrescenta que a agricultura familiar se estabelece como uma “rede de relacionamentos de várias gerações, em vários lugares” (MARTINS, 2001, p. 2).

No Item a seguir, traremos como destaque o perfil dos jovens agricultores familiares no sisal, e qual o arranjo que eles vêm ocupando na região. Inicialmente foi realizada uma coleta de dados secundários sobre esses, e no tópico posterior foi



apresentado o perfil dos entrevistados desse estudo.

### 3.3 Perfil dos jovens agricultores no Sisal

Este trabalho tem como objetivo analisar a população dos jovens agricultores familiares no Território do Sisal. Por isso, essa seção traz um levantamento de dados sobre esses sujeitos. O intuito, portanto, é demonstrar algumas informações sobre o quadro da juventude agrícola familiar na região sisaleira.

Conforme informado anteriormente, a amostra deste estudo foi obtida, através de um levantamento de dados, via censo populacional de 2010. Trabalha-se aqui com classificações etárias que no censo agropecuário de 2017 não foram catalogadas. Por conseguinte, o último levantamento realizado pelo IBGE somente dispõe de dados a respeito do público de 14 anos a mais, e neste estudo sobre jovens agricultores familiares, trabalha-se com três grupos, sendo eles com idades entre os 15-19, 20-24 e 25-29 anos.

Na Tabela 08, os jovens de 15 a 19 anos, que compõe o contexto do território sisaleiro, percebe-se a existência de um público maior de homens, somando um total de 17060, do que de mulheres, que somam 16795. O município que dispõe da maior quantidade de jovens com essa faixa etária é a cidade de Monte Santo, e o que tem menor número é Ichu, com apenas 90 jovens do sexo masculino e 104 do sexo feminino.

Tabela 8 - População Jovem entre 15 e 19 anos no Território do Sisal

IDADE 15 A 19			
Município	Homens	Mulheres	Total
Valente	408	545	953
Coité	1.199	1.249	2.448
Retiro	279	193	472
São Domingos	171	160	331
Serrinha	1.581	1.413	2.994
Tucano	1.711	1.579	3.290
Araci	1.872	1.670	3542
Monte Santo	2.376	2.200	449
Cansanção	1.152	1.177	2.329
Queimadas	591	657	1248
Quijingue	1.246	1.050	2.296

Teofilândia	989	845	1834
Biritinga	646	629	1275
Santa Luz	704	647	1351
Barrocas	509	473	982
Lamarão	482	386	868
Ichu	90	104	194
Candeal	307	274	581
Nordestina	491	449	940
Itiúba	1.455	1.279	28377
Total	<u>18259</u>	<u>16979</u>	<u>35238</u>

Fonte: construída pela autora, a partir do IBGE 2010.

Na Tabela 09, temos informações do público jovem de 20 a 24 anos de idade, de um total de 35238 jovens que moram na região sisaleira, continua-se com a maioria formada por jovens do sexo masculino, estes que somam um montante de 18259 em relação a uma quantidade de 16979 mulheres jovens, a cidade de Monte Santo continua sendo a que mais comporta jovens no território.

Tabela 9 - População Jovem entre 20 a 24 anos no Território do Sisal.

Idade 20 a 24			
Município	Homens	Mulheres	Total
Valente	560	617	1177
Coité	1135	1.004	2139
Retiro	234	259	493
São Domingos	128	130	258
Serrinha	1.574	1.534	3.108
Tucano	1.322	1.246	2.568
Araci	1.514	1.167	2.681
Monte Santo	1.917	1.807	3.724
Cansanção	1.051	753	1.804
Queimadas	476	306	782
Quijingue	1.040	823	1.863
Teofilândia	675	719	1.394
Biritinga	563	501	1.064
Santa Luz	707	624	1.331
Barrocas	593	437	1.030
Lamarão	365	330	695
Ichu	114	85	199
Candeal	224	207	431
Nordestina	380	473	853
Itiúba	1.180	1.120	2.300
Total	<u>15752</u>	<u>14142</u>	29894

Fonte: construída pela autora, a partir do IBGE 2010.

Em relação a população jovem de 25 a 29 anos percebe-se na tabela 09, que é o grupo que menos tem jovens na região, composto por 25941 indivíduos, sendo eles também em sua maioria formado por jovens do sexo masculino (13479) para um valor de 12444 mulheres jovens.

Tabela 10 - População Jovem entre 25 a 29 anos no Território do Sisal

Idade 25 a 29			
Município	Homens	Mulheres	Total
Valente	469	412	881
Coité	1.065	1.119	2.184
Retiro	217	232	449
São domingos	164	181	345
Serrinha	1.316	1.057	2.373
Tucano	1.244	1.111	2.355
Araci	1.217	1.050	493
Monte santo	1.670	1.481	449
Cansanção	883	853	331
Queimadas	375	529	258
Quijingue	788	752	345
Teofilândia	613	565	2994
Biritinga	504	449	3108
Santa Luz	576	395	2373
Barrocas	408	419	3290
Lamarão	310	298	2568
Ichu	76	77	2355
Candeal	215	188	3542
Nordestina	341	278	2681
Itiúba	1.046	998	2267
Total	<u>13497</u>	<u>12444</u>	<u>25941</u>

Fonte construída pela autora, a partir do IBGE 2010.

A partir das tabelas acima, a população jovem do Território do Sisal em sua maioria é constituída muito mais por jovens homens, todos os municípios apresentam uma quantidade maior de rapazes que de moças. A cidade com maior concentração da juventude é a cidade de Monte Santo, seguida da cidade da Serrinha, permanecendo a cidade de Ichu como a que menos agrega jovens na sua população.

Essas foram informações sobre a população jovem no Sisal, na sessão a seguir, fase um apanhado sobre o perfil geral da juventude estudada. No entanto, dados referentes as categorias socioeconômicas, as condições materiais, de socialização estarão sendo detalhadas nos próximos capítulos.

### 3.4. Jovens agricultores familiares: o perfil dos entrevistados

Esta sessão objetiva apresentar o perfil dos jovens entrevistados. Porquanto será abordado a seguir uma representação do sexo e faixa de idade dos jovens, que contribuíram para esta pesquisa, considerando a amostra de 315 questionários<sup>14</sup>, dos quais foram subdivididos considerando os critérios amostrais apresentados anteriormente.

A participação da juventude, considerado para este estudo, contou com 164 entrevistados do sexo masculino e 151 de sexo feminino. Vale destacar que este valor obedeceu à amostra da população geral de jovens que habitam no território. Contudo, a pesquisa também seguiu um critério de gênero, sendo assim, para este estudo foram considerados quantidades específicas de mulheres e homens, conforme podemos visualizar na Tabela 10.

Considerando que esse estudo categorizou a juventude, por meio de uma classificação etária, foi necessário contar com 122 jovens (entre homens e mulheres) com idade entre 15 e 19; 103 jovens entre 20 a 24 anos e uma quantia de 90 jovens com idade de 25 a 29 anos, sendo que desse conglomerado, 39% de jovens estão com idade entre 15 a 19 anos, 33% com 20 a 24 anos e por fim, apenas 29% com idade de 25 a 29 anos. O número maior de entrevistados foi referente os grupos com idade entre 15 a 19 anos, isso reflete, portanto, que temos muito mais jovens em idade escolar, que aqueles que teoricamente já teriam saído do ensino médio.

Assim sendo, a composição da amostra de jovens, contou com a distribuição representada, em 38,7% de 15 a 19 anos, em 32,7% de 20 a 24 anos e na faixa de 25 a 29 com 28,6%. Das mulheres, 39,1% possuem de 15 a 19, 32,5% 20 a 24, e com 25 a 29 anos um total de 28,5%. Já entre os rapazes, 38,4% tem idade de 15 a 19, 32,9% 20 a 24 e 28,7% de 25 aos 29 anos. (Tabela 10).

Entre os jovens entrevistados, um quantitativo de 309 responderam à pergunta sobre estado civil, conforme dados elencados na Tabela 12 verifica-se que a maioria dos homens estão solteiros, 93,8%, apenas 6,3% deles são casados. Já em se tratando das mulheres, 85,2% se auto definiu como solteira, e 14,8% delas disseram ser casada. Dentre os que responderam estar casados, verifica-se que há mais

---

<sup>14</sup> Vale sinalizar que nem todas as respostas contemplam a amostra dos 315, o questionário não era fechado em perguntas obrigatórias, por isso em algumas categorias de análise os números não fecham nos 315 da amostra.

mulheres que homens, porquanto percebe-se que existe entre os entrevistados um número maior de homens solteiros.

Tabela 11 - Cruzamento das faixas etárias por sexo dos entrevistados (f e %)

Idade		Sexo		Total
		Masculino	Feminino	
15 a 19 anos	Frequência	63	59	122
	% em Sexo	38,4%	39,1%	38,7%
20 a 24 anos	Frequência	54	49	103
	% em Sexo	32,9%	32,5%	32,7%
25 a 29 anos	Frequência	47	43	90
	% em Sexo	28,7%	28,5%	28,6%
Total	Frequência	164	151	315
	% em Sexo	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Banco de Dados Jovens Agricultores Familiares do Sisal, 2021.

Tabela 12 - Estado civil dos jovens por sexo (f e %)

Estado Civil		Sexo		Total
		Masculino	Feminino	
Solteiro	f	150	127	277
	%	93,8%	85,2%	89,6%
Casado	f	10	22	32
	%	6,3%	14,8%	10,4%
Total	f	160	149	309
	%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Banco de Dados Jovens Agricultores Familiares do Sisal, 2021.

A Tabela 13 demonstra que a proporção de jovens com filhos, apenas 65 deles (20,6%) afirmaram possuir filhos, enquanto 250 (79,4%) dos jovens declararam que não tem filhos. Considerando as mulheres, 26,5% sinalizaram que são mães enquanto 73,5% não são. Já os homens representam um total de 84,8% sem filhos e 15,2% sendo pais. De modo geral observa-se que o número de filhos é bem pequeno em relação aos entrevistados. No último censo (2010), o número de filhos por mulheres, no território era de 2,07.<sup>15</sup>

<sup>15</sup> A taxa de fecundidade total (TFT), no Brasil, anteriormente era acima de 6 filhos por mulher até os anos de 1960, e caindo para 1,9 filho por mulher, segundo o censo 2010, já na Bahia, nesse mesmo período, foi de 2,5 para 2,1.

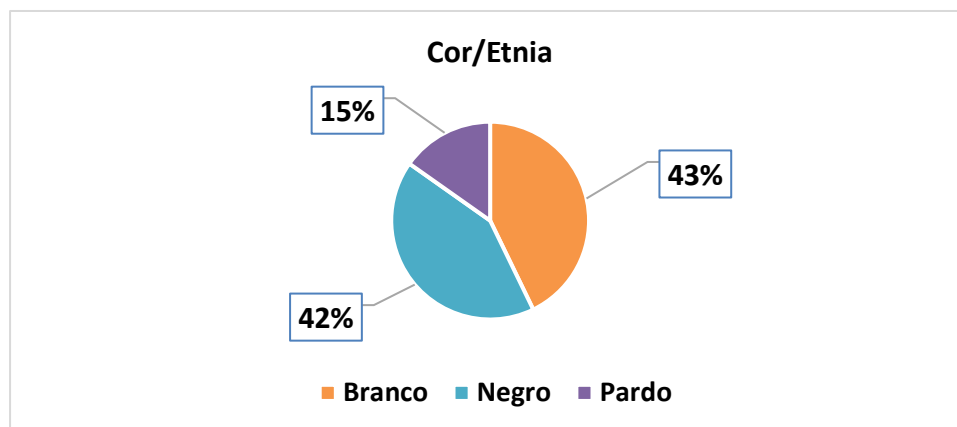
Tabela 13 - Jovens com filhos por sexo (f e %)

Possui Filhos		Sexo		Total
		Masculino	Feminino	
Sim	f	25	40	65
	% Sexo	15,2%	26,5%	20,6%
Não	f	139	111	250
	% Sexo	84,8%	73,5%	79,4%
Total	f	164	151	315
	% Sexo	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Banco de Dados Jovens Agricultores Familiares do Sisal, 2021.

No que se refere a autoidentificação, o Gráfico 04 ilustra, como os entrevistados se classificam em relação a sua cor. Para essa pergunta subjetiva, muitas foram as respostas, que não necessariamente correspondia a etnia, exemplo disso, muitos citaram ser “morenos”, “vermelho” e etc. No entanto, para a análise classificatória, optamos por seguir o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, considerando apenas as variáveis branca, preta, amarela, parda ou indígena. Dentre as respostas, não houveram entrevistados se declarando como amarelos ou indígenas, portanto, os jovens se dividem entre negros e brancos, nos quais, 42% da juventude se considera negra, 43% branca, e apenas 15% se autodeclararam pardos.

Gráfico 4 - Autoidentificação étnica



Fonte: Banco de Dados Jovens Agricultores Familiares do Sisal, 2021.

Tabela 14 - Distribuição do número de integrantes das famílias dos entrevistados (f e %)

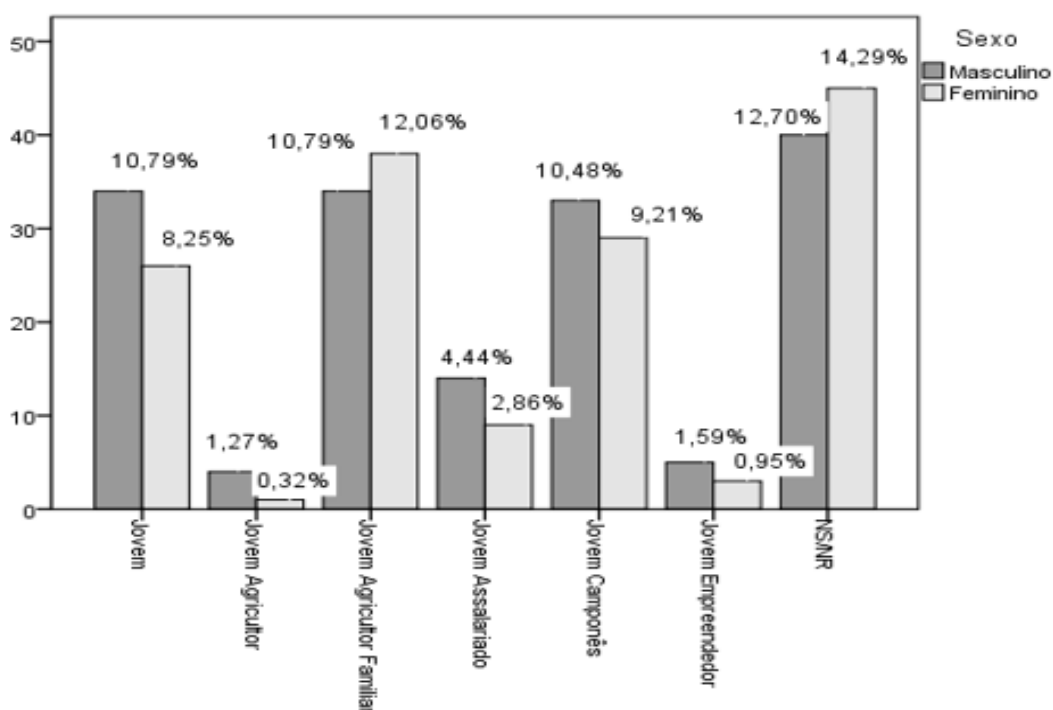
	Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
	7	2,2	2,2	2,2
1	2	,6	,6	2,9

10	4	1,3	1,3	4,1
11	6	1,9	1,9	6,0
2	28	8,9	8,9	14,9
3	83	26,3	26,3	41,3
4	98	31,1	31,1	72,4
5	38	12,1	12,1	84,4
6	22	7,0	7,0	91,4
7	10	3,2	3,2	94,6
8	12	3,8	3,8	98,4
9	5	1,6	1,6	100,0
Total	315	100,0	100,0	

Fonte: Banco de Dados Jovens Agricultores Familiares do Sisal, 2021.

Considerando a quantidade de pessoas que moram na casa dos entrevistados, constata-se que a maioria das famílias são formadas, pela média de 4,1 pessoas. As famílias menores chegam a ser formadas por dois integrantes e as maiores por até 12 pessoas. Na Tabela 14 é possível perceber que, 72,4% dos jovens, fazem parte de famílias com até quatro pessoas morando na mesma casa.

Gráfico 5 - Gênero e autodefinição considerada (%)



Fonte: Banco de Dados Jovens Agricultores Familiares do Sisal, 2021.

No Gráfico 05 percebemos que a maioria das mulheres (14,29%), não sabem ou não responderam como se classificariam na sua autodefinição, entre os homens esse número também foi significativo, pois maior parte deles se encontram na mesma indefinição. Dos que se consideram jovens agricultores familiares, as mulheres

representam 12,06%, e os homens 10,79%, os que apenas se consideram jovens temos 10,79% dos rapazes, e 8,23% das moças. Dos que se dizem apenas jovens agricultores, o cenário aponta um percentual bem baixo, sendo 1,27% dos homens, e 0,32% das mulheres. Sobre a definição dos que se consideram jovens camponeses, o retrato é de 10,48% para o sexo masculino, e 9,21% para o feminino.

Por fim, para a categoria da juventude que se diz empreendedora, os números demonstram que temos um valor pouco representativo, apenas 1,59% dos homens, e 0,95% das mulheres. Portanto, é válido salientar que o perfil dos entrevistados demonstra que, a maioria deles, não opinaram ou não sabem a qual classificação fazem parte, enquanto outras duas partes em proporções mais significativas se consideram como jovens ou como jovens agricultores familiares.

Vale salientar que o perfil descrito por meio das informações detalhadas anteriormente, demonstra que os jovens que estão inseridos na agricultura familiar, e que participaram desse estudo representam uma parcela, configurada em jovens que aparentemente se autodefine, de modo parcial, como jovens agricultores familiares, eles são em maioria, homens solteiros e mulheres jovens casadas. Consideram se brancos, esses em maioria não possuem filhos, moram com famílias de até quatro pessoas na mesma casa, sendo que a maioria dos entrevistados é do sexo feminino e está inserida, na faixa de 15 a 19 anos.

### **3.5. Jovens agricultores familiares: um apanhado geral sobre o território e o perfil da amostra**

Este capítulo trouxe uma abordagem diversificada sobre o território, a agricultura familiar e os jovens que fazem parte das famílias que desenvolvem atividades agrícolas. Inicialmente foi feita uma contextualização do território e como ele desenvolve a agricultura, em seguida destacamos o perfil da juventude, pontuando quais as características prevalecem entre os jovens agricultores. Pois, constatamos ao longo do conteúdo em questão, que o Território do Sisal é fortemente marcado pela presença da agricultura familiar, como fonte de geração de renda. A maioria das famílias que vivem no meio rural e até mesmo na cidade lidam direta ou indiretamente com a AF como meio de trabalho. Destaca-se, no entanto, a enorme presença dos movimentos sociais que trabalham com ações de fomento e desenvolvimento das atividades ligadas ao âmbito agrícola familiar.



Além da apresentação dos dados ligados a agricultura familiar foram destacadas a estrutura fundiária, qual o contingente habitacional do território, e como os jovens, a partir do gênero e faixa etária estão distribuídos entre as cidades sisaleiras.

Por fim, vale salientar que no Território do Sisal é eminentemente marcado por uma economia agrícola, caracterizado pelo maior número de pessoas ocupadas na agricultura familiar entre os demais territórios da Bahia, a estrutura das terras existentes envolve tanto as pequenas propriedades quanto as grandes. No cenário geral a maioria dos jovens são homens. Entre os jovens que participaram da amostra, o maior número foi com idade entre 15 a 19 anos, solteiro, sem filhos e autodeclarado como branco. No capítulo a seguir, entenderemos com mais precisão sobre as condições materiais desses jovens, o perfil econômico, o acesso à terra, à renda, dentre outros.

#### 4. As condições materiais dos jovens agricultores familiares

Os jovens agricultores familiares possuem particularidades que merecem nossa atenção especial. Conforme Weisheimer (2019), as condições de autonomia material representam uma dimensão estrutural da situação juvenil na agricultura familiar, que determina em grande medida as possibilidades de reprodução social e a sucessão geracional na agricultura familiar.<sup>16</sup>

Visando analisar o nível de autonomia material e, as características de acesso aos recursos materiais dos jovens agricultores familiares do Território do Sisal, serão apresentados neste capítulo quais as condições econômicas e fundiárias da unidade de produção familiar, comparando as respostas obtidas segundo a condição de gênero dos entrevistados. As informações descritas serão capazes de balizar como a propriedade fundiária, a renda agrícola e as formas de integração aos mercados, são fatores relevantes para a constituição da autonomia material dos e das jovens.

Por conseguinte, no primeiro momento busca-se apresentar o perfil das unidades de produção, como o acesso à terra e suas diversas vertentes, à integração mercantil, na qual irá trazer um apanhado de fatores interligados com a destinação da produção familiar, as formas de comercialização, a renda propriamente dita tanto da família quanto dos jovens, assim como alguns indicadores que aferem os níveis de autonomia dos jovens.

Vale ressaltar que todas as informações contidas nesta seção são submetidas a uma comparação por gênero e alguns casos pela faixa etária, isso porque, o acesso à propriedade e às condições financeiras, de modo geral, são distintas entre os homens e as mulheres, assim sendo, ao final deste tópico será possível compreender quais as condições que possibilitam a juventude a construir um espaço próprio de autonomia, e como o processo que envolve o acesso à renda e aos bens da família, é responsável por impactar a permanência deste jovem na agricultura familiar. No decorrer desse capítulo serão destacados os resultados obtidos através de perguntas direcionadas para as seguintes categorias: 1) Perfil Econômico das UPF; 2) Condição Fundiária; 3) Integração Mercantil e 4) Autonomia material.

---

<sup>16</sup> Segundo Weisheimer (2009), um conjunto de indicadores, formam um complexo estruturado e articulado que condiciona objetivamente as possibilidades de reprodução geracional do processo de trabalho familiar agrícola.

Como veremos neste capítulo, os jovens agricultores vivenciam uma realidade que muitas vezes é marcada pela baixa autonomia material. Isso porque a maioria não detém o acesso à terra e concomitantemente não possuem nenhuma forma de renda, distribuída entre os membros da família. Muitos desses jovens não são remunerados pela sua atuação. Essa situação é uma realidade ainda mais presente entre as jovens mulheres.

#### **4.1 Perfil econômico das unidades de produção familiar**

O espaço social configura as atividades de produção da unidade familiar, além de ser um local destinado para execução do processo produtivo familiar, é também responsável por gerar as condições de reprodução do trabalho familiar. Contudo, o ingresso na atividade agrícola envolve fatores endógenos e exógenos<sup>17</sup>, sendo os primeiros representados pelas condições fundiárias e a consequente geração de valor e renda, já os segundos tratam das relações mercantis. O tópico a seguir, busca tratar da intrínseca relação existente entre variedade econômica encontrada nas unidades de produção familiar (UPF) e a projeção para construção dos projetos de permanecer na agricultura.

##### **4.1.1 Condição Fundiária da família**

Na agricultura a propriedade dos meios de produção, o trabalho na terra e na administração da atividade do ocorre, por meio, de relações familiares. A terra é o meio de produção mais importante para produção agrícola, e o patrimônio (material e simbólico) mais valioso para as famílias. É através do acesso à terra que o sustento é garantido e somente com ela poderá ser assegurada a reprodução social. Com efeito, para um(a) jovem agricultor(a) o acesso à propriedade fundiária é uma condição básica para sucessão geracional. Como bem salienta Abramovay (1998), Champagne (2002) e Weisheimer (2009) os jovens só poderão se constituírem como agricultores se tiverem assegurados o acesso à propriedade da terra. O que, no caso brasileiro, só tem se verificado, por meio de herança, compra de terras ou por assentamentos de reforma agrária. Entre os não proprietários que são agricultores familiares

---

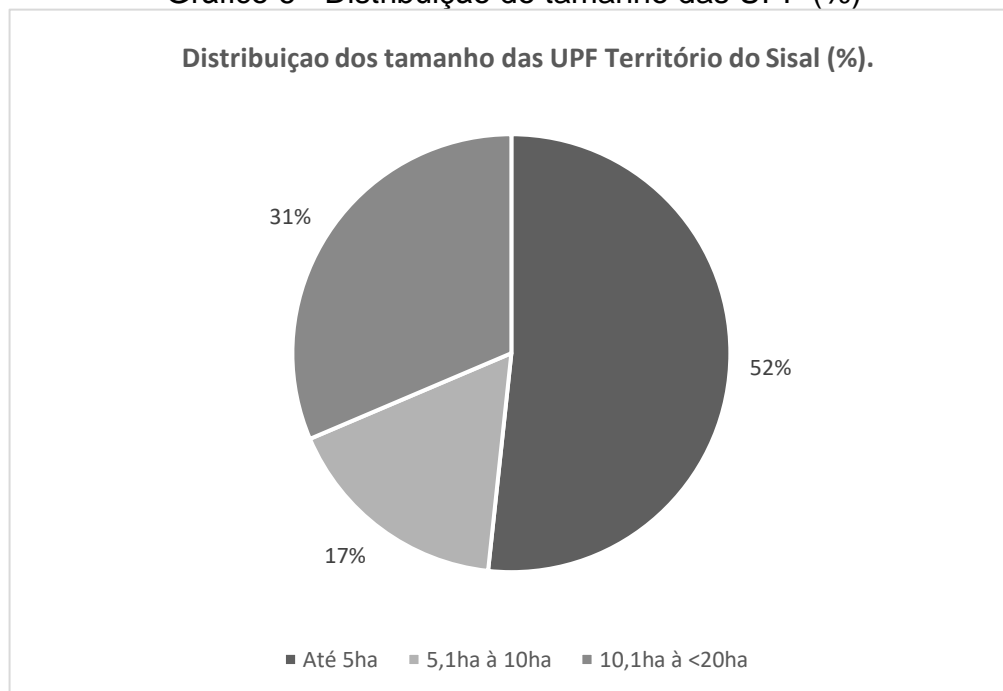
<sup>17</sup> Bourdieu (1989) revelava que havia uma crise na reprodução, pois estes possuíam uma visão negativa do meio rural.

camponeses, persistem formas precárias de acesso à terra como a posse, pareceria ou arrendamento.

O exame da condição fundiária dos e das jovens corresponde a situação de classe das famílias de agricultores no Sisal. Esta pode ser reconstruída na análise, através de, variáveis como tamanho em hectares das unidades de produção familiar (UPF); a situação de propriedade das terras onde a família trabalha; como foram obtidas as terras; a forma de uso da terra quando não são proprietários.

O último censo agropecuário disponível, indicou que quase 80% dos estabelecimentos agrícolas do Território do Sisal tinham o tamanho inferior a 20 hectares. Entre os jovens entrevistados, as respostas obtidas para o tamanho da área das unidades de produção familiar indicaram que 52% deles estavam em unidades com até 5 hectares. Houveram 17% que se encontravam em unidades com áreas de terra entre 5,5 ha a 10 ha. Outra parte, composta por 31% dos entrevistados se encontravam em unidades de produção com 11 ha a 22,5 ha. Isso demonstra que predomina entre os jovens do sisal, unidades produtivas de tamanho muito reduzido.

Gráfico 6 - Distribuição do tamanho das UPF (%)

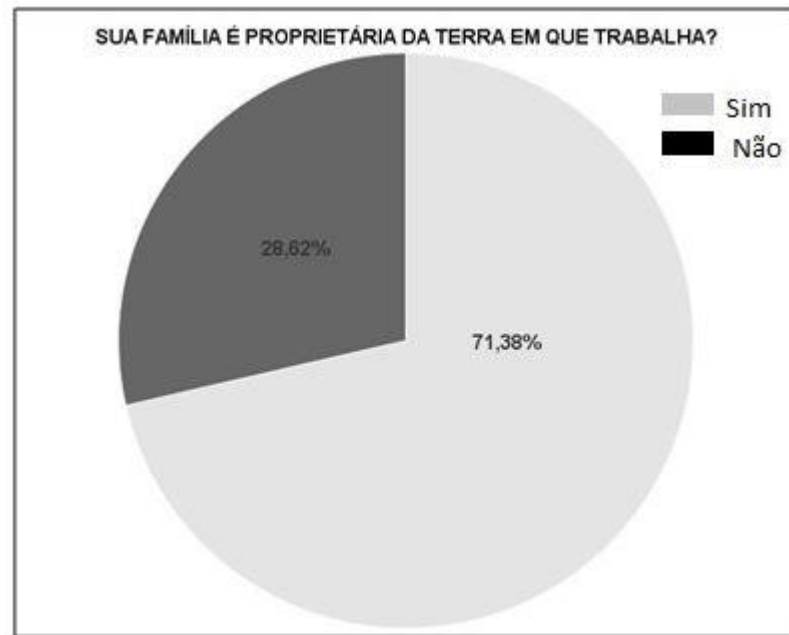


Fonte: Banco de Dados Jovens Agricultores Familiares do Sisal, 202

De modo geral, a amostra retratou que a maioria das famílias possuía propriedade da terra. Entre os entrevistados, 71,38% respondeu que a família era proprietária da terra em que morava enquanto 28,62% disseram não deter a

propriedade.

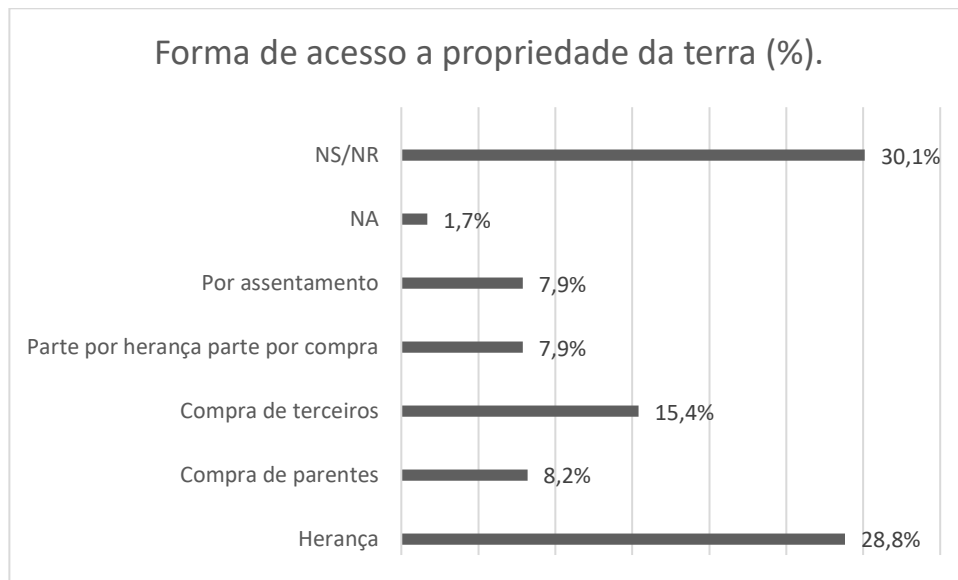
Gráfico 7 - Propriedade das terras onde a família trabalha



Fonte: Banco de Dados Jovens Agricultores Familiares do Sisal, 2021.

Perguntamos aos jovens como as terras foram obtidas. Inicialmente chama atenção o fato que praticamente 1/3 dos não soube ou não respondeu ao questionamento. Vale pontuar que as mulheres representam a maior parte desse montante. Contudo, 28,8% dos entrevistados afirmaram que a transmissão do patrimônio foi por meio da herança. O que indica que essa é a principal forma de acesso à terra entre os agricultores familiares do Território do Sisal. Os que obtiveram suas terras por meio da compra de terceiros, são 15,4. As famílias com propriedades originadas, parte por herança e parte também por compra representam 7,9%, o mesmo percentual dos que responderam que a terra foi obtida por meio de assentamentos de reforma agrária no território.

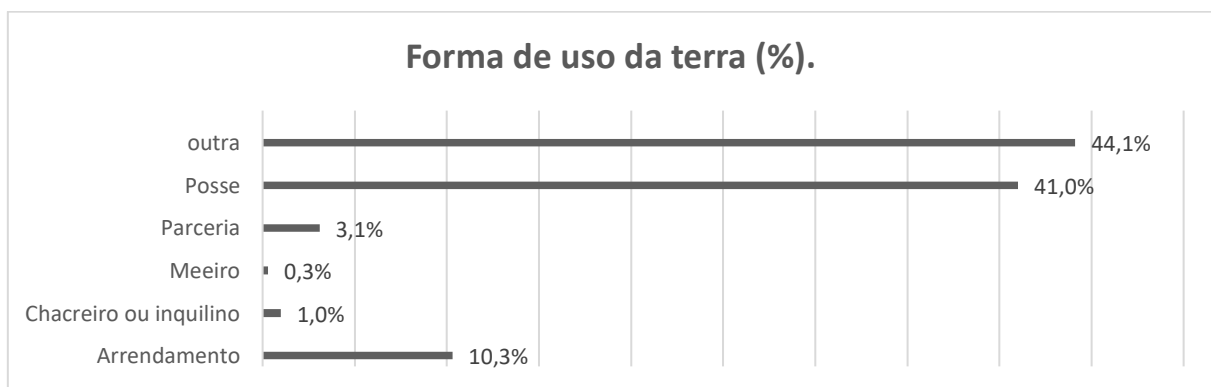
Gráfico 8 - Forma de acesso a propriedade da terra (%)



Fonte: Banco de Dados Jovens Agricultores Familiares do Sisal, 2021.

Em se tratando dos jovens cujas famílias não são proprietárias das terras, o Gráfico 9 aponta que 44% dos entrevistados recorrem a outras respostas, essas na verdade correspondem a situação distinta de acesso. Tratam-se de formas de ocupação de terra de uso comum, algumas reconhecidas pelo Estado como quilombos e outros de condições de uso tradicional, e precarizando constituídas em áreas privadas de grandes propriedades. O segundo maior percentual de respostas, (41%) indicou que o acesso à terra era por meio de posse, isso significa dizer que seus familiares não são donos, mas possuem o direito sobre. O acesso à terra de trabalho por meio de arrendamento representou, 10,3% das respostas dos não proprietários.

Gráfico 9 - Forma de usa da terra (%)



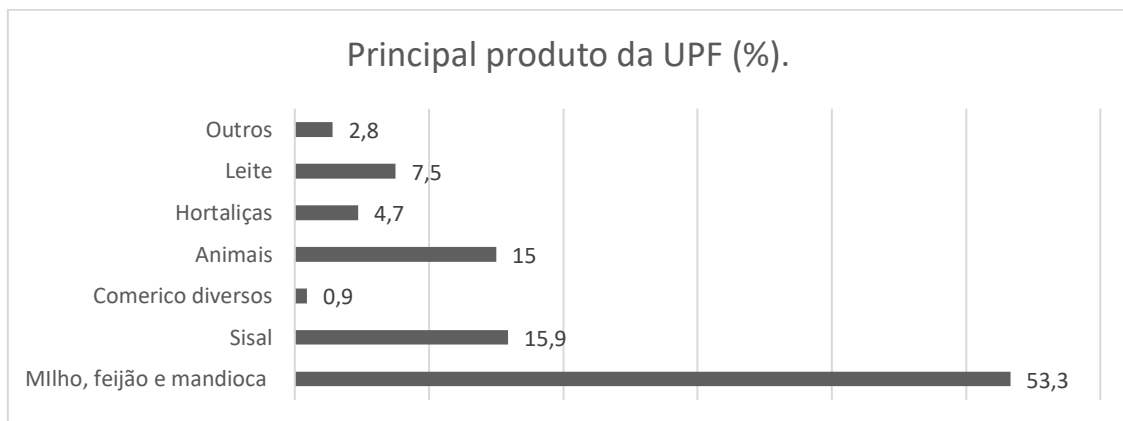
Fonte: Banco de Dados Jovens Agricultores Familiares do Sisal, 2021.

As informações levantadas apontam que a condição fundiária das famílias dos jovens é marcada por pequenas propriedades adquiridas principalmente por herança. Nos casos dos não proprietários predomina a situação de posseiros. Podemos concluir que temos o acesso à terra por parte destes jovens é limitada em termos fundiários.

#### 4.1.2 Integração Mercantil

As principais cadeias que alimentam as atividades econômicas no Território do Sisal (sisal, caprinovinocultura, bovinocultura, mandioca, leite, umbu, palma, mandacaru e ouricuri), são exploradas há décadas, com pouca inovação, de uma forma rudimentar, quase extrativista. O que resulta em baixos níveis de produção, e conseqüentemente, baixa renda, impossibilitando a formação de reservas para futuros investimentos, tão necessários em uma atividade produtiva cada vez mais integrada aos mercados.

Gráfico 10 - Principal Produto da UPF (%)



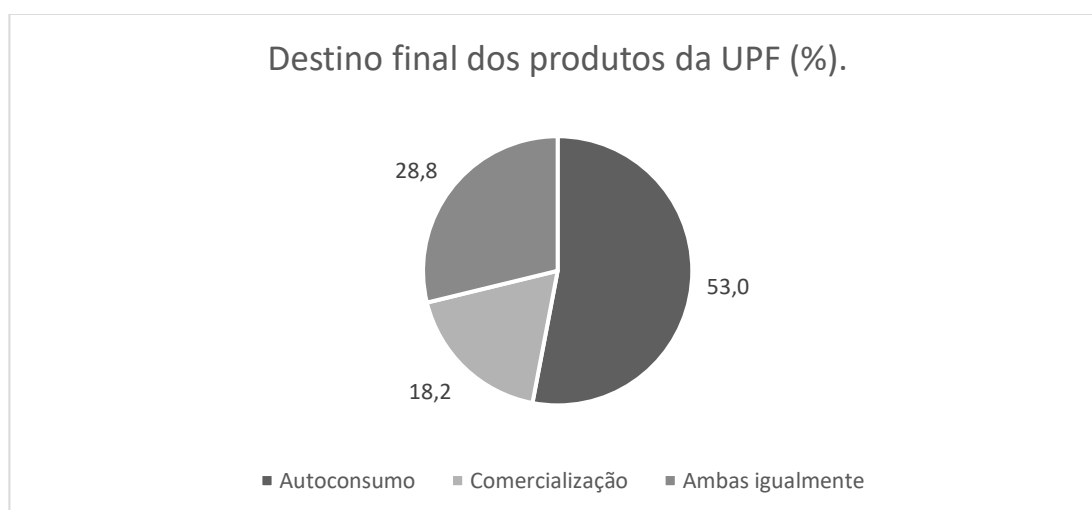
Fonte: Banco de Dados Jovens Agricultores Familiares do Sisal, 2021

No Território do Sisal os principais produtos para a formação da renda agrícola dos jovens agricultores, como se lê no Gráfico 10, são a tríade de milho, feijão e mandioca que são os de maior produção, representando mais da metade com um percentual equivalente a 53,3%. Esses produtos de lavoura temporária são destinados principalmente para autoconsumo e para o mercado local, o que propiciou um volume de comercialização de R\$146,4 milhões, em 2019. O segundo produto de maior relevância e o mais característico da região é o sisal (15,9%). No território como um

todo, o Agave (sisal), movimentou em 2019 R\$ 144 milhões, representando 54,5% da produção de todo o estado da Bahia.<sup>18</sup>

Os dados levantados em relação à integração mercantil, estão intrinsecamente ligados ao fato de como os produtores comercializam sua produção. Segundo a informações da SEI em 2018<sup>1</sup> o PIB do Território do Sisal teve uma evolução em relação a participação do PIB da Bahia, o que em 2002 representava apenas 1,6%, crescendo em 2018 para 1,9%. O setor ligado a produção agropecuária no ano de 2019 girou 267,7 milhões de reais, sendo R\$ 121,4 milhões de lavouras temporárias e R\$ 146,4 milhões de lavouras permanentes<sup>19</sup>. O Censo agropecuário de 2017 revelou que na região sisaleira existem 45.065 estabelecimentos que desenvolvem suas atividades no âmbito da agricultura familiar. Dentro desse quantitativo a agricultura familiar representa uma importância de 96,6% em relação à cultura patronal.

Gráfico 11 - Destino final dos produtos da UPF (%)



Fonte: Banco de Dados Jovens Agricultores Familiares do Sisal, 2021.

Nota-se que a agricultura familiar é uma importante fonte econômica para o território, no entanto, por meio da amostra dos jovens entrevistados entende-se que parte da produção agrícola familiar 53% dela é direcionada para o autoconsumo. Desses jovens, apenas 18,2% destina a produção para o comércio, e 28,8% tanto vende quando consome os produtos da propriedade. Isso demonstra que a integração

<sup>18</sup> Sobre essas atividades falaremos mais adiante no item Integração mercantil.

<sup>19</sup> Lavouras temporárias a produção geralmente ocorre de maneira sazonal, normalmente a produção está sujeita ao replantio após a colheita, já as lavouras permanentes não necessitam de plantio novamente, a produção é continuada.



mercantil das famílias dos jovens agricultores familiares não é expressiva em relação ao valor.

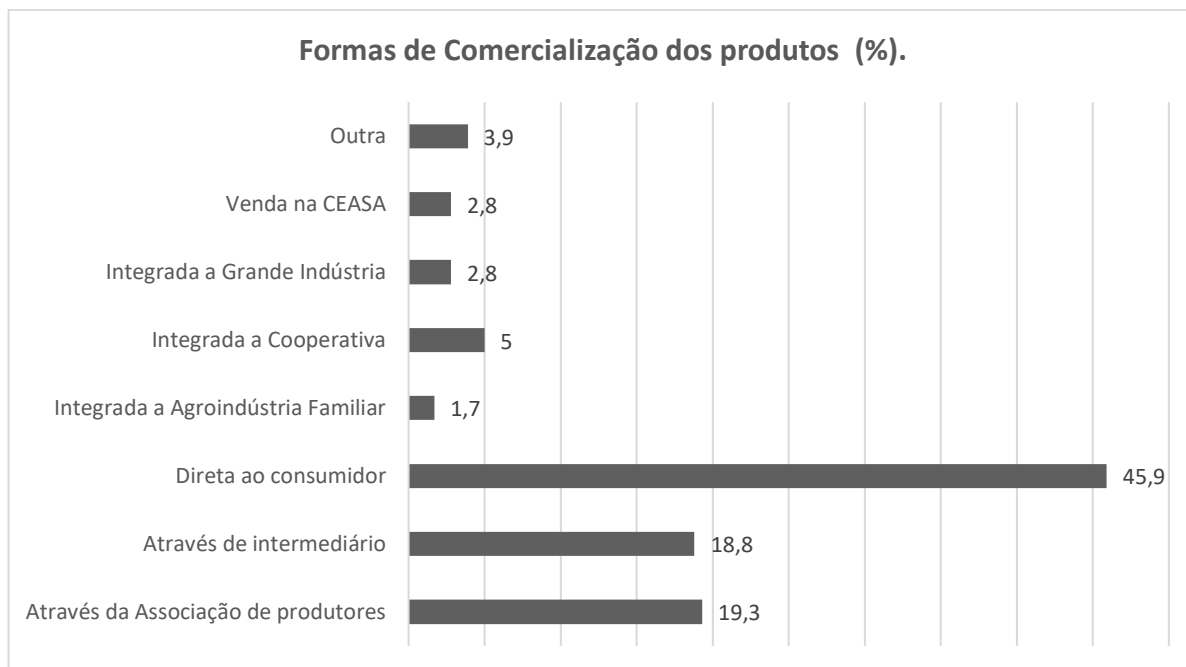
Quando comparamos a destinação dos produtos produzidos com o sexo do entrevistado, verificamos que entre as famílias dos jovens rapazes existe uma tendência maior para o autoconsumo (29,17%) que para a comercialização (9,47%). Vale pontuar que 16,5% dos entrevistados não respondeu a essa pergunta.

No Território do Sisal destacam-se além dos produtos da lavoura de consumo, a exemplo do feijão, milho e da mandioca, o sisal, no entanto, ao serem questionados sobre as formas de comercialização, os jovens responderam que a venda dos produtos geralmente está vinculada a comercialização diretamente ao consumidor (45,9%), isso envolve o comércio em feira livre <sup>20</sup>, mercados e de porta em porta. Em relação ao comércio através de associação de produtores, que o segundo maior mecanismo de comercialização, (19,3%) isso porque a maior parte das comunidades rurais possui na localidade associações de produtores que em boa medida compram os produtos para comercializar para as políticas públicas com para o PNAE, PAA, e para o Armazém da Agricultura Familiar<sup>21</sup>. Outro mecanismo de destaque é a venda para os chamados atravessadores (18,85%), estes são terceiros que comprar a produção dos agricultores e comercializam ganhando uma porcentagem em cima do produto.

#### Gráfico 12 - Formas de Comercialização dos produtos (%).

<sup>20</sup> A Feira Livre é uma cultura forte entre as cidades do território, pois todas elas têm local e dias específicos para a comercialização, sendo que algumas cidades como Valente, tem setor específico para produtos orgânicos. Outro dado importante diz respeito a Feira Territorial da Agricultura familiar, promovida pela FATRES, que já está na sua 9ª edição e reúne mais de 800 Agricultores/as familiares dos Territórios do Sisal, conta com atividades como de formação, comercialização e intercâmbio de saberes. O objetivo principal da 8ª FEIRAFES é contribuir para o fortalecimento da Agricultura Familiar e Economia Solidária do Território do Sisal, visando o desenvolvimento rural e local sustentável, a divulgação dos produtos da agricultura familiar, o intercâmbio de experiências, o acesso ao mercado justo, comercialização e a geração de renda.

<sup>21</sup> O fortalecimento das cooperativas agregadas em torno do Armazém constituído por meio da ARCO SERTÃO (Agência de Comercialização da Agricultura Familiar do Sertão da Bahia) que beneficia e comercializa artesanato de sisal, derivados da mandioca, do mel, do leite, das hortaliças, além de produtos das atividades não agrícolas, o que tem gerado emprego e renda para centenas de famílias rurais, tem sido vitrine para produtos de mais de 160 empreendimentos da agricultura familiar de toda a Bahia, o Armazém da Agricultura Familiar, fica localizado no município de Serrinha, tem garantido a renda de milhares de famílias baianas com a comercialização dos seus produtos. Somente no ano de 2017, o Armazém gerou uma receita de R\$ 3 milhões. Além da ARCO, existem outras organizações que buscam fomentar a comercialização da agricultura familiar, dentre estas pode-se citar a Fundação A APAEB, que inclusive dispõe de um laticínio que compra o leite dos produtores e um supermercado que trabalha com produtos oriundos da AF, além desta existe o MOC, a ASCOOB e outras cooperativas que também possuem diversos pontos de vendas em diferentes cidades do território.



Fonte: Banco de Dados Jovens Agricultores Familiares do Sisal, 2021.

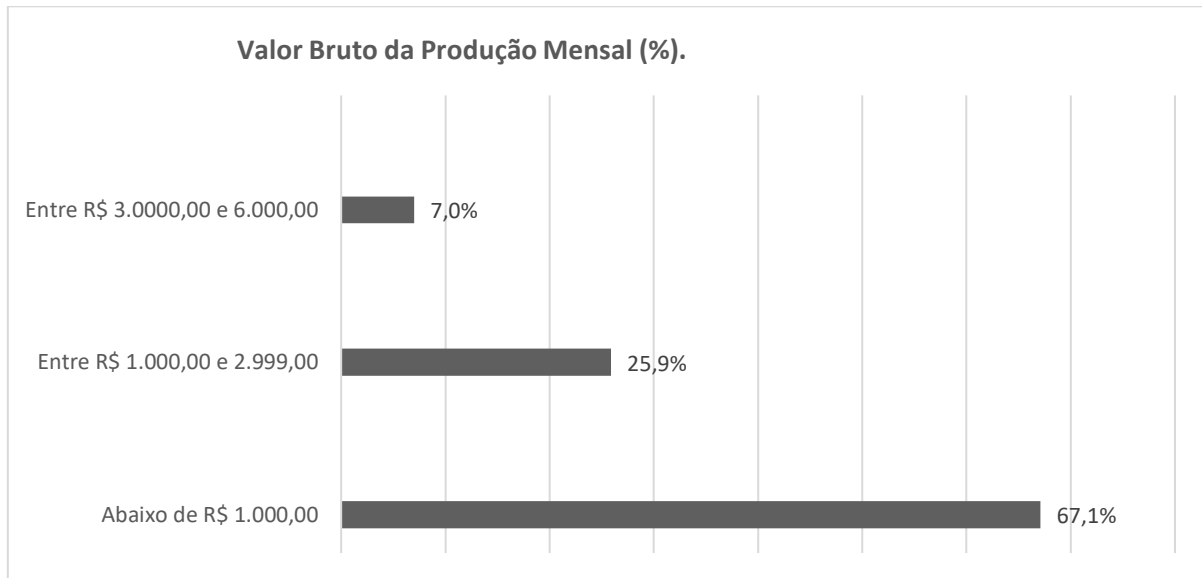
De maneira geral a integração mercantil dos jovens entrevistados segue vinculado a cultura da autoconsumo do que a comercialização, e isso se explica pelo direcionamento visto na condição fundiária, pois a maioria dos jovens estão situados em terras com áreas de tamanho relativamente pequenas. Em suma as suas produções não estão altamente integradas ao mercado. Na sessão a seguir entendermos como se dá a relação aquisitiva desta juventude.

#### **4.1.3 Produção de valor e renda familiar**

Para medir a renda dos entrevistados, foi considerado como referência o último ano, ou seja, 2020 por meio da indicação do valor bruto (incluindo as despesas existentes para o desenvolvimento das atividades agrícolas) e o valor Líquido (retirando todos os gastos necessários para a produção).

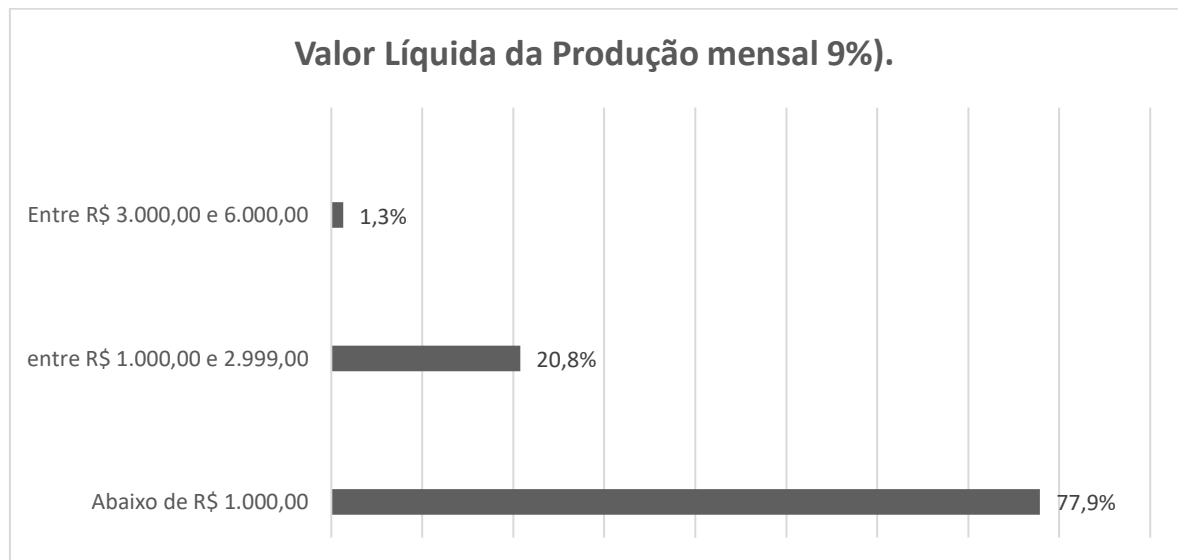
O valor bruto da produção agrícola se encontra distribuído, segundo os valores mensais no Gráfico 13. Nele se constata que para 67,1% dos entrevistados essa renda fica a baixo de R\$1.000,00 por mês. Enquanto para 25,9% das famílias a renda fica entre R\$1.000,00 a R\$2.999,00. Enquanto apenas 7% dos entrevistados disseram que as famílias tinham renda bruta mensal entre R\$3.000,00 a R\$6.000,00.

Gráfico 13 - Valor Bruto da Produção Mensal da UPF (f e %)



Fonte: Banco de Dados Jovens Agricultores Familiares do Sisal, 2021.

Gráfico 14 - Valor Líquida da Produção Mensal da UPF (%)



Fonte: Banco de Dados Jovens Agricultores Familiares do Sisal, 2021.

Em se tratando dos valores líquidos 77% afirmam ser interior a R\$1.000,00. Outros 20,8% que as rendas líquidas ficam entre R\$1.000,00 a R\$2.999,00 e apenas 1,3% dos respondentes afirma que suas famílias contam com renda líquida de R\$3.000,00 a R\$6.000,00.

Em relação a renda familiar, muitos jovens se mantiveram omissos na resposta, de quanto era a renda mensal de sua família. Esse fato ocorre porque os jovens não são informados sobre a valor das rendas agrícolas da família. Ou até mesmo porque muitas vezes os pais não realizam qualquer forma de contabilizar/ registrar quanto

recebem, outras vezes, porque essa informação não é repassada aos jovens.

#### 4.2 O acesso dos jovens às rendas agrícolas

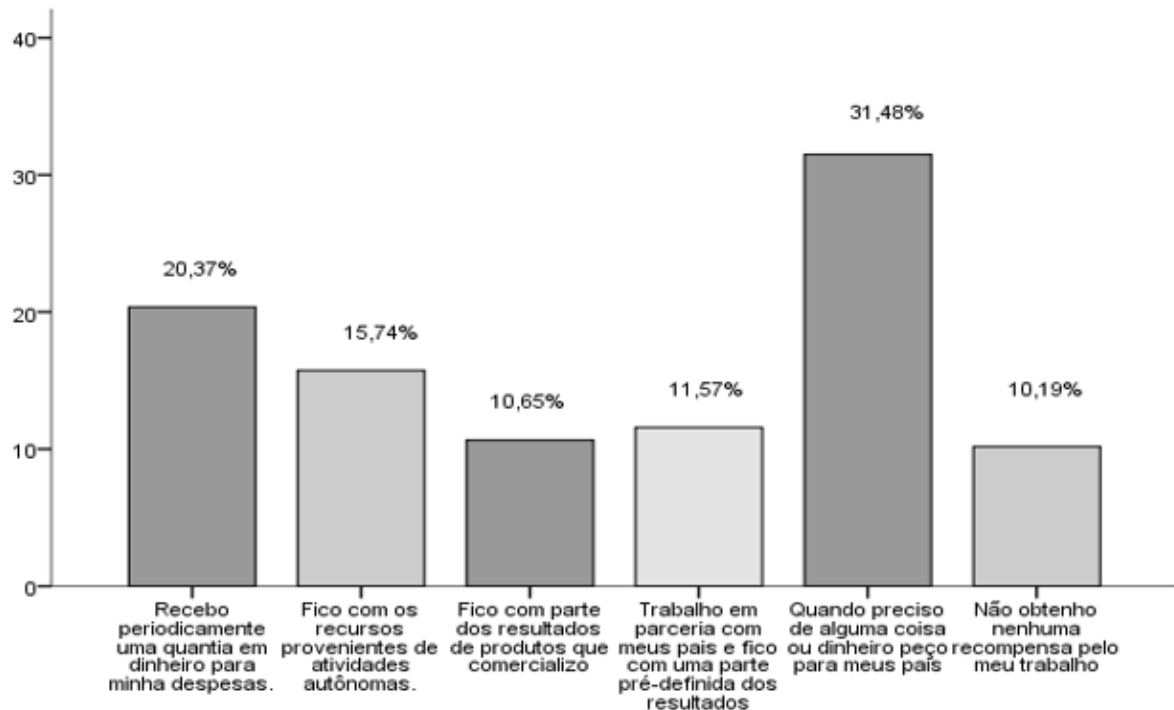
Para medir como os jovens têm tido acesso às rendas dentro do contexto agrícola familiar, foram apresentadas algumas situações para que eles informassem em quais destas frases, melhor representava a sua condição, a partir das seguintes indagações: 1. *Que recompensa você ganha por sua participação no trabalho agrícola?* 2. *No que você gasta o dinheiro recebido pela atividade agrícola?* 3. *Se você tivesse dinheiro em que investiria?* As tabelas a seguir retratam como foram listadas as respostas.

O Gráfico 15 apresenta a primeira pergunta do bloco de acesso à renda, nele pode-se vislumbrar que a maior parte dos jovens afirmaram que a principal forma de obter dinheiro é pedindo aos seus pais quando precisam, 31,46% deles acessam os recursos nessa conjuntura.

A informação demonstra que grande parte dos jovens agricultores do Território do Sisal estão dependentes financeiramente de suas famílias, seja quando precisam (31,5%) ou por não recebem remuneração nenhuma (10,2%).

Outro dado relevante é que 11,5% deles informaram que trabalhavam em parceria com os pais e que somente fica com uma parte pré-definida dos resultados. Nota-se que 20,37% deles informam que recebem periodicamente uma quantia em dinheiro para as suas despesas, 15,7% dizem ficar com os recursos provenientes de atividades autônomas, 10,6% fica com parte dos resultados de produtos que eles comercializam.

Gráfico 15 - Acesso dos jovens as rendas agrícolas da família (%)



Fonte: Banco de Dados Jovens Agricultores Familiares do Sisal, 2021.

Para entender melhor as especificidades deste caso, analisaremos a seguir como essas informações se comparam pela variável de gênero dos entrevistados. A Tabela 15 demonstra que os homens são os que em maior medida acessam aos recursos familiares, pois das perguntas que retratam a situação investigada, 13% deles ganham alguma quantia em dinheiro, assim como também ficam com parte dos resultados dos produtos que são comercializados (7,4%), dos que ficam com parte dos resultados de produtos comercializados existem também uma quantidade de 7,4%, jovens rapazes que recebem uma parte dos resultados dos produtos em parceria com os pais 6%, porém, dos que recebem alguma recompensa em caso de necessidade, 16,2% deles confirmam que também pedem dinheiro quando precisam aos pais, e por fim, os meninos, mesmo que em pequena quantidade também representam maioria, os que não obtêm nenhuma recompensa pelo trabalho (5,6%).

Tabela 15 - Acesso dos Jovens as rendas agrícolas da família (f e %) por sexo do entrevistado.

QUE RECOMPENSA VOCÊ GANHA POR SUA PARTICIPAÇÃO NO TRABALHO AGRÍCOLA?		Sexo		Total
		Masculino	Feminino	
Recebo periodicamente uma quantia em dinheiro para minhas despesas.	f	28	16	44
	%	13,0%	7,4%	20,4%
Fico com os recursos provenientes de atividades autônomas.	f	16	18	34
	%	7,4%	8,3%	15,7%
	f	16	7	23
	%	7,4%	3,2%	10,6%
Trabalho em parceria com meus pais e fico com uma parte pré-definida dos resultados	f	13	12	25
	%	6,0%	5,6%	11,6%
	f	35	33	68
	%	16,2%	15,3%	31,5%
	f	12	10	22
	%	5,6%	4,6%	10,2%
Total	f	120	96	216
	%	55,6%	44,4%	100,0%

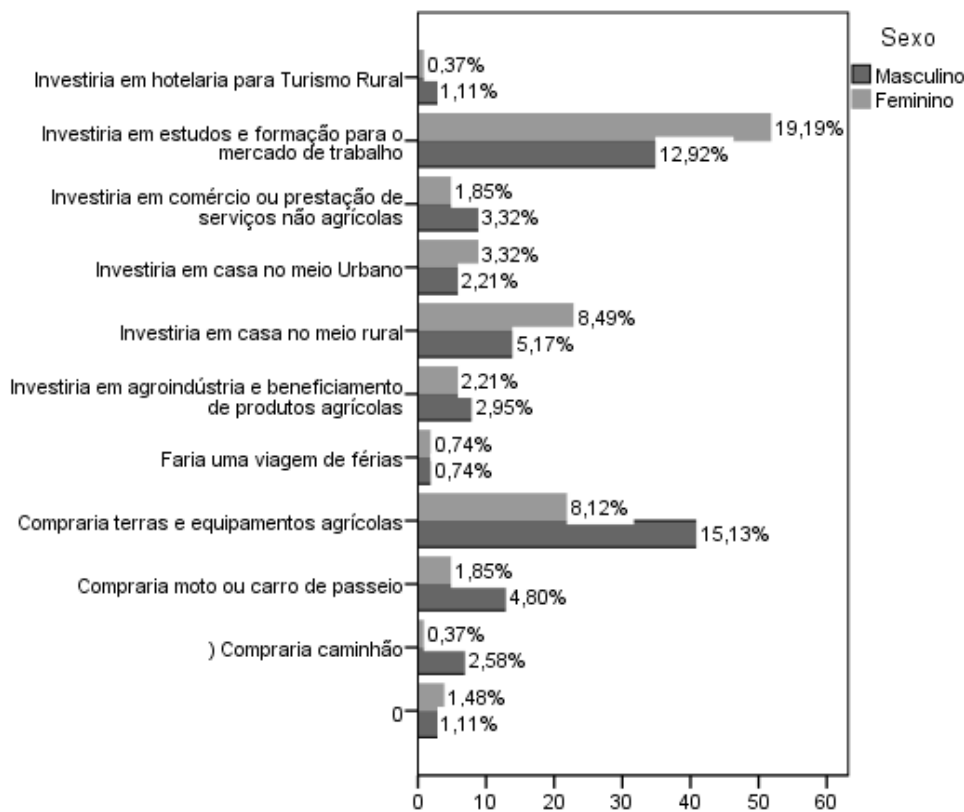
Fonte: Banco de Dados Jovens Agricultores Familiares do Sisal, 2021.

Já no caso das mulheres, pode-se averiguar que elas estão à frente dos jovens do sexo masculino, em se tratando remuneração obtida por sua participação no trabalho agrícola, quando desenvolvem atividades autônomas, pois elas representam 8,3% enquanto os rapazes representam 7,4%. Também em relação aos jovens rapazes que recebem alguma quantia em espécie (R\$), as jovens mulheres são menos da metade do valor que afirmara receber entre os homens 7,4%. Apenas 3,2% delas ficam com parte do valor obtido, com as vendas dos produtos, 5,6% delas diz trabalhar conjuntamente com os pais e receber por isso, 4,6% delas não detêm de nenhuma recompensa pelo trabalho e curiosamente 15,3% reiteraram que pedem dinheiro aos pais quando precisam comprar algo.

O Gráfico 16 retrata a pretensão dos jovens em investir seu dinheiro, caso os tivessem. Contudo, eles foram questionados da seguinte forma: *Se você tivesse dinheiro em que você investiria?* A pergunta revela que dentre os jovens interessados em destinar recursos para uma vertente direcionada para a agricultura, seria os jovens

do sexo masculino, eles afirmaram que compraria terras e equipamentos agrícolas (15,13%), enquanto as mulheres somam 8,12%; dos que investiriam no campo 8,49% estão entre os homens, e 5,17% entre as mulheres. Não obstante, em se tratando de possíveis investimentos nos estudos, são as meninas que se destacam, 19,19%. Delas têm intenções de aplicar recursos nesse segmento, já os homens nesse quesito representam apenas 12,92%.

Gráfico 16 - Distribuição de frequências do tipo de gastos dos jovens agricultores familiares (%)



Fonte: Banco de Dados Jovens Agricultores Familiares do Sisal, 2021.

Em síntese, a análise comparada por gênero possibilitou o entendimento que os jovens agricultores do sexo masculino acessam mais recursos resultantes do trabalho agrícola, do que as mulheres. Isso porque são eles os que em maior medida informaram ter a oportunidade de receber algo por sua participação nas atividades econômicas da UPF. Sobre a linha direcionada para os possíveis investimentos, os

jovens homens são os responsáveis pelas respostas positivas para aplicação de recursos para a agricultura enquanto as jovens mulheres estão mais interessadas em investir em estudos.

### 4.3 Condição de autonomia material dos jovens

Algumas ações existentes no universo agrícola familiar da juventude acabam por tornar-se fatores de limitação para a conquista da autonomia material dos jovens. Nas sessões anteriores foram analisadas categorias que retratam alguns desses elementos, como a questão fundiária e a renda. Neste item, objetiva-se entender quais seriam as condições de autonomia material que possibilitam os jovens a “Construir um espaço próprio no processo de trabalho familiar agrícola e obter renda própria ” (WEISHEIMER, 2009, p.67), para entender melhor sobre isso, os entrevistados foram convidados a responder sim ou *não* para os questionamentos; *tenho terra em meu nome?; recebo remuneração e dinheiro por minha participação no trabalho familiar agrícola?; desenvolvo atividade autônoma na propriedade?; tenho algum financiamento em meu nome?* As Inferências serão medidas a partir das respostas positivas para tais perguntas, porque o intuito é avaliar a autonomia a partir do gênero, nesse caso, as respostas negativas não estão evidenciadas nas análises.

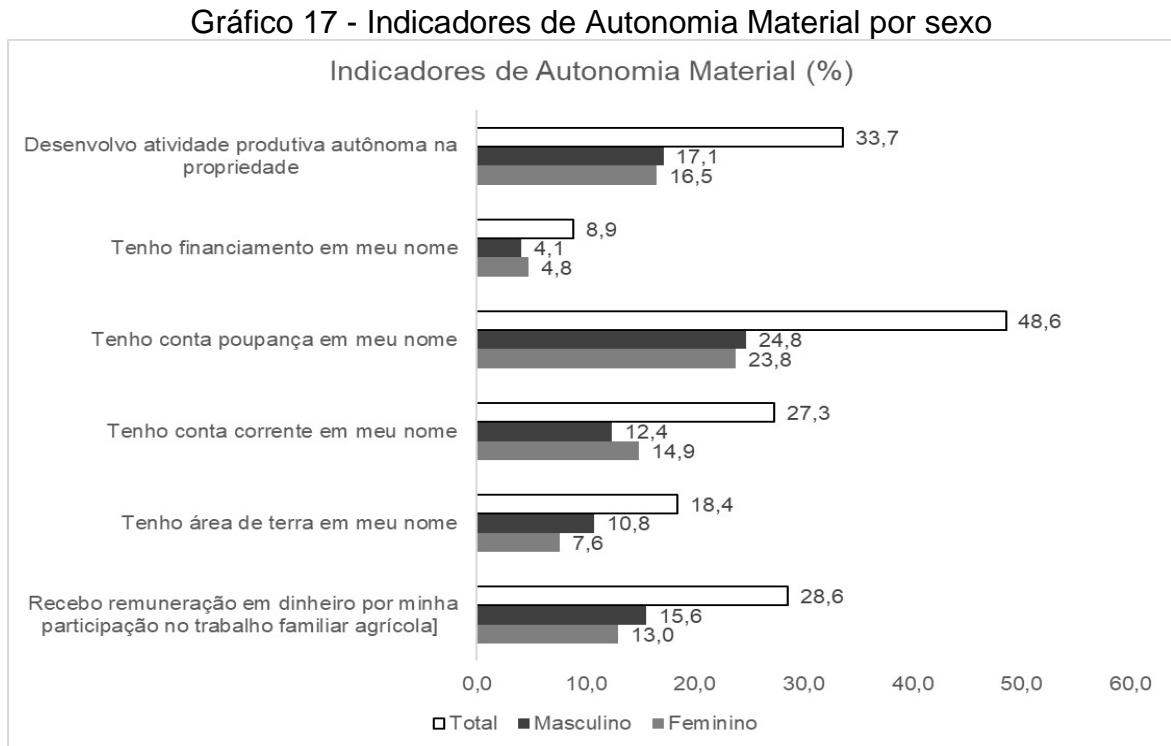
A autonomia material pressupõe o controle de recursos locativos indispensáveis à ação social dos sujeitos. Na agricultura familiar corresponde ao acesso de recursos necessários à produção. A distribuição desses recursos, que são poucos acessado por jovens, segue a regra da desigualdade de gêneros conforme podemos observar. No caso das jovens agricultoras, assevera-se que elas contam com menos recursos materiais que os homens da mesma idade.

Questionados sobre possuir terra em seu nome, o Gráfico 17 demonstra que, 10,8% dos rapazes são donos das terras, que é um percentual um pouco maior do que o registrado entre as moças, 7,6%. Vale ressaltar que os jovens do sexo masculino à proporção que são maiores em idade, são também os que mais afirmam possuir terra em seu nome. A faixa etária de 24 a 29 anos ocupa maioria entre os jovens que já tem alguma área em seu nome.

O recebimento de proventos pelo desenvolvimento de qualquer atividade, representa uma tendência elevada de autonomia financeira, pois este assegura uma certa independência sobre o dinheiro recebido, e como o dinheiro deverá ser gasto.



Dentre os jovens que assinalaram receber algum tipo de remuneração, os homens, (15,6%) se sobressaem em relação às mulheres (13%) conforme o gráfico 17 aponta. Esse dado demonstra que em nível de independência financeira os homens possuem uma maior autonomia financeira, pois possuem a liberdade para trabalhar na agricultura recebendo seu próprio dinheiro para utilizar da maneira que tiver intenção.



Fonte: Banco de Dados Jovens Agricultores Familiares do Sisal, 2021.

O questionamento se o jovem tem algum financiamento em seu nome é capaz de aferir a autonomia material da juventude analisada, isso porque quando este rapaz ou essa moça acessa o crédito presume-se a determinação em aplicar o recurso em alguma área voltada para o fortalecimento da agricultura (este financiamento trata do Pronaf, crédito rural, dentre outras políticas). Neste caso o Gráfico 17 descreve que poucos são os jovens que participaram de linhas financiáveis de crédito agrícola, considerando este fator, percebe-se uma diferença bem pequena em relação ao gênero, 4,1% dos meninos e 4,8 das meninas passaram a ser credores.

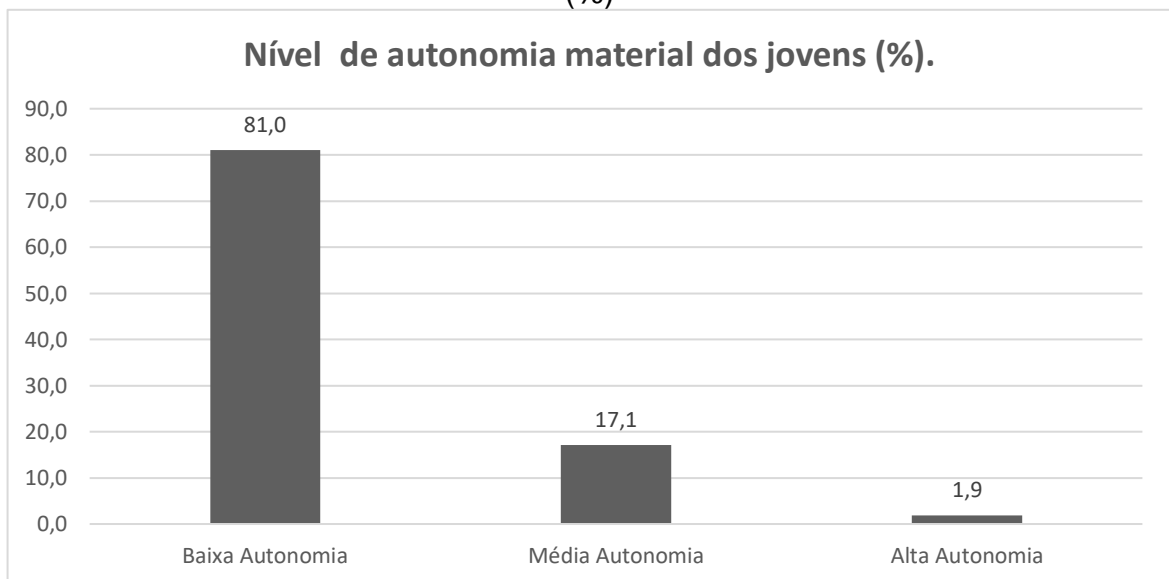
Sobre o acesso às contas bancárias, nota-se que os homens possuem uma autonomia maior em relação às mulheres, no âmbito da conta poupança, somando

24,8% deles em comparação com 23,4% das mulheres. Já se tratando da conta corrente, as moças lideram com 14,9%, já os meninos apenas representam 12,4%.

As informações acima indicam que existe uma baixa autonomia material dos jovens no território, pois muito poucas são as condições de desenvolverem atividades que elevem a situação de subalternidade aos seus pais. Todavia, é ainda maior a baixa da autonomia quando mensuramos o gênero destes jovens agricultores familiares, pois em diversos aspectos os filhos homens estão à frente das meninas em possibilidades de satisfação das inúmeras demandas materiais, exceto a conta corrente, já mencionada acima.

Para melhor detalhar sobre as condições de autonomia material, foi elaborado um índice sintético, no qual, teve com intenção de avaliar, em que grau de autonomia os entrevistados são posicionados. No entanto, estes foram distribuídos entre indivíduos encaixados nas seguintes categorias: baixa autonomia para aqueles que dentre as 6 perguntas elencadas no Gráfico 18 responderam de maneira positiva de 0 a 2 perguntas, os que tiveram de 3 a 4 respostas positivas fazem parte da condição de média autonomia, e por fim, os que se encaixaram de 5 a 6 opções contemplam a alta autonomia.

Gráfico 18 - Distribuição de frequências do nível de autonomia material dos jovens (%)



Fonte: Banco de Dados Jovens Agricultores Familiares do Sisal, 2021.

O Gráfico 18 retrata como ficou desenhado o cenário ligado a distribuição das frequências em relação ao índice de autonomia material dos jovens agricultores familiares. Consta-se que a condição de baixa autonomia material prevalece de forma significativa, em termos percentuais ela representa 81%, ganhando disparadamente para a alta autonomia que representa 1,7%.

O cruzamento de dados entre a autonomia material por variável sexo, permite-nos perceber que o índice da baixa autonomia entre os homens tende a ser menor que o das mulheres. Entre as jovens mulheres, 43,4% são classificadas com baixa autonomia e 37,6% entre os homens.

Tabela 16 - Cruzamento entre grau de autonomia por sexo (em f e %)

		Masculino	Feminino	Total
Baixa Autonomia	F	117	136	255
	%	37,6%	43,4%	81,0%
Média Autonomia	F	40	14	54
	%	12,7%	4,4%	17,1%
Alta Autonomia	F	4	2	6
	%	1,3%	0,6%	1,9%
Total	F	161	152	315
	%	51,1%	48,3%	100,0%

Fonte: Banco de Dados Jovens Agricultores Familiares do Sisal, 2021

As evidências sobre as condições materiais dos jovens agricultores familiares no Território do Sisal confirmam as informações de outros estudos sobre a condição de baixa autonomia material desses jovens. Isso tem peculiaridades locais como o padrão dos rendimentos agrícolas no território estudado. Mas também tem características mais generalizadas como a não remuneração dos pais pelo trabalho realizado por filhos nas unidades produtivas, e que aparecem como umas características que desestimula a presença do jovem no trabalho familiar agrícola. Assim a baixa autonomia material dos jovens agricultores deverá figurar como um obstáculo aos projetos juvenis que permitam a reprodução geracional da agricultura familiar.

#### **4.4 Síntese da condição de autonomia material dos jovens agricultores familiares no Território do Sisal**

Durante este capítulo foram avaliadas inúmeras situações que demonstram o até que ponto os jovens que fazem parte das famílias de agricultores familiares do Território do Sisal são capazes de praticar ações nas quais tornam reais e possíveis as suas realizações pessoais. Nesse sentido, ele trouxe informações que nos levou a entender como se comporta o universo do acesso aos recursos materiais desses indivíduos, em modo particular de cada gênero.

Para entender e medir a autonomia foram cruzadas as perguntas com o sexo, por meio disso, concebe-se que os jovens fazem parte de propriedades com poucas áreas de terras, suas famílias praticam a agricultura com uma produção destinada para o autoconsumo, a renda é baixíssima, a maioria não atinge mil reais ao final de cada mês.

Os jovens entrevistados são dependentes de suas famílias, porém, entre os filhos e filhas, são os homens que recebem uma maior recompensa pela sua participação no trabalho ligado à agricultura, e as mulheres são remuneradas por desenvolver atividades autônomas. Em se tratando de projeções de investimentos futuros, a maioria dos homens afirmou que se tivesse dinheiro destinaria o mesmo para o setor agrícola, já as meninas voltam seus planos de recursos financeiros para áreas mais ligadas a educação.

Um dado demasiadamente interessante é que nem sempre quanto maior a idade destes jovens, maior era a autonomia, isso significa dizer que mesmo entre jovens de idade adulta é visível e real a dependência que esses jovens têm de suas famílias. Nada obstante, é possível concluir que a situação da autonomia entre os jovens agricultores familiares pode ser descrita como de pouco acesso.

## **5. A SOCIALIZAÇÃO DOS JOVENS AGRICULTORES FAMILIARES NO TERRITÓRIO DO SISAL**

Os processos de socialização são fundamentais para interpretar a situação juvenil na agricultura familiar. Este é um fator que influencia nas escolhas de permanência ou saída dos jovens da agricultura. Por isto, a socialização no trabalho familiar é provavelmente a mais relevante. Este capítulo objetiva apresentar quais são os processos de socialização e formas de sociabilidades dos jovens agricultores familiares do Território do Sisal. Ao longo desse capítulo as análises seguirão um apanhado classificatório que considera as relações sociais de gênero. Em primeira instância serão apresentados os dados que indicam a intensidade da inserção juvenil no trabalho familiar, a saber: sua participação no trabalho familiar. Em seguida a socialização no sistema de ensino formal; e por fim, as práticas de sociabilidade vivenciadas pelo público entrevistado.

### **5.1. Revisando o debate sobre o conceito de socialização**

Conceituar a socialização é um passo importante para compreender de que modo os jovens tornam-se agricultores familiares. Isto porque somente através da participação no processo do trabalho familiar agrícola, é que são criados os dispositivos determinantes da construção das identidades sociais, e de projetos profissionais ligados a continuidade na agricultura.

Diversos estudiosos abordam direta ou indiretamente a socialização dos jovens na agricultura familiar, entre os quais se destacam), Woortmann (1990), Abramovay et al. (1998) e de Silvestro et al. (2001), Weisheimer (2007, 2009). Esses consideram em suas pesquisas como transcorrem as perspectivas sucessórias, e como existe uma diferente linha de pensamento entre gerações, e entre os jovens homens, e as jovens mulheres em relação a sucessão geracional na agricultura familiar.

A sucessão é condicionada, além de condições internas familiares, também por fatores sociais e econômicos externos aos estabelecimentos agrícolas familiares. Contudo, a maneira como os filhos são educados, com maior ou menor condicionamento para a atuar na divisão do trabalho familiar impacta diretamente nas projeções que esses fazem sobre a sucessão, e reprodução social das unidades

produtivas. Vale ressaltar que os processos de socialização são centrais para identificar diferenciações de gênero na divisão do trabalho familiar.

Emile Durkheim, 2007, entende que um ser social é relativamente ligado as experiências individuais, no qual a própria sociedade estrutura. O indivíduo vive em uma sociedade plural, por isso ele dispõe de uma variedade de culturas, valores, conhecimentos que são moldados e influenciados diretamente por aqueles que se encontram ao seu lado. Seja nas interações sociais, as ações individuais acabam por serem definidas por aqueles que estão à sua volta, partilhando dos mesmos comportamentos.

O indivíduo é moldado pela sociedade, e por todo um contexto que o envolve, e para tratamos da continuidade dos jovens na agricultura familiar precisamos compreender todo um sistema que perpassa a socialização do mesmo, pois conforme as palavras de Weisheimer (2019, p.153) é “a socialização que produz a incorporação duradoura de disposições de maneiras de pensar e de agir, em conformidade com os valores culturais e sociais de seu grupo de origem tende a enfatizar a incorporação de disposições necessárias a reprodução social”.<sup>22</sup> Ainda segundo o autor, a socialização “[...] trata-se de um processo socialmente estruturado de internalização dos valores e normas coletivas pelo indivíduo; simultaneamente, de integração do indivíduo a sociedade ou a um setor desta”. São as estruturas sociais que refletem na internalização de *habitus*, conforme Bourdieu (2008, p.164), “cada condição é definida, inseparavelmente, por suas propriedades intrínsecas e pelas propriedades relacionadas inerentes à sua posição no sistema das condições que é, também, um sistema de diferenças”.

Contudo, é valido afirmar que diante do que é entendido por socialização, e de acordo com os estudos realizados por diversos autores, dentre eles vale destacar Eisenstand (1976), que cita uma tendência de “continuidade do sistema “. Nesse caso, a inserção da juventude na agricultura familiar nada mais é que uma transmissão condicionada por condutas adquiridas por um processo de socialização que perpassa por agências socializadoras, dentre elas podemos considerar a família e a escola.

---

<sup>22</sup> Apoiamos nossa revisão teórica do processo de socialização nas contribuições de Nilson Weisheimer, principalmente no seu livro “A situação Juvenil na Agricultura familiar” (2019). Nessa obra, o autor desenvolve uma análise crítica, simultaneamente extensa e profunda, do processo de socialização dos jovens agricultores familiares. Para isso, articula teoricamente conceitos que são úteis principalmente a compreensão dos fenômenos ligados as formas de socialização no processo de trabalho familiar agrícola.

Assim o saber do trabalho agrícola é transmitido de geração a geração, através da família, por isso ela é preponderante e crucial na formação de seus sucessores. No entanto, segundo (BRUMNER, 2004 E CASTRO, 2005), a socialização dos jovens, nesse processo acontece de maneiras diferentes, a depender do sexo em questão.

Alguns padrões que diferenciam como são socializados os meninos e as meninas, se refletem na tomada de decisão entre sair ou permanecer no campo. A introdução das mulheres no trabalho familiar agrícola tende a ser excludente, visto que, elas são consideradas como “forças marginais”, simplesmente por serem mulheres (TEPICHT, 1973). Portanto, a atuação da jovem mulher entre as famílias de agricultores quando não possui caráter produtivo, guarda ao menos uma função reprodutiva de toda a força de trabalho da família (WOORTMANN, 1995).

Para Chodorow (1979), os papéis sociais são diferentes entre os homens e as mulheres, e a condição de gênero interfere na maneira como são socializadas as crianças. Enquanto as meninas aprendem atividades correlacionadas com o âmbito doméstico os meninos aprendem desde novos que não devem desenvolver práticas domésticas, e que precisam estar com crianças de sua idade.

No contexto familiar as mulheres tendem a seguir os comportamentos realizados por suas mães e os meninos acompanham os passos dos pais, as jovens desenvolvem trabalhos vinculados ao lar e os meninos acompanham seus pais na lida com a roça. Com efeito dessas práticas, são decisivas para que as posições ocupadas entre os herdeiros da UPF sejam fundamentadas nas relações de gênero.

Nas sessões seguintes desse capítulo trataremos as características que estão amplamente relacionadas com o processo de socialização dos jovens agricultores familiares e influenciam na possibilidade de reprodução social da agricultura. Além disso, serão descritas como a socialização escolar, e os aspectos de sociabilidade juvenil são importantes para a formação destes jovens.

## **5.2 A socialização e o trabalho familiar agrícola**

A reprodução da agricultura familiar depende da inserção das novas gerações no trabalho desenvolvido dentro da UPF. Segundo Champagne, 1986b, a reprodução da agricultura familiar endógena é extremamente elevada. Pouquíssimos são os adultos que se tornam agricultores sem que seus pais o fossem. No caso dos jovens agricultores, eles já nascem dentro de uma família de agricultores, assim, nenhum

jovem torna-se agricultor sem antes vivenciar as práticas de vida ligadas ao trabalho agrícola já desenvolvido por seus familiares. Em virtude disso, detalharemos os assuntos que estão ligados com o envolvimento dos entrevistados junto ao trabalho familiar, bem como sua participação na divisão social do trabalho familiar.

### 5.2.1 O processo do trabalho familiar agrícola junto a inserção dos entrevistados na agricultura

Os jovens agricultores são socializados no trabalho agrícola desde muito novos. Visando descrever como se dá a inclusão deles no contexto da agricultura familiar do Território do Sisal, perguntamos aos jovens com qual idade eles começaram a participar do trabalho familiar agrícola. Eles começam a participar do trabalho familiar com 11 anos de idade em média. Na Tabela 17 se verifica que sendo 9,2% diz que começou aos 8 anos, 7% aos 10, e também 7% aos 12 anos. Um dado importante que não se pode deixar passar despercebido, é que 60,3% dos entrevistados não responderam com qual idade começaram a trabalhar na agricultura.

Tabela 17 - Idade de iniciação dos jovens no Trabalho familiar agrícola (f e %)

Idade que começou a trabalhar na UPF	Frequência	Porcentagem
3	1	0,3
5	1	0,3
6	5	1,6
7	5	1,6
8	29	9,2
9	2	0,6
10	22	7,0
11	1	0,3
12	22	7,0
13	6	1,9
14	5	1,6
15	10	3,2
17	7	2,2
17	3	1,0
18	5	1,6
19	1	0,3
Total	125	39,7
Omissos	190	60,3
Total	315	100,0

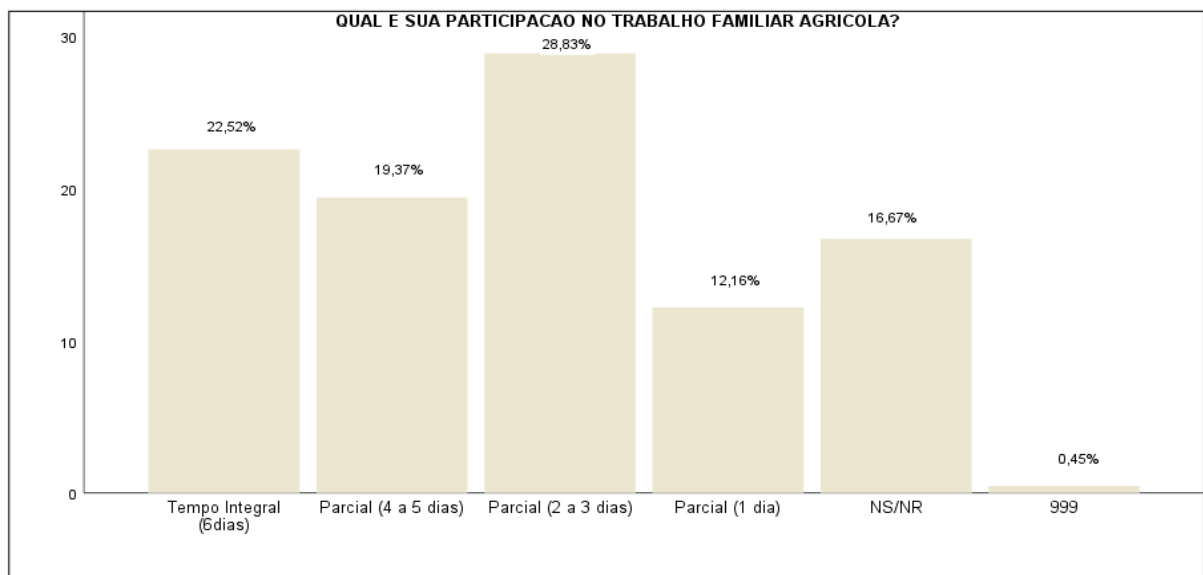
Fonte: Banco de Dados Jovens Agricultores Familiares do Sisal, 2021.

A reprodução da agricultura familiar segue parâmetros que classificam como se dá esta iniciação, no caso das meninas elas começam a desenvolver tarefas de ajuda e os meninos já começam cedo a trabalhar com os pais ajudando-os com os



animais, com a plantação e outros serviços mais diretamente relacionados com ações agrícolas. Por isso, questionamos aos participantes da pesquisa quantas horas eles se dedicavam as atividades agrícolas. Entre a quantidade de dias na semana que os jovens estão desenvolvendo ações dentro do contexto agrícola, no Gráfico 19 constatamos que a maioria dos jovens se dedicam de maneira parcial ao trabalho agrícola, 28,83% diz que sua participação não passa de 3 dias na semana, 19,37% se envolve por 4 a 5 dias, 12,16% dedica-se por apenas 1 dia, e 22,52% diz trabalhar em tempo integral por 6 dias na semana, entre um percentual de 16,67% estão aqueles jovens que não responderam ou não souberam ao certo quantos dias estão atuando na agricultura.

Gráfico 19 - Distribuição da porcentagem da jornada diária de trabalho na UPF



Fonte: Banco de Dados Jovens Agricultores Familiares do Sisal, 2021.

Comparando essa participação entre o sexo dos entrevistados, constata-se que na distribuição do tempo, os jovens homens representam a maioria entre os que trabalham em tempo integral enquanto eles são 14%, as mulheres somam 8,6%. Porém, o maior número de jovens, de ambos os sexos, diz que pratica a agricultura entre 2 e 3 dias, sendo 16,7% desses homens e 12,3% mulheres. Na distribuição do tempo, os jovens homens representam a maioria entre os que trabalham em tempo integral enquanto eles são 14%, as mulheres somam 8,6%. Porém, o maior número

de jovens, de ambos os sexos, diz que prática a agricultura entre 2 e 3 dias, sendo 16,7% desses homens e 12,3% mulheres.

Tabela 18 - Participação no trabalho familiar agrícola por sexo (f e %)

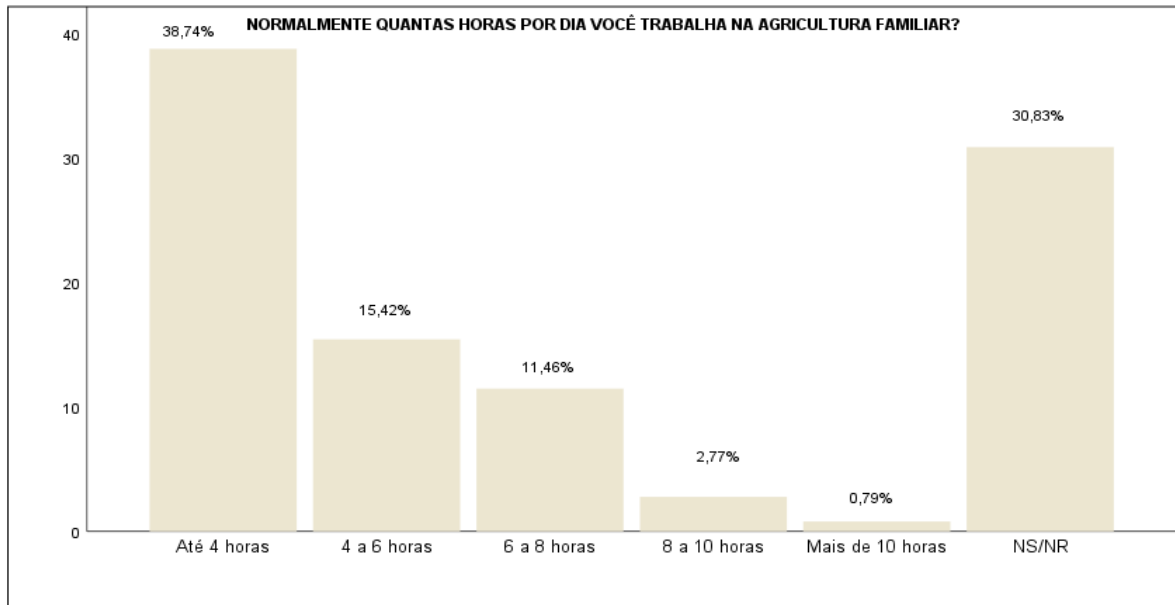
PARTICIPAÇÃO NO TRABALHO FAMILIAR AGRÍCOLA?		Sexo		Total
		Masculino	Feminino	
Tempo Integral (6 dias)	f	31	19	50
	% do Total	14,0%	8,6%	22,5%
Parcial (4 a 5 dias)	f	21	22	43
	% do Total	9,5%	9,9%	19,4%
Parcial (2 a 3 dias)	f	37	27	64
	% do Total	16,7%	12,2%	28,8%
Parcial (1 dia)	f	13	14	27
	% do Total	5,9%	6,3%	12,2%
NS/NR	f	21	17	38
	% do Total	9,5%	7,7%	17,1%
Total	f	123	99	222
	% do Total	55,4%	44,6%	100,0%

Fonte: Banco de Dados Jovens Agricultores Familiares do Sisal, 2021.

Além de interrogados sobre a quantidade de dias que eles trabalhavam na agricultura os jovens também foram questionados sobre sua jornada diária de trabalho agrícola. No Gráfico 20 é perceptível que a maior parte dos entrevistados afirmou que destina até 4 horas do seu dia para trabalhar na agricultura (38,7%), entretanto, um número bastante elevado não respondeu qual seria a quantidade de tempo utilizado para as atividades agrícolas, ou seja, 30,63% não responderam à pergunta em questão.

A Tabela 19 traz a distribuição de frequências e percentuais da jornada de trabalho familiar agrícola por sexo dos entrevistados. Nota-se que as mulheres trabalham a mesma quantidade de tempo que os homens, quando a jornada de trabalho vai até 4 horas por dia, houve um embate onde os dois gêneros são 19,4%. Na medida que a jornada de trabalho cresce, os percentuais entre os homens são sempre maiores do que os mulheres, de 4 a 6 horas, os homens somam 11,1%, enquanto as mulheres são apenas 4,3%. Contata-se que entre os homens registramos jornadas de trabalho superior a 10 horas diárias, algo que nas mulheres não acontece. Já 30,8% dos jovens foram omissos a essa pergunta, dentre eles, têm um número maior de meninas 16,2% e 14,6% no total de homens.

Gráfico 20 - Jornada diária de trabalho familiar agrícola (%)



Fonte: Banco de Dados Jovens Agricultores Familiares do Sisal, 2021.

Tabela 19 - Jornada de trabalho por sexo do entrevistado (f e %)

QUANTAS HORAS POR DIA VOCÊ TRABALHA NA AGRICULTURA FAMILIAR?		Sexo		Total
		Masculino	Feminino	
Até 4 horas	f	49	49	98
	%	19,4%	19,4%	38,7%
4 a 6 horas	f	28	11	39
	%	11,1%	4,3%	15,4%
6 a 8 horas	f	17	12	29
	%	6,7%	4,7%	11,5%
8 a 10 horas	f	4	3	7
	%	1,6%	1,2%	2,8%
Mais de 10 horas	f	2	0	2
	%	0,8%	0,0%	0,8%
NS/NR	f	37	41	78
	%	14,6%	16,2%	30,8%
Total	f	137	116	253
	%	54,2%	45,8%	100,0%

Fonte: Banco de Dados Jovens Agricultores Familiares do Sisal, 2021.

A participação dos jovens pressupõe uma diferenciação na participação no trabalho familiar agrícola, o gênero reflete nas dinâmicas da divisão sexual do trabalho, isso pode ser entendido como a falta de entendimento entre os jovens, principalmente entre as moças que muitas vezes acreditam que o tempo dedicado as tarefas domésticas não são consideradas como um trabalho agrícola, ou que sua jornada de trabalho, é mesmo menor que a dos homens, pela sua subalternidade junto ao trabalho familiar, ou mesmo, que elas podem de fato ocupar maior parte do seu

tempo com a participação no ensino formal ou em outras atividades de lazer que serão inclusive apresentadas nos tópicos a seguir.

### **5.3 O ensino formal e a juventude na agricultura familiar**

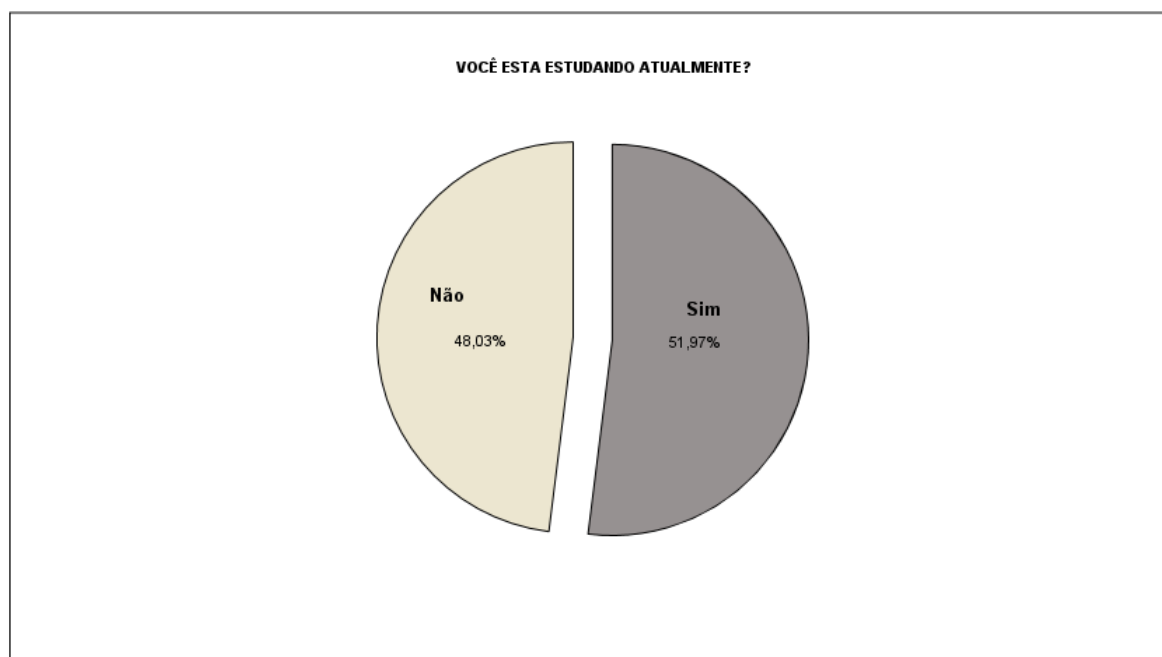
Além de entender a socialização dos jovens na divisão do trabalho, é necessário avaliar como os jovens são socializados por meio do ensino formal. Como pontuou Durkheim (1995, p. 83), a finalidade da educação é formar o “ser social”. Portanto, a escola assim como a família, é uma instituição socializadora, em ambas, existe o processo de construção social das disposições. Compreendendo como essas duas instituições influenciam os jovens agricultores familiares, podemos analisar como essas moldam seus projetos, uma vez que, tanto a família quando a escola, desempenham papéis na construção das trajetórias sociais desses sujeitos.

O sistema formal de ensino tem como um dos seus pilares a formação profissional, ou seja, ele tende a introduzir uma capacitação capaz de colaborar com a inserção do jovem no mercado de trabalho, o grande problema, é que para o jovem agricultor, essa escola não possui especificidades que o incentivem a adotar práticas ligadas ao meio rural, ela é excludente e voltada para o urbano

Nesta sessão, objetivamos descrever como o ensino formal dos entrevistados se relaciona ou não com as possibilidades de reprodução do trabalho familiar. Confrontamos o grau de escolaridade dos jovens e como tem sido a sua participação, no ensino formal. Foram avaliados o nível de escolarização dos entrevistados, por meio inclusive da categoria de gênero, e como é que se fundamenta a relação entre o desempenho escolar dos jovens e a tendência em permanecer com o desenvolvimento das atividades agrícolas em seu futuro, e ainda, se a escolarização é uma porta de entrada para o mercado de trabalho fora da agricultura.

Para medir a participação dos jovens no ensino, apresentamos a pergunta: *você está estudando ainda?* Ao analisar o Gráfico 21 observa-se que a maioria dos jovens afirmou ainda estar estudando, sendo que, 51,97% respondeu que sim, enquanto 48,3% confirmou não mais estudar. Todavia vale pontuar que os números estão bem próximos, isso significa dizer que os jovens que estão inseridos em alguma rede de ensino não são tão distantes dos que já não fazem parte deste sistema.

Gráfico 21 - Percentual de jovens estudando



Fonte: Banco de Dados Jovens Agricultores Familiares do Sisal, 2021.

Com o cruzamento entre situação de estudos e sexo dos entrevistados, descobrimos que o índice de inserção no ensino entre as mulheres é maior que o verificado entre os homens, uma vez que 28% delas estão estudando, em comparação com 24% dos rapazes.

Tabela 20 - Participação dos jovens no ensino formal por sexo do entrevistado (f e %)

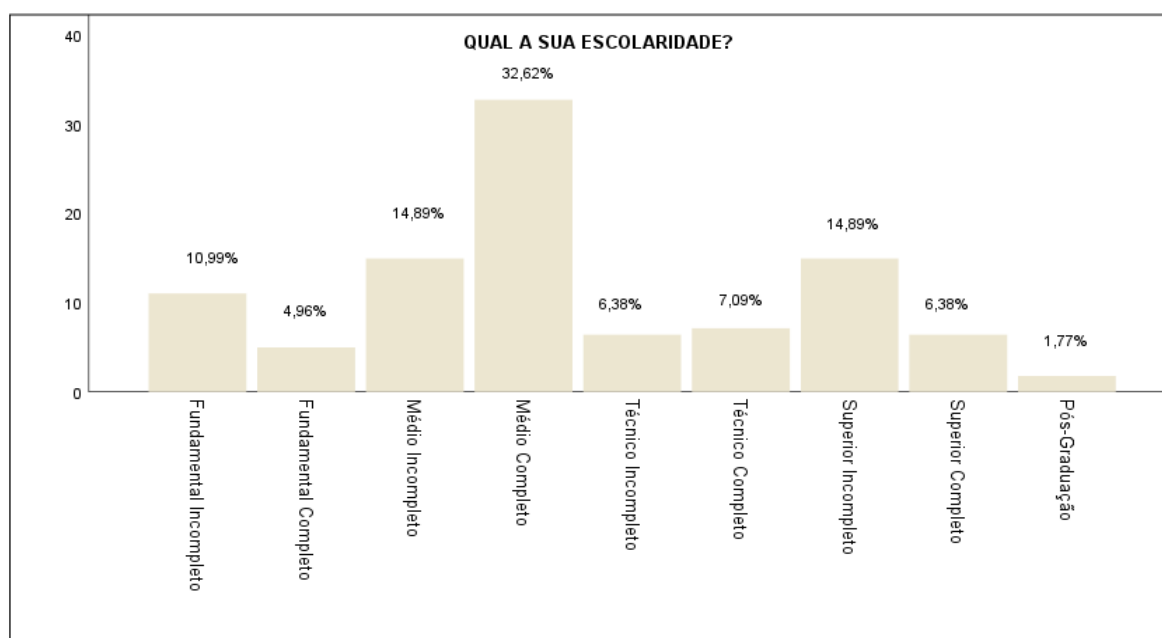
VOCÊ ESTÁ ESTUDANDO ATUALMENTE?		Sexo		Total
		Masculino	Feminino	
Sim	f	67	78	145
	% do Total	24,0%	28,0%	52,0%
Não	f	77	57	134
	% do Total	27,6%	20,4%	48,0%
Total	f	144	135	279
	% do Total	51,6%	48,4%	100,0%

Fonte: Banco de Dados Jovens Agricultores Familiares do Sisal, 2021.

Em relação ao nível de escolarização dos jovens entrevistados, verifica-se no Gráfico 22 que o percentual em evidência, é o de jovens que concluíram o ensino médio (32,62%). Os que possuem o ensino superior incompleto representa 14,89%, sendo esse número igual ao dos que tem formação referente ao ensino médio

incompleto. Entre os que afirmaram ter participado em nível técnico, existem mais jovens que completaram a formação, 7,9% do que afirmaram ter o técnico incompleto, 6,38%. O menor número de jovens está entre os que possuem pós-graduação (1,77%) e o fundamental incompleto (4,96%).

Gráfico 22 - Escolaridade dos jovens agricultores



Fonte: Banco de Dados Jovens Agricultores Familiares do Sisal, 2021.

Analisando o cruzamento entre a escolaridade e o sexo dos entrevistados (tabela 21) se observa que as mulheres apresentam um maior nível de formação em grau superior e técnico. Já os jovens homens, formam a maioria dos que não ingressaram em graus avançados de estudo, eles estão, portanto, entre o maior número, 17,4% dos que somente concluíram o ensino médio.

Tabela 21 - Nível de escolaridade dos jovens entrevistados por sexo (f e %)

QUAL A SUA ESCOLARIDADE?		Sexo		Total
		Masculino	Feminino	
Fundamental Incompleto	f	24	7	31
	% do Total	8,5%	2,5%	11,0%
Fundamental Completo	f	7	7	14
	% do Total	2,5%	2,5%	5,0%
Médio Incompleto	f	19	23	42
	% do Total	6,7%	8,2%	14,9%
Médio Completo	f	49	43	92
	% do Total	17,4%	15,2%	32,6%

Técnico Incompleto	f	9	9	18
	% do Total	3,2%	3,2%	6,4%
Técnico Completo	f	7	13	20
	% do Total	2,5%	4,6%	7,1%
Superior Incompleto	f	18	24	42
	% do Total	6,4%	8,5%	14,9%
Superior Completo	f	8	10	18
	% do Total	2,8%	3,5%	6,4%
Pós-Graduação	f	2	3	5
	% do Total	0,7%	1,1%	1,8%
Total	f	143	139	282
	% do Total	50,7%	49,3%	100,0%

Fonte: Banco de Dados Jovens Agricultores Familiares do Sisal, 2021.

Em síntese pode-se constatar que em se tratando da escolarização dos jovens agricultores familiares do Território do Sisal, observa-se que as mulheres são as que lideram a participação no ensino, os jovens com menor escolaridade tendem a estabelecer projetos de permanência na agricultura, retomaremos sobre projetos profissionais no capítulo a seguir.

#### 5.4 Práticas de sociabilidade juvenil

Uma das maneiras de medir o grau a autoidentificação dos jovens é através do entendimento de como funciona as formas de interação dos mesmos no contexto de sociabilidade, por isso, esta sessão tem como propósito investigar como a juventude agrícola familiar tem ocupado o tempo nos momentos de sociabilidade, ou seja, nos seus momentos de lazer. No entanto, vale conceituar, de maneira ligeiramente rápida, o que seria a sociabilidade e a socialização, que estão diretamente ligadas entre si, refletindo na construção da formação da identidade do jovem agricultor familiar, conforme aponta Brenner; Dayrell; Carrano, 2005, p.177 “no espaço-tempo de lazer os jovens consolidam relacionamentos, sentidos estéticos e processos de identificação cultural”.

Os laços feitos em sociedade representam a forma como os sujeitos vivem, são através dos laços feitos, e desfeitos que se vive, que se compõe a associação, que nada mais é que a própria interação, sendo que a forma lúdica dessa interação que gera a sociabilidade. Portanto, as vivências em forma de lazer geram um contexto cultural capaz de permitir que o jovem compartilhe de um interesse coletivo que gere aspectos e valores relevantes para a socialização (interação entre os indivíduos), que geram a sociabilidade, na qual possibilita que os jovens tenham a liberdade de

escolha, capaz de construir relações sociais que formam a sua identidade.

Em relação às práticas de sociabilidade dos jovens entrevistados questionamos o que eles costumavam fazer nas horas vagas, a pergunta foi subjetiva, e observando a Tabela 22 que retrata as atividades que eles desenvolvem em momentos de lazer, percebemos que a maioria prefere assistir, ler e ficar nas redes sociais (37%) uma outra parte costuma praticar esportes (24,2%) uma boa parte também prefere ficar em casa ou dormir 14,7% desses.

Se tratando do que as meninas e os meninos gostam de fazer, observa-se que os jovens preferem praticar esporte 16,6% enquanto as meninas nessa mesma ação representam 7,6%. No entanto, entre passear e estar com amigos elas ocupam uma posição maior 8,1% enquanto os rapazes somam 5,2%. Dos que afirmaram ocupar parte de seu tempo cuidando dos animais nas horas vagas, os rapazes representam 2,4% já as moças quase não desempenham essa prática elas são somente 0,5%.

Tabela 22 - Ocupação nas horas vagas dos jovens agricultores (f e %)

O que você costuma fazer nas horas vagas?		Sexo		Total
		Masculino	Feminino	
Praticar esportes	f	35	16	51
	% do Total	16,6%	7,6%	24,2%
Passear/ estar com amigos	f	11	17	28
	% do Total	5,2%	8,1%	13,3%
Assistir, ler, redes sociais	f	39	39	78
	% do Total	18,5%	18,5%	37,0%
Atividades de diversão (danças, ir a festas)	f	6	4	10
	% do Total	2,8%	1,9%	4,7%
Ficar em Casa/ Dormir	f	17	14	31
	% do Total	8,1%	6,6%	14,7%
Outros	f	5	2	7
	% do Total	2,4%	0,9%	3,3%
Cuidar dos animais	f	5	1	6
	% do Total	2,4%	0,5%	2,8%
Total	f	118	93	211
	% do Total	55,9%	44,1%	100,0%

Fonte: Banco de Dados Jovens Agricultores Familiares do Sisal, 2021.

Os espaços de sociabilidade dos jovens são diversificados, chama atenção para



as meninas que sinalizam gostar de passear com os amigos, (8,1%) elas estão em um número maior que os homens (5,2%).

As atividades de lazer realizadas pelos jovens são consideradas como uma ferramenta de vivências, isso significa que as práticas relacionadas as ações realizadas nos tempos ociosos retratam na “construção das identidades juvenis”, nesses espaços são consolidadas as relações de cunho cultural e social entre os sujeitos (BRENNER; DAYRELL; CARRANO, 2005, p.177).

Na Tabela 23 temos o retrato das atividades de lazer que os jovens realizaram nos últimos 30 dias; nos últimos 12 meses; alguma vez na vida ou se nunca fez, para compreender essas ações eles responderam em qual frequência acontece entre as moças e os rapazes nas atividades listadas abaixo.

Observa-se que temos um número maior de jovens que afirmou nos últimos trinta dias ter frequentado a igreja (56%), esteve em lanchonetes e sorveterias (50,5%) ou que praticou algum esporte de maneira coletiva (35%). Essas três ações são as que aparecem em maior destaque. As que aparecem com mais frequência no período dos últimos 12 meses são: festa na casa dos amigos (43,8%), festa em quermesse ou na comunidade (43,3%) e ir à lanchonete ou sorveteria (33,9%).

Entre as atividades que envolvem deslocamento para fora da comunidade percebe-se que o número dos que nunca fez na vida é maior entre ir ao cinema (50,5%), ir ao estádio de futebol (44,5%) e ir à praia de água doce (38,8%), ir ao shopping center, também é uma ação que boa parte dos jovens afirmou nunca ter ido (29,6%).

Geralmente as mulheres são as que mais realizaram as práticas de sociabilidade nos últimos 30 dias, exceto no que se refere ir à lanchonete e passear em praças, que os homens lideram. Elas são a maioria dos jovens que foram ao cinema, assistir a shows musicais, dentre outras nos últimos 30 dias. Já no caso dos últimos 12 meses, temos um número superior de homens realizando as atividades com maior frequência. Os números revelam que do público que nunca fez nenhuma atividade de lazer na vida como ir ao cinema 55,6%, e ao shopping center 30,6%, a maioria é constituído por homens.

Tabela 23 - Práticas de lazer dos jovens agricultores

		Nos últimos 30 dias	Nos últimos 12 meses	Alguma vez na vida	Nunca fez	Total
Assistir show musical	Masculino	9,6	34,6	42,3	13,5	100,0
	Feminino	11,5	26,0	50,0	12,5	100,0
	<b>Total</b>	10,5	30,5	46,0	13,0	100,0
Dançar em bailes ou danceteria	Masculino	8,1	20,2	39,4	32,3	100,0
	Feminino	9,2	21,8	44,8	24,1	100,0
	<b>Total</b>	8,6	21,0	41,9	28,5	100,0
Festa em casa de amigos	Masculino	17,8	49,5	30,8	1,9	100,0
	Feminino	24,5	37,2	30,9	7,4	100,0
	<b>Total</b>	20,9	43,8	30,8	4,5	100,0
Festa ou quermesse na comunidade	Masculino	6,9	46,1	40,2	6,9	100,0
	Feminino	9,8	40,2	45,7	4,3	100,0
	<b>Total</b>	8,2	43,3	42,8	5,7	100,0
Ir jantar em restaurante	Masculino	14,7	40,2	36,3	8,8	100,0
	Feminino	16,1	23,7	38,7	21,5	100,0
	<b>Total</b>	15,4	32,3	37,4	14,9	100,0
Ir a igreja	Masculino	54,6	32,4	12,0	0,9	100,0
	Feminino	57,4	21,8	18,8	2,0	100,0
	<b>Total</b>	56,0	27,3	15,3	1,4	100,0
Ir a lanchonetes e sorveteria	Masculino	54,5	29,7	15,8	0,0	100,0
	Feminino	46,2	38,5	14,3	1,1	100,0
	<b>Total</b>	50,5	33,9	15,1	0,5	100,0
Ir a praia de água doce	Masculino	1,1	30,9	31,9	36,2	100,0
	Feminino	6,0	20,2	32,1	41,7	100,0
	<b>Total</b>	3,4	25,8	32,0	38,8	100,0
Ir a praia de mar	Masculino	3,0	28,0	50,0	19,0	100,0
	Feminino	4,5	21,6	44,3	29,5	100,0
	<b>Total</b>	3,7	25,0	47,3	23,9	100,0
Ir a shopping center	Masculino	2,0	26,5	40,8	30,6	100,0
	Feminino	6,8	28,4	36,4	28,4	100,0
	<b>Total</b>	4,3	27,4	38,7	29,6	100,0
Ir ao cinema	Masculino	0,0	11,1	33,3	55,6	100,0
	Feminino	2,3	20,7	32,2	44,8	100,0
	<b>Total</b>	1,1	15,6	32,8	50,5	100,0
Ir a estádio de futebol	Masculino	3,1	15,6	39,6	41,7	100,0
	Feminino	4,7	17,4	30,2	47,7	100,0
	<b>Total</b>	3,8	16,5	35,2	44,5	100,0
Passear em parques e praças	Masculino	29,4	30,4	34,3	5,9	100,0
	Feminino	24,7	25,9	38,8	10,6	100,0
	<b>Total</b>	27,3	28,3	36,4	8,0	100,0
Praticar esportes coletivos	Masculino	34,6	23,4	34,6	7,5	100,0
	Feminino	37,1	19,1	32,6	11,2	100,0
	<b>Total</b>	35,7	21,4	33,7	9,2	100,0
Viajar no fim de semana	Masculino	12,1	29,3	43,4	15,2	100,0
	Feminino	15,7	28,1	33,7	22,5	100,0
	<b>Total</b>	13,8	28,7	38,8	18,6	100,0

Fonte: Banco de Dados Jovens Agricultores Familiares do Sisal, 2021

A Tabela 23, com a demonstração das práticas de lazer dos jovens, nos revela que as práticas de sociabilidade entre a juventude agrícola familiar, é consideravelmente baixo, principalmente quando a atividade está relacionada a algum tipo de lazer fora da comunidade, contata-se, portanto, que entre as principais atividades destacam as de dentro da comunidade como ir a lanchonetes, a igrejas e a festas com os amigos.

No entanto, os números apontam que tanto os filhos quanto as filhas de agricultores sofrem com a ausência de atividade de lazer, principalmente quando essas são desenvolvidas fora da comunidade, é bastante alto o índice de jovens que nunca foi ao cinema e nunca esteve num estádio de futebol.

### **5.5 Processo de socialização: uma síntese do que prevalece entre os jovens agricultores familiares**

No decorrer deste capítulo averiguamos como se dá o processo de socialização dos jovens agricultores familiares, no que se refere, a divisão social no trabalho agrícola, na escolarização e nas práticas de sociabilidade. Contudo, é notório que em relação à socialização das relações de gênero, são elementos de destaque, tendo em vista que as mulheres diferem dos homens na participação social, na escolarização e também nas práticas de sociabilidade.

A participação no trabalho é elemento fundamental na socialização dos jovens, inicialmente observamos, que logo cedo, os jovens iniciam suas atividades junto aos pais no trabalho com agricultura, e nesse universo a participação costuma ser em tempo parcial, com uma variação expressiva a depender da idade dos jovens, sendo que os mais velhos dedicam mais tempo que os mais novos, e isso é evidente entre os homens. Portanto, as mulheres sofrem um processo de exclusão do trabalho agrícola, ficando a cargo os trabalhos considerados mais leves e domésticos, sendo os rapazes muito mais socializados por suas famílias nas atividades de cunho agrícola.

Quando ao processo de escolarização nota-se que quanto maior a idade menos os jovens estão inseridos nos sistemas de ensino, logo as mulheres lideram o ranking do gênero que mais está estudando, portanto é baixa a inserção dos jovens adultos no processo ligados as práticas de ensino, entre os níveis mais avançados de estudo, são as meninas que também se destacam.

Sobre as práticas de sociabilidade dos jovens, os dados nos mostram que as atividades que os jovens costumam praticar com mais frequência são as aquelas que acontecem dentro do seu reduto de morada, desse modo, o lazer é um mecanismo que acontece geralmente dentro da comunidade, existindo uma baixa taxa de participação em atividades culturais, e portanto, que são escassas as formas de lazer em ambos os sexos, porém, as meninas acabam tendo mais oportunidade que os

meninos de acessar algumas práticas de sociabilidade fora da comunidade.

Em resumo a socialização dos jovens agricultores do Território do Sisal implica diretamente no processo de trabalho familiar, este que por sua vez é marcado por uma diferenciação acentuada das relações de gênero, no qual os homens exercem maior participação dentro da divisão social do trabalho agrícola e já as mulheres demonstram uma abertura menos atuante dentro do ambiente familiar. Na próxima sessão entenderemos como estes mesmos jovens através da socialização configuram seus projetos profissionais de permanência na agricultura familiar.

## 6. OS PROJETOS PROFISSIONAIS DOS JOVENS: A DIFÍCIL DECISÃO DE REPRODUZIR OU NÃO O MODO DE VIDA DOS PAIS

Tornar-se um agricultor familiar é uma condição que envolve uma série de fatores, dentre eles, a maneira como existe a socialização e não somente ela, mas as condições materiais, e por tanto, o estabelecimento de um projeto em permanecer ou não na atividade ligada a agricultura familiar. Visando responder a última dimensão prevista nesse estudo, este capítulo se propõe a responder duas perguntas que tem por finalidade investigar dos entrevistados, quais são os projetos profissionais. Portanto, o questionamento se deu em torno das seguintes questões: *qual seu projeto profissional? Quer se estabelecer como agricultor familiar?* Ao longo desse capítulo, entenderemos como são formalizados os projetos profissionais ligados à agricultura, e se a juventude do Território do Sisal pretende dar continuidade ao trabalho agrícola familiar dos pais, ou se esses possuem uma recusa em suceder.

### 6.1 Projeto profissional dos jovens agricultores do Sisal

O entendimento a respeito do que seria um projeto envolve elementos trabalhados pelo antropólogo Gilberto Velho (2003), e outros autores como Schütz (1979), na visão dos pesquisadores, o conceito de projetos, tem a ver com a vontade de vir a serem construídas possibilidades futuras ligadas a biografia dos indivíduos. Porquanto, tem a ver com condicionantes de base estrutural, formadas através de interações com outros indivíduos.

Os projetos formulados pelos jovens agricultores sofrem influência, em diferentes graus, pelas oportunidades de reprodução nas unidades de produção familiar. Seria o processo de socialização no trabalho familiar agrícola, os papéis que desempenham na atividade agrícola, e as posições que ocupam que derivam os projetos profissionais dos jovens agricultores familiares.

Os estudos de Weisheimer (2007, 2009), citam Boutinet (2002), que define os projetos juvenis em projeto de escolarização (projetos de curto prazo), projeto profissional (médio prazo) e projeto de vida (amplo prazo). No caso dos jovens aqui estudados trabalharemos com a noção de projeto profissional, que no entendimento de Weisheimer (2012, p.124), "reflete as imagens profissionais que os jovens

agricultores reservam para si, os tipos de grupos profissionais e respectivos recursos a que aspiram".

Em resposta a primeira pergunta sobre os projetos profissionais dos jovens, verificamos na Tabela 24, que 59,6% dos entrevistados afirmam ter um projeto profissional para exercer no futuro, deste total os jovens homens representam 64%, e as mulheres, 54,8% da amostra.

Tabela 24 - Cruzamento entre ocorrência de projeto profissional por sexo do entrevistado (f e %)

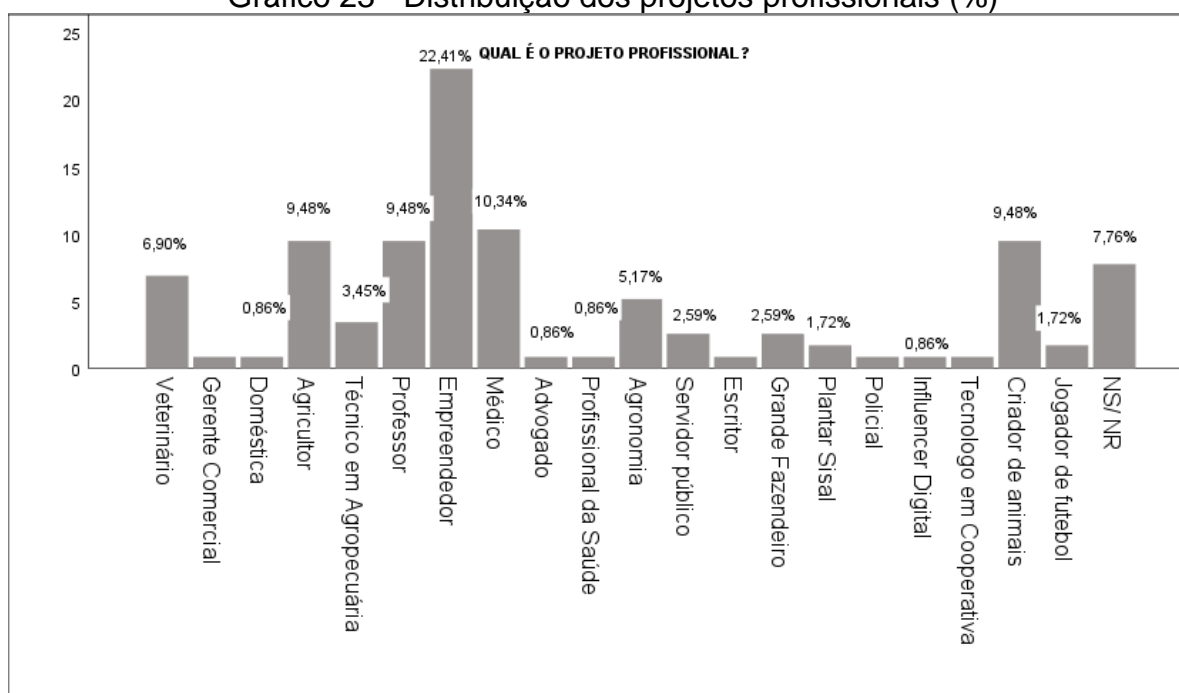
VOCÊ TEM UM PROJETO PROFISSIONAL QUE QUER EXERCER NO FUTURO?		Sexo		Total
		Masculino	Feminino	
Sim	% em Sexo	64,0%	54,8%	59,6%
Não	% em Sexo	36,0%	45,2%	40,4%
Total	% em Sexo	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Banco de Dados Jovens Agricultores Familiares do Sisal, 2021.

Para entender sobre os projetos profissionais dos jovens da tabela acima, contata-se no Gráfico 23, em números percentuais quais são as carreiras que eles pretendiam seguir. Dentre os planos elaborados para o futuro, notam-se uma forte tendência a ideias de cunho empreendedor, visto que 22,41% dos jovens pretendem executar um projeto voltado para a prática do empreendedorismo, enquanto 10,34% projeta seguir a área da medicina, 9,48% já pretende criar animais, uma curiosidade que o mesmo percentual (9,48%) também respondeu que pensa em ser agricultor ou professor. Dos que cogitam seguir a carreira de veterinário encontra-se uma quantidade de 6,9%. Interessante que 7,76% dos respondentes não sabem informar ou não responderam qual seria o seu projeto profissional.

Ao considerar as distinções de gênero constata-se que os rapazes possuem forte tendência em aplicar projetos ligados à área agrícola. Eles se destacam nas possibilidades de ser agricultor (6%), empreendedor 18,1%, criador de animais 5,2% e produtor de sisal 1,7%. Já entre as meninas notam-se que os projetos mais cogitados e de maior destaque estão entre as áreas da Medicina 7,8%, professor 6% e medicina veterinária 5,2%

Gráfico 23 - Distribuição dos projetos profissionais (%)



Fonte: Banco de Dados Jovens Agricultores Familiares do Sisal, 2021.

Tabela 25 - Cruzamento entre variáveis projeto profissional e sexo do entrevistado (f e %)

QUAL É O PROJETO PROFISSIONAL?		Sexo		Total	
		Masculino	Feminino		
QUAL É O PROJETO PROFISSIONAL?	Veterinário	%	<b>1,7%</b>	<b>5,2%</b>	<b>6,9%</b>
	Gerente Comercial	%	0,9%	0,0%	0,9%
	Doméstica	%	0,0%	0,9%	0,9%
	Agricultor	%	<b>6,0%</b>	<b>3,4%</b>	<b>9,5%</b>
	Técnico em Agropecuária	%	0,0%	3,4%	3,4%
	Professor	%	<b>3,4%</b>	<b>6,0%</b>	<b>9,5%</b>
	Empreendedor rural	%	<b>18,1%</b>	<b>4,3%</b>	<b>22,4%</b>
	Médico	%	<b>2,6%</b>	<b>7,8%</b>	<b>10,3%</b>
	Advogado	%	<b>0,0%</b>	<b>0,9%</b>	<b>0,9%</b>
	Profissional da Saúde	%	<b>0,0%</b>	<b>0,9%</b>	<b>0,9%</b>
	Agronomia	%	2,6%	2,6%	5,2%

Servidor público	%	1,7%	0,9%	2,6%
Escritor	%	0,9%	0,0%	0,9%
Grande Fazendeiro	%	0,9%	1,7%	2,6%
Plantar Sisal	%	1,7%	0,0%	1,7%
PoliciaI	%	0,9%	0,0%	0,9%
Influencer Digital	%	0,0%	0,9%	0,9%
Tecnólogo em Cooperativa	%	0,0%	0,9%	0,9%
Criador de animais	%	5,2%	4,3%	9,5%
Jogador de futebol	% I	1,7%	0,0%	1,7%
NS/ NR	%	5,2%	2,6%	7,8%
Total	%	58,6%	41,4%	100,0%

Fonte: Banco de Dados Jovens Agricultores Familiares do Sisal, 2021.

Na sequência, Gráfico 24, perguntamos aos entrevistados, quem deles, pretendia se estabelecer profissionalmente no trabalho familiar agrícola. Obtivemos assim, 65,2% de respostas negativas, e 34,8% de respostas positivas. Isso revela que a maioria dos jovens agricultores familiares do Território do Sisal, não desejam permanecer nessa atividade no futuro, indicando assim uma possível crise de sucessão geracional nas unidades produtivas, e da reprodução social da agricultura familiar como a atividade econômica da região.

Muitos jovens justificam a decisão de não ser agricultor por motivos, tais como: "o trabalho é pouco valorizado", "o trabalho é muito pesado" ou ainda por "dificuldade de ter autonomia". Alguns alegam fatores diretamente relacionados as políticas fundiárias, por exemplo, "falta de incentivo do poder público, para os jovens do meio rural" e "por não possuir terra própria".

Para compreender como a resposta se comportava diante do gênero, o cruzamento entre a pergunta ligada ao desejo do jovem em ser um agricultor familiar sofre variação, a depender do sexo em análise. Na Tabela 26, demonstra a tendência entre jovens homens e mulheres no predomínio de projetos profissionais voltados para a agricultura, analisando as respostas positivas, ou seja, aquelas que disseram que iriam permanecer na agricultura, os jovens homens demonstram interesse profissional pela agricultora em 58,4% dos casos, enquanto as jovens mulheres



abrangem 41,6%. Não obstante, identifica-se s til distin o entre os sexos dos entrevistados, mesmo que s til essa diferencia o n o deixa de ser reveladora das disposi es mais frequentes entre as mulheres constru em trajet rias profissionais n o agr colas. O que pode criar embara os e dificuldades a reprodu o social da agricultura familiar.

Gr fico 24 - Voc  pretende se estabelecer profissionalmente como agricultor familiar? (%)



Fonte: Banco de Dados Jovens Agricultores Familiares do Sisal, 2021.

Tabela 26 - Cruzamento dos que pretendem se estabelecer como agricultor por Sexo do entrevistado

		Sexo		Total	
		Masculino	Feminino		
VOCÊ PRETENDE SE ESTABELECEER PROFISSIONALMENTE COMO AGRICULTOR(A) FAMILIAR?	Sim	% do total	58,4%	41,6%	100%

Fonte: Banco de Dados Jovens Agricultores Familiares do Sisal, 2021.

Em síntese, o cenário dos projetos profissionais dos jovens agricultores do território em análise, demonstra uma forte tendência de não aceitação dos jovens em seguir a profissão de agricultor, o que em grande instância aparece como um indicativo de baixa sucessão agrícola familiar seguida de um quadro que envolve um grande interesse das mulheres em enveredar-se por áreas, divergente do contexto agrícola familiar, já no caso dos rapazes é maior o interesse em ser agricultor, o que de uma maneira geral aponta que no sisal existe uma proposta de masculinização do campo, seguida de uma baixa reprodução social da agricultura familiar. No item a seguir, averiguasse como os projetos profissionais são influenciados a partir de algumas condições específicas de socialização e de recursos materiais.

## 6.2 Projetos Profissionais: um comparativo das dimensões matérias, socialização no trabalho familiar e escolarização

Explicar os projetos profissionais formulados por jovens agricultores no Território do Sisal, exige um apanhado mais geral que se direciona para as condições materiais, e os processos de socialização no trabalho familiar agrícola de jovens, comparando segundo o gênero dos entrevistados. Por conseguinte, esta sessão terá como fundamento trabalhar com a análise comparativa da pergunta: *você pretende se estabelecer profissionalmente como agricultor?*

Com dimensões apresentadas nos capítulos anteriores, diretamente ligadas com a condição material, a socialização e a escolaridade dos entrevistados. No entanto, este item responde em síntese ao objetivo geral deste estudo, que pretende justamente entender como os projetos profissionais, que já foram apresentados na sessão anterior se relacionam com fatores ligados a inserção do jovem no trabalho agrícola familiar. Inicialmente busca-se investigar como os projetos profissionais dos

jovens agricultores se constituem em relação às condições materiais.

Tabela 27 -Cruzamento entre projeto profissional e condição fundiária da família por Sexo (f e %)

Sexo		VOCÊ PRETENDE SE ESTABELECEER PROFISSIONALMENTE COMO AGRICULTOR(A) FAMILIAR?		Total	
		Sim	Não		
Masculino	SUA FAMÍLIA É PROPRIETÁRIA DA TERRA EM QUE TRABALHA?	sim			
		% Total	23,3%	46,7%	70,0%
	não				
	% Total	9,3%	20,7%	30,0%	
Total					
		% Total	32,7%	67,3%	100,0%
Feminino	SUA FAMÍLIA É PROPRIETÁRIA DA TERRA EM QUE TRABALHA?	sim			
		% Total	21,9%	50,0%	71,9%
	não				
	% Total	6,3%	21,9%	28,1%	
Total					
		% Total	28,1%	71,9%	100,0%
Total	SUA FAMÍLIA É PROPRIETÁRIA DA TERRA EM QUE TRABALHA?	sim			
		% Total	22,7%	48,2%	70,9%
	não				
	% Total	7,9%	21,2%	29,1%	
Total					
		% Total	30,6%	69,4%	100,0%

Fonte: Banco de Dados Jovens Agricultores Familiares do Sisal, 2021.

A condição fundiária é fator decisivo para a continuidade da reprodução social na agricultura familiar, nos capítulos anteriores, já discutimos sobre o acesso à terra dos jovens que fazem parte das famílias agrícolas. Na Tabela 27 está sendo apresentado um cruzamento que pretende analisar como os projetos profissionais em comparação com o fato de os entrevistados serem proprietários da área em que trabalham influencia ou não no estabelecimento dos projetos profissionais desses jovens. Observa-se que, 46,7% dos homens mesmo sendo proprietários da terra não pretendem se estabelecer como agricultor, esse número é ainda maior em se tratando das mulheres, 50% delas afirmam que as famílias são proprietárias das áreas, mas que mesmo assim elas não possuem planos de se tornar agricultoras. Vale salientar,

todavia, que aqueles jovens que têm planos profissionais de tornar-se agricultor são maiores entre os proprietários que entre os não proprietários, comparando nesse caso, os rapazes 23,3% mesmo que em pequena escala, é maior que as mulheres 21,9%.

Na Tabela 28 os projetos são contrastados com o nível de autonomia material. Os jovens afirmam projetos de ruptura com a agricultura de modo mais intenso na medida em que a condição de autonomia material é mais precária, o que se verifica entre ambos os sexos. Como a autonomia material é menor entre as jovens mulheres isso se reflete nos projetos profissionais delas em proporções maiores que a deles. Abaixo temos o cruzamento dos graus de autonomia e a variável que mede a possibilidade dos entrevistados de reproduzir o modo de vida de seus pais, nota-se que quanto menor a autonomia material, maiores são as projeções de não serem feitos planos, do jovem se manter na agricultura. Comparando a questão do sexo, é perceptível que as mulheres com baixa autonomia (55,1%) são mais propícias a não se tornar agricultora que os homens (49%). Entre os que projetam permanecer na agricultura, ou seja, que disseram sim para a pergunta: *Você pretende se estabelecer profissionalmente como agricultor familiar?* Nota-se que os jovens homens com média (9,6%) e baixa autonomia (22,9%) estão à frente das mulheres que somam respectivamente 6,1% e 17,7% no propósito de ser agricultora. Contudo, as meninas que pretendem se tornar agricultoras estão condicionadas a uma alta autonomia, enquanto os homens que irão suceder seus pais seguem com a liderança do ranking de baixa e média autonomia material.

Tabela 28 - Cruzamento entre projeto profissional e grau de autonomia material por sexo (f e %)

Sexo			VOCÊ PRETENDE SE ESTABELECEER PROFISSIONALMENTE COMO AGRICULTOR(A) FAMILIAR?		Total
			Sim	Não	
Masculino	Grau de Autonomia Material	Baixa Autonomia			
		% do Total	22,9%	49,0%	72,0%
		Média Autonomia			
		% do Total	9,6%	15,9%	25,5%
Total	Alta Autonomia				
		% do Total	0,6%	1,9%	2,5%

			% do Total	33,1%	66,9%	100,0%	
Feminino	Grau de Autonomia Material	Baixa Autonomia					
			% do Total	17,7%	55,1%	72,8%	
		Média Autonomia					
		% do Total	6,1%	14,3%	20,4%		
		Alta Autonomia					
			% do Total	2,7%	4,1%	6,8%	
	Total						
			% do Total	26,5%	73,5%	100,0%	
Total	Grau de Autonomia Material	Baixa Autonomia					
			% do Total	20,4%	52,0%	72,4%	
		Média Autonomia					
		% do Total	7,9%	15,1%	23,0%		
			Alta Autonomia				
				% do Total	1,6%	3,0%	4,6%
	Total						
			% do Total	29,9%	70,1%	100,0%	

Fonte: Banco de Dados Jovens Agricultores Familiares do Sisal, 2021.

Os dados presentes na Tabela 29, apontam que, entre os jovens estudantes existe uma forte tendência em não elaborar planos de permanência na agricultura familiar, principalmente as meninas, elas representam 39,7% das que estão na escola e não querem se estabelecer como agricultora, o quantitativo de 33,6% envolve os jovens que não projeta reproduzir o trabalho familiar agrícola. No entanto, é fato que mesmo as meninas representando a maioria, ainda assim, o percentual dos rapazes não difere muito em pensamento. Em resumo, quanto mais esses jovens estão estudando, mais eles não pretendem permanecer na agricultura.

Tabela 29 - Cruzamento entre projeto profissional e situação de estudo por sexo (f e %)

Sexo			VOCÊ PRETENDE SE ESTABELECEER PROFISSIONALMENTE COMO AGRICULTOR(A) FAMILIAR?		Total	
			Sim	Não		
Masculino	VOCÊ ESTÁ ESTUDANDO ATUALMENTE?	Sim				
			% do Total	15,3%	33,6%	48,9%
		Não				
		% do Total	17,5%	33,6%	51,1%	
Total						
			% do Total	32,8%	67,2%	100,0%
Feminino	VOCÊ ESTÁ ESTUDANDO ATUALMENTE?	Sim				
			% do Total	16,8%	39,7%	56,5%
		Não				
		% do Total	9,2%	34,4%	43,5%	
Total						

		% do Total	26,0%	74,0%	100,0%	
Total	VOCÊ ESTÁ ESTUDANDO ATUALMENTE?	Sim				
			% do Total	16,0%	36,6%	52,6%
		Não				
			% do Total	13,4%	34,0%	47,4%
	Total					
			% do Total	29,5%	70,5%	100,0%

Fonte: Banco de Dados Jovens Agricultores Familiares do Sisal, 2021.

Em capítulos anteriores, já apresentamos argumentos suficientes de que o envolvimento no trabalho familiar, é um elemento de grande destaque em relação à disposição de reproduzir o trabalho familiar agrícola, bem como analisamos que a forma como são socializados os jovens rapazes, e as moças na divisão do trabalho, influência fortemente na elaboração dos projetos profissionais.

Na tabela abaixo, verificamos o cruzamento, das variáveis ligadas aos planos profissionais dos entrevistados, com a jornada de trabalho desenvolvida no contexto da UPF. Nota-se que é alto o índice dos que trabalham, apenas 4 horas na agricultura e a que não pretendem se tornar agricultores, são relevantes o entendimento e a comparação vistas perante os índices de gênero. Verifica-se que 27,7% das mulheres desenvolvem trabalhos agrícolas por até 4 horas, esta porcentagem revela que estas jovens moças são as que menos pretendem se estabelecer profissionalmente como agricultoras. Os meninos que trabalham a mesma quantidade de tempo estão abaixo delas e representam 23,8%.

Aqueles que almejam seguir a carreira de agricultor, na soma das horas trabalhadas 10,7% dos jovens homens se envolvem entre 4 a 10 horas por dia na agricultura, enquanto no mesmo intervalo de tempo, se contabilizarmos as horas trabalhadas pelas meninas, temos apenas 3,4% das mulheres com projetos de permanência na agricultura, isto implica dizer que os homens que pretendem ser agricultores estão envolvidos por mais tempo no labor agrícola.

Tabela 30 - Cruzamento entre projeto profissional e jornada diária na UPF (f e %)

		VOCÊ PRETENDE SE ESTABELEECER PROFISSIONALMENTE COMO AGRICULTOR(A) FAMILIAR?				
Sexo			Sim	Não	Total	
Masculino	NORMALMENTE QUANTAS HORAS POR DIA VOCÊ	Até 4 horas				
			% Total	12,3%	23,8%	36,2%
		4 a 10 horas				

	TRABALHA NA AGRICULTURA FAMILIAR?		% Total	10,7%	24,5%	20,8%	
Feminino	NORMALMENTE QUANTAS HORAS POR DIA VOCÊ TRABALHA NA AGRICULTURA FAMILIAR?	Até 4 horas					
			%	13,4%	27,7%	41,1%	
		4 a 10 horas					
			% Total	3,6%	18,7%	9,8%	

Fonte: Banco de Dados Jovens Agricultores Familiares do Sisal, 2021.

Em suma pode-se concluir que os projetos profissionais formulados pelos jovens agricultores do Território do Sisal, sofre influência dos processos de socialização e das condições materiais vivenciadas por esses sujeitos. Evidencia -se uma diversidade entre as formulações dos planos efetuados entre os jovens rapazes e as jovens moças, isso ficou evidenciado principalmente. No entanto, neste capítulo ficou claro que os homens tendem a estabelecer muito mais que as mulheres, projetos de reprodução de sucessão agrícola familiar, pois entre os diversos fatores apresentados contata-se que as mulheres traçam planos de não permanecer na agricultura familiar e que fatores como questão fundiária, baixa autonomia, socialização na divisão social do trabalho e a escolarização são como divisor de águas nas escolhas em reproduzir o processo de trabalho familiar agrícola.

## 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo buscou investigar a situação juvenil dos jovens agricultores familiares, a partir de suas disposições em reproduzir o trabalho familiar agrícola no Território do Sisal. Com isso, buscou-se analisar como eram formulados os projetos de continuidade ou não na agricultura familiar, por meio de características capazes de apontar, como são as condições materiais, e os processos de socialização, entre os jovens e suas diferenciações de gênero.

Os resultados alcançados revelam que a agricultura familiar no território sisaleiro é marcada por um processo de diferenciação de gênero e que conseqüentemente passa por uma situação comprometedora em relação aos projetos de reprodução geracional. Não obstante, a hipótese aqui defendida foi testada e confirmada, em suma, é possível afirmar que os projetos profissionais dos jovens envolvem planos de não permanência no trabalho familiar agrícola, e de modo geral, as condições postas para as mulheres na divisão social do trabalho as tornam suscetíveis de desenvolver planos profissionais não agrícolas, enquanto os homens são influenciados por suas famílias a continuar a sucessão no trabalho agrícola familiar, sendo assim, é evidente que existe uma forte tendência a masculinização do campo no território sisaleiro.

Em relação às condições materiais, elencadas no terceiro capítulo, constatamos que os jovens entrevistados dispõem de baixos índices de autonomia material, essa constatação é marcada pela diferença entre ser um jovem do sexo masculino e uma jovem do sexo feminino. Os números revelam que as mulheres detêm menor autonomia material que os homens. Notamos que os rapazes são recompensados por sua participação no trabalho familiar enquanto as moças, muito pouco, são remuneradas por desenvolver qualquer atribuição agrícola, ou seja, elas estão condicionadas a desempenhar papéis sem destaque na UPF. Contudo, a situação se traduz numa agricultura voltada para consumo, e que por sua vez, não é vista sob uma perspectiva capaz de despertar o interesse dos filhos em reproduzir o modo de vida dos pais.

Os processos de socialização dos jovens apresentam relevância na análise que envolve as disposições de reprodução agrícola familiar, observamos, ao longo do



capítulo cinco, que o trabalho familiar é um fator decisivo para que os jovens desenvolvam os dispositivos necessários para a sua continuidade na agricultura. No contexto ligado a divisão social do trabalho os homens lideram o tempo de desenvolvimento das atividades agrícolas, e isso aumenta com a idade. No caso das meninas, as práticas desenvolvidas são consideradas como serviços de ajuda. Em relação a escolarização como agência socializadora, o quadro geral aponta que as jovens do sexo feminino, estão entre as que se encontram em maior medida no sistema de ensino formal. Contudo, podemos sinalizar que os homens exercem maiores jornadas de trabalho agrícola e, por isso, possuem maior disposição em permanecer na agricultura, enquanto as meninas por terem um envolvimento maior com os níveis de escolarização, são as que têm menos interesse em se tornar uma jovem agricultora.

Quanto aos projetos profissionais estabelecidos entre os jovens entrevistados, notamos que os mesmos se encontram diversificados, e apontam para a saída da juventude do contexto agrícola familiar. Seguindo pelo viés do gênero, os rapazes se sobressaem em relação às moças, na elaboração de projetos profissionais ligados à área agrícola. A maioria dos que pretendem se estabelecer na profissão de agricultor, são também os proprietários das terras. Entre os baixos índices de autonomia material, estão os jovens que não apresentou interesse em tornar-se agricultor, as jovens mulheres são as mais escolarizadas e, por isso, as que estão mais distantes da proposta de reproduzir o modo de vida de seus pais. Por estarem por menos tempo, envolvidas como a divisão social do trabalho, as jovens são as que menos projetam seguir a carreira agrícola. Em síntese, os pais estimulam que as filhas saiam da agricultura enquanto os filhos são fortemente induzidos a se manter na propriedade rural.

Pode-se concluir, que os projetos profissionais dos jovens agricultores no Território do Sisal, analisados sob a perspectiva de gênero, são demasiadamente marcados pela inserção nas práticas do trabalho familiar. Paralelamente as condições materiais, e os processos de socialização que eles têm à disposição determinam as possibilidades de reprodução social na agricultura familiar. Ao final das diversas informações trazidas a lume, podemos confirmar a hipótese inicial segundo a qual, no Território do Sisal, os jovens agricultores desenvolvem projetos profissionais fora do trabalho agrícola familiar, devido as baixas condições de autonomia matéria, sendo válido salientar que as mulheres jovens são as que mais traçam planos de saírem da

atividade agrícola.

Esperamos que esse estudo possa vir a contribuir para o conhecimento dos e das jovens agricultoras familiares, e da própria agricultura familiar no Território do Sisal. Principalmente, ao chamar a atenção para a particularidade da situação social desses jovens, esses em seus movimentos juvenis, os agentes, as autoridades públicas e pesquisadores científicos possam delinear novas e mais adequadas políticas públicas para os jovens agricultores familiares; no atual estado de coisa que paira sobre esses jovens, fica notório que a reprodução geracional da agricultura familiar se encontra em grande medida comprometida, e precisa ser reavaliada para que no futuro bem próximo, sejam desenvolvidos atividades, e projetos que assegurem novas dinâmicas produtivas e reprodutivas na agricultura familiar, que viabilizem ao reconhecimento da juventude, sua autonomia e equidade de gênero.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, Helena W. **Considerações sobre a tematização da juventude no Brasil**. Revista Brasileira de Educação, São Paulo, n. 5 e n. 6, p. 25-36, 1997.

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. Campinas: Hucitec / Unicamp, 1998.

ABRAMOVAY, Ricardo. **Uma nova extensão para a agricultura familiar**. In Seminário Nacional de assistência técnica e Extensão Rural. Brasília: Anais, 1997.

AGEITEC, 2010. (**Agencia Embrapa de Informação e Tecnologia**). Disponível em: [https://www.agencia.cnptia.embrapa.br/gestor/territorio\\_sisal/arvore/CONT000fckg3dhc02wx5eo0a2ndxysgwblfi.html](https://www.agencia.cnptia.embrapa.br/gestor/territorio_sisal/arvore/CONT000fckg3dhc02wx5eo0a2ndxysgwblfi.html). Acesso em: 09 de fevereiro de 2021.

ALMEIDA, Juliane Oliveira de. **Socialização de gênero e geração na agricultura familiar no território de Irecê - Bahia**. Cachoeira: UFRB, 2017. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Centro de Artes Humanidades e Letras, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, 2017.

ALMEIDA, Mauro William Barbosa de. **Redescobrimo a família rural**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v.1, n.1, p.66-93, 1986.

BAIARDI, Amilcar e Alencar, Cristina Maria Macêdo de Agricultura familiar, seu interesse acadêmico, sua lógica constitutiva e sua resiliência no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural** [online]. 2014, v. 52, suppl 1 [Acessado 22 fevereiro 2022], pp. 45-62. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-20032014000600003>>. Epub 19 Fev 2015. ISSN 1806-9479. <https://doi.org/10.1590/S0103-20032014000600003>.

BERGAMASCO, M. S. P. P.; DELGADO, N. G. Apresentação. In: DELGADO, G. C.; BERGAMASCO, S. M. P. P. (Org.). **Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2016, p. 9-11.

BERGER, Peter L. LUCKMANN, Thomas. **A Construção Social da Realidade**. 9.ed. Petrópolis: Vozes, 1977, p.173-236.

BOURDIEU, Pierre. **A juventude é apenas uma palavra**. In: BOURDIEU, Pierre, 1983, op.cit. BOURDIEU, Pierre. A economia das trocas simbólicas. São Paulo: Perspectiva, 2005.

BRENNER, Ana Karina, DAYRELL, Juarez; CARRANO, Paulo. **Culturas do lazer e do tempo livre dos jovens brasileiros**. In ABRAMO, Helena W.; BRANCO, Pedro Paulo M. Retratos da juventude brasileira: análise de uma pesquisa nacional. São Paulo: Instituto Cidadania; Fundação Percecu Abramo, 2005.

BRUMER, A. et al. **Como Será o Campo Amanhã? A situação dos jovens rurais do oeste catarinense, numa perspectiva de gênero**. Relatório de Pesquisa. Porto Alegre: UFRGS, 2007.

BRUMER, Anita. Gênero e reprodução social na agricultura familiar. **Revista Nera** – ANO 11, N. 12 – JANEIRO/JUNHO DE 2008.

BRUMER, Anita. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 1, 2004. P. 205-27.

CAMARANO, A. A.; ABRAMOVAY, R. Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos 50 anos. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais** (RBEP), v. 15, n. 2, p. 45-6, jul-dez. 1998.

CARNEIRO, Maria José & CASTRO, Elisa Guaraná de (org.). **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

CASTRO, Elisa Guaraná. **Entre Ficar e Sair**: uma etnografia da construção social da categoria jovem rural. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, 2005.

CASTRO, Elisa. Guaraná de. Et Al. **Os jovens estão indo embora?** juventude rural e a construção de um ator político. – Rio de Janeiro: Maud X; Seropédica, RJ: EDUR, 2009.

CASTRO, Elisa. Guaraná de. Juventude rural no Brasil: processos de exclusão e a construção de um ator político. In: **Revista Latino-Americana de Ciências Sociais** niñez juventude 7(1). Disponível em: <<http://revistaumanizales.cinde.org.com/index.php/Revistalatinamericana/article/view/223>>. (p.179-208), 2009.

CHAMPAGNE, P. **L'héritage refusé**: la crise de la reproduction sociale de la paysannerie française 1950-2000. Paris: Éditions du Seuil, 2002.

CHAMPAGNE, P.; MARESCA, S. **De la succession familiale a l'installation professionnelle** Paris/Dijon: INRA/ENSSAA, 1986. 2 vols.

CHAYANOV, Alexander V. **La organización de la unidade económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.

CHAYANOV, Alexander V. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In: SILVA, J Graziano da. e STOLCKE, Verena (org.). **A questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

CHODOROW, Nancy. Estrutura Familiar e Personalidade Feminina. In: ROSALDO, M. & LAMPHERE, L. **A mulher, a cultura e a sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

DAMÁSIO, Mário César Rocha. **Caracterização dos jovens agricultores familiares da federação dos trabalhadores na agricultura no estado da Bahia – FETAG/BA**. Cacheira: UFRB, 2014. Monografia (Graduação em Ciências Sociais), Centro de Artes Humanidades e Letras, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, 2014.

HANDFIELD, M.; JEAN, B.; PARENT, D. **L'insuccès de la transmission de la ferme familiale: perspectives parentales.** In: JEAN, B.; LAFONTAINE, D. (org.). Territoires et fonctions. Québec: GRIDEQ, 2005. p.189-203.

DELGADO, Guilherme Costa. BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira (orgs.) **Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro.** Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017.

DUBAR, Claud. **A Socialização: construção das identidades sociais e profissionais.** São Paulo: Martins Fontes, 2005.

DUBET, François. **Des jeunesses et des sociologies:** lê cãs fançais. Sociologie et Sociétés, Montreal, v. 28, n. 1, 1996.

DUKHEIM, Émile. **Educação e Sociologia.** 9. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1993.

DURKHEIM, Émile. **As Regras do Método Sociológico.** Tradução Nasseti, Pietro. São Paulo: Martin Clarretti, 2007.

EISENSTAND, S.N. **De geração a geração.** São Paulo: Perspectiva, 1976.

FRASER, Nancy. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era "pós-capitalista", p. 234. In: **Cadernos de Campo**, São Paulo, n. 14/15, p. 1-382, 2006.

GIL, Antônio Carlos, 1946. **Métodos e técnica de pesquisa social.** São Paulo: Atlas, 1989.

GRAZIANO DA SILVA, J. **Do complexo rural aos complexos agroindustriais.** In: \_\_\_\_ A nova dinâmica da agricultura brasileira. Campinas: UNICAMP /IE, 1996.

GUANZIROLI, Carlos Enrique, SABBATO, A. In: Delgado, Guilherme Costa. Bergamasco, Sonia Maria Pessoa Pereira (org.) **Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro.** Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017.

HEBERLÊ, Antônio Luiz Oliveira; Agricultura familiar e pesquisa agropecuária: contribuições para uma agenda de futuro. In: Delgado, Guilherme Costa. Bergamasco, Sonia Maria Pessoa Pereira (org.) Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017.

IBGE. Censo demográfico 1995. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.** Brasília, DF, 2011. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/21814-2017-censo-agropecuario.html?=&t=downloads>. Acesso em: 09 de fevereiro de 2021.

IBGE. Censo demográfico 2006. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.** Brasília, DF, 2011. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/21814-2017->

censo-agropecuário.html?=&t=downloads. Acesso em: 09 de fevereiro de 2021.

IBGE. Censo demográfico 2010. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Brasília, DF, 2011. Disponível em: [www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010). Acesso em: 09 de fevereiro de 2021.

IBGE. Censo demográfico 2017. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Brasília, DF, 2011. Disponível em: <https://censos.ibge.gov.br/agro/2017>. Acesso em: 09 de fevereiro de 2021.

INCRA / FAO. **Novo Retrato da Agricultura Familiar**. Projeto de Cooperação Técnica. Brasília, 2000.

INCRA/FAO. **Perfil da agricultura familiar no Brasil: dossiê estatístico**. Brasília: INCRA/FAO, 1996.

JOLLIVET, Marcel. In: DELGADO, G.C.; BERGAMASCO, S. M. P. P. (Orgs.). **Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2016.

KAGEAMA, A.; BERGAMASCO, S.M. P.P. A estrutura de produção no campo em 1980. **Revista Perspectivas**, São Paulo, v. 12-13, p. 55- 72, 1989/1990.

LAMARCHE, Hugues (coord). **A agricultura familiar: 2. comparação internacional: do mito à realidade**. Campinas, UNICAMP, 1998.

LAMARCHE, Hugues (coord). **A agricultura familiar: comparação internacional**. Campinas: Unicamp, 1993. v.1.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. Tradução de Rubens Enderle, Nélcio Schneider e Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007.

MENDRAS, Henri. **As sociedades camponesas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

OLIVEIRA, Ildes Ferreira de (org.). RELATÓRIO ANALÍTICO TERRITÓRIO DE CIDADANIA DO SISAL – BAHIA Projeto “Gestão de Territórios Rurais” – CNPq/MDA/SDT Nº 05/2009. **Ministério Do Desenvolvimento Agrário** – MDA/ Secretaria De Desenvolvimento Territorial – SDT, Feira de Santana – setembro, 2011.

PICOLOTTO, Everton Lazzaretti. **Os atores da construção da categoria agricultura familiar no Brasil**. In: Rev. Econ. Sociol. Rural vol.52 supl.1 Brasília 2014.

PTDSS, **Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável e Solidário do Território do Sisal** –/ Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial / Universidade Estadual de Feira de Santana. – Valente, 2016.

SCHNEIDER, S. CASSOL, A. **A agricultura familiar no Brasil**. Serie Documentos de Trabajo Nº 145. Porto Alegre, 2013.

SCHNEIDER, Sérgio. **Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v.18, 51, p. 99-121, fev. 2003.

SCHNEIDER, Sergio; CASSOL, Abel. DIVERSIDADE E HETEROGENEIDADE DA AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL E ALGUMAS IMPLICAÇÕES PARA POLÍTICAS PÚBLICAS. In: **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 31, n. 2, p. 227-263, maio/ago. 2014.

SCHNEIDER, Sergio; CASSOL, Abel. **Diversidade e heterogeneidade da agricultura familiar no Brasil e implicações para políticas públicas**. In: AGRICULTURA familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017.

SCHNEIDER, Sergio; CASTILHO, Carolina Bras. In: SCOTT, Parry; CORDEIRO; Rosineide e MENEZES, Marilda (Org.) **Gênero e Geração em Contextos Rurais**. Florianópolis/SC, Ed. Mulheres, 2010, pg. 183-20

SCHÜTZ, Alfred. **Fenomenologia e Relações Sociais**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

SCOTT, Joan W. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Educação e Realidade, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 5-22, 1990.

SCOTT, Joan, jul./dez. 1994. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Educação e Realidade, Porto Alegre, v. 20, n.2, p. 71-99, 1995.

SILVESTRO, Milton Luiz et al. **Os Impasses sociais da sucessão hereditária na Agricultura Familiar**. Florianópolis: Epagri, Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2001. v. 1.

SILVESTRO, Milton; CORTINA, Nelson. Desenvolvimento Rural sem jovens. **Revista Agropecuária Catarinense**, v.11, nº.4, dez.1998.

SOUSA, João Paulo Aguiar de. **Projetos profissionais de jovens agricultores familiares no município de Valença-BA**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) Programa de Pós-Graduação em Ciências Sócios da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Cachoeira, 2018.

SAYAGO, Doris. **Diagnóstico do Território do Sisal – BA**. In: Programa de apoio à inovação tecnológica e novas formas de gestão na pesquisa agropecuária – agrofuturo. Bid no. 1595/Oc-Br. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA. Brasília, 2007

SPANVELLO, Rosani Marisa. **A dinâmica sucessória na agricultura familiar**. Tese de doutorado. Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2008. 221 p.

STROPASOLAS, V. L. **Um marco reflexivo para a inserção social da juventude rural**. In: CARNEIRO, Maria José & CASTRO, Elisa Guaraná de (orgs.). Juventude rural em perspectiva. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

STROPASOLAS, Valmir L. **O valor (do) casamento na agricultura familiar**. Estudos

Feministas, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 253-267, jan.-abr. 2004.

STROPASOLAS, Valmir Luiz. **O mundo rural no horizonte dos jovens**. Florianópolis: Editora da UFSC, 346 p., 2006.

TEPICHT, Jerzy. **Marxisme et agriculture: Le paysan Polonais**. Paris: Armand Colin, 1973.

UNESCO. **Políticas públicas de/para/com juventudes**. Brasília: UNESCO, 2004.

VELHO, Gilberto. **Juventudes, projetos e trajetórias na sociedade contemporânea**. In:

ALMEIDA, Maria I. Mendes de; EUGENIO, Fernanda (orgs). **Projeto e Metamorfose: antropologia das sociedades complexas**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Capital e Propriedade Fundiária na Agricultura Brasileira**. In: Araújo, José Bras (org.). Reflexões sobre a Agricultura Brasileira, Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1979.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Jovens rurais de pequenos municípios de Pernambuco: que sonhos para o futuro**. In: CARNEIRO, Maria José & CASTRO, Elisa Guaraná de (orgs.). Juventude rural em perspectiva. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Raízes históricas do campesinato brasileiro**. In: TEDESCO, João Carlos (org). Agricultura familiar Realidade e Perspectivas. Passo Fundo: UPF, 1999.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Um saber necessário: os estudos rurais no Brasil**, Editora da Unucampi, Campinas, 2011.

WEISHEIMER, Nilson. **A Situação Juvenil na Agricultura Familiar**. Editora CRV, Curitiba, 2019b.

WEISHEIMER, Nilson. **A Situação Juvenil na Agricultura Familiar**. Tese. (Doutorado em Sociologia). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

WEISHEIMER, Nilson. **A Socialização de Gênero na Agricultura Familiar**, 2020. In: Castro, Mary Garcia. Mulheres rurais (livro eletrônico), ed. Brasília: Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, 2020.

WEISHEIMER, Nilson. **Jovens Agricultores Familiares no Rio Grande do Sul: Relatório técnico de caracterização dos jovens na agricultura familiar no Rio Grande do Sul**. (Convênio MDA/FAURGS N. 109 /2006). Porto Alegre: IFCH/UFRGS/FAURGS 2007.

WEISHEIMER, Nilson. **Jovens Agricultores Familiares no Rio Grande do Sul: Relatório técnico de caracterização dos jovens na agricultura familiar no Rio**



**Grande do Sul.** (Convênio MDA/FAURGS N. 109 /2006). Porto Alegre: IFCH/UFRGS/FAURGS 2007.

WEISHEIMER, Nilson. **Juventude e agricultura familiar no Recôncavo da Bahia**, UFRB, Cruz das Almas, 2019a.

WEISHEIMER, Nilson. **Juventudes rurais: mapas de estudos recentes**. Brasília: MDA, 2005.

WEISHEIMER, Nilson. **Relatório Técnico: Estudo sobre a situação juvenil na agricultura familiar no Recôncavo da Bahia**. – Processo 476436/2010 – 8 CNPQ/2012.

WOOD, Allen W. **Karl Marx: Arguments of the Philosophers**. 2 ed. New York: Routledge.2004.

WOORTMANN, Ellen F. **Herdeiros, parentes e compadres**. São Paulo: Hucitec, 1995.

WOORTMANN, Klass. **O trabalho da terra**. Brasília: UNB, 1997.

WOORTMANN, Klass. **"Com parente não se neguceia": o campesinato como ordem moral**. Anuário Antropológico, Brasília, n. 87, 1990.